

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Pedro Ferreira Leite

**NA LUTA COM OS PEREGRINOS:**  
**UMA ETNOGRAFIA EXPERIMENTAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre

2016

**Pedro Ferreira Leite**

**NA LUTA COM OS PEREGRINOS:  
UMA ETNOGRAFIA EXPERIMENTAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA  
DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Patrice Schuch

Porto Alegre

2016

**Pedro Ferreira Leite**

**NA LUTA COM OS PEREGRINOS:  
UMA ETNOGRAFIA EXPERIMENTAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA  
DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Patrice Schuch

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

**Profa. Dra. Patrice Schuch – Orientadora (PPGAS/UFRGS)**

---

**Prof. Dr. Sérgio Baptista da Silva (PPGAS/UFRGS)**

---

**Doutorando Tiago Lemões (PPGAS/UFRGS)**



(*Leva eu povo da rua*: foto de Pedro Leite)

*Oi leva eu povo da rua  
Eu também quero ir povo da rua  
Que já chegou a missão vamos todos no unir  
Leva eu povo da rua*

*Trabalhamos todos juntos, povo da rua  
Verdadeiro mutirão, povo da rua  
Fé em Deus e pé na tábua buscando a libertação  
Leva eu povo da rua*

*Nestes tempos tão difíceis, povo da rua  
A cidade vai ouvir, povo da rua  
O grito dos oprimidos pra justiça construir  
Leva eu povo da rua*

*Somos o povo de Deus, povo da rua  
Nós também temos direitos, povo da rua  
Nossa luta começou pra parar não tem mais jeito  
Leva eu povo da rua*

(Hino do Movimento Nacional da População de Rua)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, nosso Pai Criador, seu Poder Divino, à Mãe Natureza, vossas forças naturais, aos Sagrados Pais e Mães Orixás, aos Guias e Guardiões que me acompanham nessa jornada.

Agradeço às mulheres que são fundamentais na minha vida e me deram forças para conseguir escrever essa monografia. Minha mãe, Maria Elisabete Farias Ferreira, mulher guerreira que me ensinou os valores que hoje tento cultivar e que foi meu porto seguro nos momentos de angústia; e Gabriela Silveira, minha companheira no sentido pleno da palavra e que desde que entrou na minha vida alegrou meus dias e me inspira a seguir caminhando.

Palavras são poucas nesse momento para descrever o sentimento de gratidão a todas as pessoas importantes nesse longo processo, e certamente cometeria a falha de esquecer alguém se tentasse falar de todas, por isso agradeço em coletivo, mas quem é de verdade sabe.

Agradeço a todos companheiros e companheiras do Movimento Nacional da População de Rua, com os quais aprendi muito mais do que lutar por direitos, aprendi a lutar para viver.

Agradeço à família do Boca de Rua por me acolher tão bem e me mostrar outras maneiras de ser no mundo.

Agradeço a todos os colegas da Antropologia e do Universidade na Rua por compartilharmos tantos momentos importantes, conversas e amizades que jamais esquecerei.

Agradeço a toda corrente do Templo Escola de Umbanda Filhos do Vento, que foi fundamental para me manter firme frente a todas as tempestades do caminho.

Agradeço à Equipe do Ação Rua / AICAS pelo companheirismo e compreensão do meu processo de escrita, além do ótimo ambiente de trabalho no dia a dia.

Também agradeço à minha orientadora, Patrice Schuch, pois sem seus “puxões de orelha” essa monografia nunca teria ido para o papel. E à Ste que revisou esta monografia entre conversas e opiniões que me animaram e afetaram a escrita.

Por fim, e mais importantes, pois sem eles meu trabalho não existiria, agradeço ao Tinga, Beijo, Gordinho, Peninha, Mãe Gorda, Dentinho, Rita, Kimba, Tutti, Mirian, Richard, João de Deus, Anderson, Novinho, Claudinha, Aline, Simoni, Dente, Milton, Zóio, Catarina, Manuel, Dilson, Pinguim, Pedrinha, Zacarias, Pagodeiro, Pã, Elvis, e tantos outros peregrinos que foram meus verdadeiros professores.

## RESUMO

Este trabalho é um dos efeitos de uma relação etnográfica intensa e continuada com dois coletivos da população em situação de rua de Porto Alegre, o Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR/RS) e o jornal Boca de Rua. Minha inserção se deu a partir de um projeto de extensão universitária, num contexto de implementação de políticas públicas e luta por reconhecimento de tal segmento populacional como “sujeitos de direitos”. Nesta monografia, trarei num primeiro momento, uma reflexão inicial sobre o contexto que propiciou às pessoas que habitam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência se mobilizar politicamente na luta por seus direitos, e não ser somente alvo de caridade e criminalização. Sustento que esse contexto guarda estreita relação com o processo de construção das representações sociais sobre tal segmento, da Idade Média à Modernidade, e sua criminalização pelos códigos penais brasileiros no contexto racista do final da escravatura. A partir de um relato etnográfico de caráter experimental, descreverei minha inserção em campo para situar os diferentes agentes, instituições e discursos que interagem no campo de disputas que constitui a população em situação de rua como uma questão social relevante. Discuto minha aproximação com os dois coletivos, e como, no decorrer dessa relação, acabei sendo afetado pela *luta por direitos das população de rua* e pelos vínculos construídos *com os peregrinos* – expressão usada pelos colaboradores dessa pesquisa para se autodefinir positivamente – o que modificou minha atuação em campo e me possibilitou problematizar: os complexos processos reflexivos desses sujeitos para se relacionar com alteridades outras, que proponho ser interpretado como uma *antropologia da rua*; e suas práticas cotidianas de luta política, para além dos espaços de mobilização social organizados e de interlocução com instituições e agentes do Estado – que constituem os objetos da presente pesquisa.

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua; Peregrinos; Moradores de Rua; Antropologia da rua; Luta por Direitos.

---

LEITE, Pedro Ferreira. Na Luta com os Peregrinos: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de porto alegre 2016. 92 f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Graduação em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

## ABSTRACT

This work is one of the effects of an intense and ongoing ethnographic relationship with two collective population in Porto Alegre streets, the National Movement of the Population of South Rio Grande Street (MNPR / RS) and Boca de Rua newspaper. Their input was given from a university extension project, an implementation of the public policies and the struggle for recognition of this population segment as "rights holders". In this monograph, I will bring at first, an initial reflection on the context that led to the people who inhabit the streets as housing and survival space to mobilize politically to fight for their rights, and not only the subject of charity and criminalization. Considering the process of construction of social representations of this segment of the Middle Ages to modernity and the criminalization of such practices by Brazilian penal codes in racist context of the end of slavery. From an ethnographic account of experimental character, I will describe my insertion in the field to locate the different actors, institutions and discourses that interact in the field of disputes that is the people on the streets as a relevant social issue. Problematizarei my approach to the two collectives, and how, in the course of that relationship, just sit affected by the struggle for the rights of homeless people and the relationship with the pilgrims - an expression used by the employees of this research to self-define positively - what changed my performance in the field and allowed me to question: the complex reflexive processes of these subjects to relate to other otherness, which I propose be interpreted as an anthropology of the street; and their daily practices of political struggle, in addition to organized spaces of social mobilization and dialogue with state institutions and agents.

**Key-works:** Population Status of Your ; pilgrims ; Homelessness ; Anthropology of the street; Struggle for Rights.

---

LEITE, Pedro Ferreira. Na Luta com os Peregrinos: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de porto alegre 2016. 92 f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Graduação em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Túnel da Conceição <i>leva eu povo da rua</i> Foto de Pedro Leite.....	40
Figura 2: Ato contra o Fechamento da Escola Porto Alegre; <i>Nossa luta começou</i> . Foto de Alass Derivas.....	54
Figura 3: Dia de luta da População de Rua 2015; <i>Pra parar não tem mais jeito</i> . Foto de Fabiano Ávila.....	54

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1.1. O Debate Teórico sobre a População de Rua</b> .....	19
<b>1.2. Conceitos Utilizados pela População de Rua para se Autodefinir</b> .....	22
<b>2. CAPÍTULO I: DA CARIDADE E CRIMINALIZAÇÃO À LUTA POR DIREITOS</b> .....	25
<b>2.1. Representações Sociais sobre a População de Rua ao longo da História e sua Criminalização no Brasil</b> .....	25
<b>2.2. A Mobilização Política da População de Rua e a Implementação de Políticas Públicas em Porto Alegre</b> .....	29
<b>3. CAPÍTULO II: POSICIONANDO-SE EM UM CAMPO DE DISPUTA</b> .....	38
<b>3.1. Conhecendo a “População em Situação de Rua”</b> .....	38
<b>3.2. Sendo Afetado pela Relação com os Peregrinos e pela Luta por Direitos da População de Rua</b> .....	52
<b>4. CAPÍTULO III: MERGULHO PROFUNDO NO MUNDO DA RUA, SEUS DESDOBRAMENTOS E A LUTA POLÍTICA NO DIA A DIA</b> .....	63
<b>4.1. Mergulho Profundo no Mundo da Rua</b> .....	64
<b>4.2. Desdobramentos e Lutas Políticas Cotidianas</b> .....	72
<b>4.3. Algumas Lutas do MNPR/RS e a Luta no Dia a Dia</b> .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88

## 1. INTRODUÇÃO

No mês de maio de 2013 ingressei como bolsista no projeto de extensão “Práticas de governo, moralidades e subjetividades nos circuitos de atenção às pessoas em situação de rua em Porto Alegre”, coordenado pela professora Patrice Schuch. Nesta época estava na metade da minha graduação em ciências sociais. Já havia cursado as disciplinas básicas de Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas, porém, assim como muitos colegas, estava em um momento de desconforto com o curso. A posição do pesquisador, que estuda, interpreta e escreve sobre determinado grupo ou fato social a partir de uma posição de neutralidade e não se envolve com as questões que estuda, não me encantava nem me dava forças para seguir o caminho acadêmico, e naquele momento tal paradigma parecia dominante na Universidade. Neste período também estavam ocorrendo grandes manifestações e barricadas pelas ruas de Porto Alegre, organizadas pelo “Bloco de Lutas pelo Transporte Público”<sup>1</sup>, contra o aumento da tarifa do transporte público e pelo “Passe Livre”, das quais participei. Tais manifestações, que em maio de 2013 tiveram sua primeira “vitória” ao barrar o aumento da passagem em Porto Alegre, se disseminaram por todo o país, e na capital gaúcha culminaram na ocupação da Câmara dos Vereadores. A inserção nesse projeto de extensão com a população em situação de rua e a participação na luta contra o aumento da passagem marcaram minha trajetória e renovaram minhas possibilidades enquanto estudante de ciências sociais, pois com o projeto de extensão consegui associar as teorias que estudava com a prática, e com as manifestações passei a acreditar na mobilização social e na ação direta como arma para transformar a realidade e conquistar direitos.

De maio de 2013 a dezembro de 2015<sup>2</sup> me relacionei com pessoas que circulam e se mobilizam em dois grupos de organização coletiva da população de rua: o núcleo

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público indico ler: Muhala, Miguel. *Lutar, Criar, Poder Popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS*, dissertação de mestrado aprovada no PPGAS, UFRGS, 2014; Segarra, Josep. “*Paz entre nós, guerra aos senhores!*” *Uma etnografia sobre o bloco de lutas pelo Transporte Público e a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, dissertação de mestrado aprovada no PPGAS, UFRGS, 2015.

<sup>2</sup> De maio de 2013 a dezembro 2014 fui bolsista do projeto de extensão “Práticas de governo, moralidades e subjetividades nos circuitos de atenção às pessoas em situação de rua em Porto Alegre”, coordenado pela professora Patrice Schuch. De janeiro a dezembro de 2015 atuei como bolsista do programa de extensão “Universidade na Rua” coordenado pelo professor Fernando Fuão e a professora Themis Dovera

estadual do *Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RS)*<sup>3</sup> e o jornal *Boca de Rua*<sup>4</sup>. Esse é o período analisado por esta monografia. Porém, o momento de escrita foi realizado no primeiro semestre de 2016, enquanto trabalho como educador social do projeto “Ação Rua - AICAS”, serviço que presta acompanhamento social na rua para pessoas em situação de rua. Mas não abordarei esse novo momento nesta pesquisa

Minha inserção, a partir da posição de bolsista de um projeto de extensão, não tinha como objetivo inicial realizar uma pesquisa ou um trabalho de conclusão de curso (TCC). Após um período de aproximação e estranhamento fui me envolvendo e estabelecendo vínculos com essas pessoas. Junto com *militantes e apoiadores* – expressões utilizadas pelo grupo para categorizar pessoas que participam das reuniões e ações do movimento. Os militantes são pessoas que estão ou já estiveram em situação de rua, os apoiadores são pessoas que nunca estiveram em situação de rua, mas também participam das ações e reuniões do movimento – participei de várias situações de luta

---

<sup>3</sup> “O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) se constitui como um movimento de luta e reivindicação dos direitos da população de rua, organizado e liderado por homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, com o apoio de estudantes, pesquisadores e profissionais dos serviços públicos organizados a nível nacional. O estopim para a criação do MNPR foi o conhecido Massacre da Sé, em 2004, quando seis moradores de rua foram brutalmente assassinados no centro de São Paulo, e nove foram gravemente feridos. Em virtude do Massacre, o dia 19 de agosto se tornou um importante marcador de memória das violações e foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Em dez anos de existência, o MNPR declara entre suas conquistas emblemáticas, a aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do decreto 7053/2009. Instituída em decorrência das disposições da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei 8.742/93) a política nacional prevê, dentre outros objetivos, o desenvolvimento de ações educativas permanentes que contribuam para a “formação de uma cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos”, além da implantação de Centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua, prevendo também a participação da referida população no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua.” (parte da Carta do MNPR/RS à organização, entidades, participantes do Fórum Social Mundial POA 2016 e população em geral, a Carta na íntegra no Anexo I) Mais sobre o MNPR/RS será problematizado no desenvolvimento desse trabalho.

<sup>4</sup> Segundo a matéria “Boca sem Medo” publicada no jornal “O Boca de Rua é um jornal livre. A nossa expressão não é direcionada por outros. Não é destinada a partidos nem organizações governamentais ou não. A gente escreve o que a gente quer e a gente trabalha com todos os públicos, tanto a favor quanto contra o governo. Somos um grupo de pessoas que debate suas ideias [...] Nunca vimos algo tão livre quanto o Boca. Ele é nosso. De nós que não somos considerados cidadãos. Nós que não temos voz [...] Somos repórteres, somos vendedores, somos o Boca. Sem medo.” (Boca de Rua, ano XIV, número 59, abril, maio, junho, 2016). Conforme texto publicado no site da ALICE (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação), ONG que mantém o projeto, “O Projeto *Boca de Rua* é uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Existe desde agosto de 2000. Textos, fotos e ilustrações são elaborados pelos sem-teto durante oficinas semanais. O dinheiro arrecadado na comercialização do veículo reverte integralmente para os 30 participantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda.” (texto retirado de <http://www.alice.org.br/mais-projetos/linha-1-%E2%80%93-novos-canais-de-comunicacao/boca-de-rua/> em 31 de março de 2016.) Mais sobre o jornal Boca de Rua será problematizado no desenvolvimento dessa monografia.

pelos direitos da população de rua em diversos espaços institucionais, e também compartilhei momentos informais pelas ruas da cidade.

Nessa relação acabei sendo afetado (Favret-Saada, 2005) por algumas das mesmas forças que afetavam as pessoas que circulavam por esses grupos, o que possibilitou perceber, a partir de certo momento, os complexos discursos e práticas que aquelas pessoas realizavam, de maneira muito dinâmica, para entender e explicar as diferentes situações e alteridades com as quais se relacionavam. Encantei-me ao perceber que eles realizavam o que proponho que seja interpretado como uma *antropologia da rua*<sup>5</sup>, tão complexa quanto a antropologia acadêmica, mas que me pareciam trazer mais consequências práticas.

Quando me aproximei do final da graduação e decidi escrever este TCC sobre as experiências junto ao MNPR/RS, ao Boca de Rua, e com os *peregrinos*<sup>6</sup> pelas ruas da cidade, tive que pensar quais eram os caminhos metodológicos que estava seguindo e continuaria a seguir. Com certeza, ao me inserir em campo algumas noções sobre o trabalho do antropólogo (Cardoso de Oliveira, 2000) já estavam interiorizadas. Meu “olhar e ouvir” buscavam perceber as relações sociais relacionando-as com teorias antropológicas que estudava, entretanto o “escrever” tinha peculiaridades que extrapolavam a recomendação clássica, pois não tinha a possibilidade de me afastar da prática de campo e ter um período mais longo para reflexão e escrita. Quanto mais o tempo passava e me envolvia com as pessoas, mais sentia um “certo mal-estar”<sup>7</sup> que perpassa a prática antropológica (Oliveira Filho, 2009). Minha atuação etnográfica não condizia com as “auto-representações” utilizadas como “verdades operacionais” para legitimar a antropologia como ciência acadêmica, que recomenda:

“a externalidade do olhar antropológico, pressuposição que está diretamente conectada com fatores definidores da natureza da pesquisa (a sua dissociação dos interesses em jogo; a preocupação com a descrição objetiva, baseada na observação, na abstração de inferências e no teste empírico; o uso de

---

<sup>5</sup>Proponho esse conceito para refletir sobre os complexos processos reflexivos que os *peregrinos* realizam para compreender as alteridades com que se relacionam. Esta noção será debatida em maior profundidade no último capítulo desta monografia.

<sup>6</sup>Peregrinos é um conceito êmico utilizado pela população de rua para se autodefinir positivamente. Será problematizado no final dessa introdução..

<sup>7</sup>Para João Pacheco de Oliveira, “O mal-estar resulta de que as verdades operacionais que geraram as condições de possibilidades da prática antropológica, formatando gostos e valores e permitindo aos antropólogos a cristalização de uma identidade própria, não fornecem mais uma carta de navegação inteiramente satisfatória e confiável. É desse descompasso de ritmos que decorre tal mal-estar.” (João Pacheco de Oliveira, 2009: 4)

categorias analíticas na busca de explicações distanciadas e mais eficientes do que as “teorias nativas”).” (Oliveira Filho, 2009: 4)

A experiência etnográfica que construí junto com as pessoas com as quais me relacionava em campo e o contexto no qual estava inserido eram muito diferentes daquela que consagrou a “observação participante” como a ferramenta ideal para o registro etnográfico. O clássico método etnográfico desenvolvido por Malinowski em sua pesquisa com os Papua-Melanésios, na costa oeste da Nova Guiné, na década de 1920, no contexto colonial, pressupunha o convívio prolongado do “pesquisador” com um grupo “nativo” a ser estudado, distante no espaço e no tempo de sua sociedade; o registro sistemático e extenso nos “diários de campo” sobre os eventos e pessoas observados nessa participação; e, em outro momento de volta a sua sociedade, escrever e positivar um conhecimento sobre os “nativos”.

Meu contexto de pesquisa, não era distante, da minha sociedade, bastava eu sair para rua e já estava interagindo com *moradores de rua*. Nesse contexto nunca foi permitido apenas observar: para acompanhar o MNPR/RS era preciso ser *apoiador*, para estabelecer uma relação continuada com o *Boca de Rua* era preciso ser *colaborador*, e para conhecer o mundo da rua e suas leis era preciso deixar-me ir com os *peregrinos* pelos caminhos das ruas, pelos caminhos das noites, pelos abraços, pelos risos e pelos choros, pelas brincadeiras e pelas brigas, sem a intenção de estar realizando uma pesquisa. Ou seja, foi demandado o que Bruce Albert considera um “envolvimento etnográfico”.

“Nesse contexto, o engajamento social do etnógrafo não pode mais ser visto como uma escolha pessoal política ou ética, opcional e estranha a seu projeto científico. Ele claramente passa a ser um elemento explícito e constitutivo da relação etnográfica. A “observação” do antropólogo não é mais meramente “participante”; sua “participação” social se tornou ao mesmo tempo condição e enquadramento de sua pesquisa de campo. Esta situação mostra, em contraste, o quanto a ideologia da neutralidade etnográfica depende de se escamotear a relação de dominação que torna possível a intrusão do antropólogo – forçada ou comprada.” (Bruce Albert, 2015: 133)

Minha prática acadêmica era perpassada pelo engajamento com os grupos que me relacionava. Como *apoiador* do MNPR/RS estive lado a lado dos *militantes* e outros *apoiadores do movimento*<sup>8</sup> na luta pelos direitos da população em situação de rua: participei ativamente das reuniões semanais do movimento; das reuniões com gestores e

---

<sup>8</sup> Sempre que o conceito movimento aparecer em itálico estará fazendo referência ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RS), porque essa é uma expressão utilizada pelo grupo.

instituições, que demandavam políticas públicas de qualidade; das visitas para fiscalizar equipamentos da assistência social; das viagens para encontros nacionais do MNPR; das manifestações públicas; das construções de documentos e outras tarefas encaminhadas pelo coletivo; e nesse contexto me afetei pela *luta política da população de rua*. Como *colaborador* do jornal Boca de Rua construí, junto com o projeto de extensão uma longa relação de troca entre a universidade e o jornal, abrindo espaços para os integrantes do Boca de Rua irem apresentar seu trabalho na universidade, além de participar das reuniões e dos grupos que debatiam e construía as matérias do jornal e de saídas junto com um grupo para realizar entrevistas. Essas relações de troca entre o *jornal* e a universidade renderam cinco atividades do projeto de extensão com o Boca de Rua na UFRGS, nas quais diluíram barreiras que separavam o *mundo da rua* e o mundo acadêmico, estabelecendo trocas de saberes. Foram verdadeiras aulas dos *peregrinos* aos estudantes, pois como eles dizem para os alunos da universidade, *vocês estão estudando, mas nós já somos formados e pós graduados na universidade da rua*.

Ao entrar em contato com a noção de “afecção”, de Fravet-Saada (2005), encontrei um dispositivo metodológico para legitimar minha “participação” em campo como um instrumento de conhecimento. No começo de sua pesquisa sobre “feitiçaria” no Bocage Francês, o que durou cerca de um ano, nenhum dos camponeses com os quais conversava falavam sobre “feitiçaria”, ela só conseguiu ter acesso a conversas sobre esse assunto quando seus interlocutores acharam que ela estava enfeitiçada ou que ela era uma desenfeitiçadora, devido a sucessivos fatos que aconteciam em sua vida. Ou seja, somente quando ela foi afetada por algumas das mesmas forças que afetavam as pessoas que se relacionava, estabeleceu uma “comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade”, e “aceitou ocupar um lugar no sistema da feitiçaria”, que seu projeto de pesquisa não se viu arruinado. A autora esclarece que esse processo não tem a ver com o conhecimento por empatia, na qual se experimenta de forma indireta as sensações de outrem ou se constroem uma identificação. Pelo contrário, ao “deixar-se afetar”, não se experimenta de forma indireta, mas se aceita ocupar um lugar no sistema do outro, no qual se é bombardeado por intensidades específicas, “afetos”, que mobilizam e modificam suas próprias imagens sem nada informar sobre os afetos de outrem, o que abre uma porta de comunicação específica que está fechada para quem não ocupa um lugar nesse sistema.

“Pois então, eles falaram disso comigo somente quando pensaram que eu tinha sido “pega” pela feitiçaria, quer dizer, quando reações que escapavam do meu controle lhes mostraram que estava afetada pelos efeitos reais – frequentemente devastadores – de tais falas e tais atos rituais. Assim alguns pensaram que eu era uma desenfeitiçadora e dirigiram-se até a mim para solicitar um ofício; outros pensaram que eu estava enfeitiçada e conversaram comigo para me ajudar a sair desse estado. Com exceção dos notáveis (que falavam comigo abertamente, mas sempre para desqualificá-la), ninguém jamais teve a ideia de falar disso comigo simplesmente por eu ser etnógrafa. Eu mesma não sabia bem se ainda era etnógrafa. Certamente nunca acreditei ser uma proposição verdadeira que um feiticeiro pudesse me prejudicar fazendo feitiços ou pronunciando encantamentos, mas duvido que os próprios camponeses tenham acreditado nisso dessa maneira. Na verdade eles exigiam de mim que eu experimentasse pessoalmente por minha própria conta – não por aquela da ciência – os efeitos reais dessa rede particular de comunicação humana em que consiste a feitiçaria. Dito de outra forma: eles queriam que aceitasse entrar nisso como parceira e que aí investisse os problemas de minha existência de então. No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado. Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse fazendo da ‘participação’ um instrumento de conhecimento. Nos encontros com os enfeitiçados e desenfeitiçadores, deixei-me afetar, sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter.” (Favret-Saada, 2005: 157)

Atuando como *apoiador* do MNPR/RS, ao participar de espaços institucionais de disputa política, me indignei com falas que estigmatizavam a população de rua e me deixei afetar por algumas das mesmas forças que animavam *militantes e apoiadores do movimento* a lutar pelos direitos das pessoas em situação de rua. Foi no contexto das ações propostas pelo *movimento* para garantir a não violação dos direitos da população de rua e ações higienistas durante os jogos da “Copa do Mundo FIFA 2014”, após uma atividade com *Boca de Rua* na UFRGS em abril de 2014, que Edisson e Cícero, ou *Beijo e Tinga*<sup>9</sup> – como são chamados os dois colaboradores principais dessa monografia – me apresentaram ao *mundo da rua* para além das reuniões do MNPR/RS e do Boca de Rua. Fui bombardeado por novas intensidades, que alteraram a posição que já ocupava naquele sistema.

Conheci os dois mais ou menos no mesmo período: Cícero, negro, alto, com a voz de um locutor de rádio, foi à duas reuniões do MNPR/RS no final de março de 2014. Apresentou-se em uma reunião dizendo que estava voltando, pois tinha

---

<sup>9</sup> Edisson e Cícero são os únicos colaboradores dessa etnografia que mantenho os nomes verídicos, pois isso foi combinado com os mesmos. Todos outros nomes que aparecem no trabalho são fictícios, para preservar a identidade das pessoas, com exceção das pessoas públicas e/ou ligadas a universidade.

participado do Movimento Começar de Novo, seria futuro *facilitador social* da FASC e era locutor da *Rádio na Rua*. Já em sua primeira reunião no MNPR/RS se dispôs a participar das ações noturnas do movimento com objetivo de saber sobre possíveis remoções por causa da proximidade da Copa do Mundo e convidar mais pessoas para as reuniões, pois *conhecia a rua*. Disse-me também que gostaria de ir a uma reunião do Boca de Rua falar sobre uma parceria entre a Radio na Rua e o jornal.

No dia 7 de abril de 2014, numa segunda feira, o MNPR/RS realizou uma ação noturna no local onde se distribuía comida no Parque da Redenção, em frente a uma igreja. Particpei dessa ação junto com Gabriela, colega do projeto de extensão, seu Adão da Silva e Cícero. Nessa noite conheci Edison, negro, forte e com pequenos *dreads* na cabeça. Conversamos com ele e mais outras duas pessoas que estavam sentados no encosto de um banco do parque enquanto aguardavam a comida. Ele era o mais preocupado com a situação e disse que ia participar das reuniões do movimento. Gabriela o convidou para uma atividade do projeto de extensão, que aconteceria no dia seguinte com o “Boca de Rua” na UFRGS, ele aceitou. No dia seguinte Edison e Cícero foram à reunião do Boca de Rua e depois para a atividade na UFRGS com mais integrantes do jornal. Ao sair da atividade fomos os três, mais Gabriela, realizar outra ação do MNPR/RS no centro da cidade. Naquela noite conheci Tinga, Beijo e o mundo da rua. No último capítulo problematizo esse mergulho profundo no mundo da rua e a relação que construí que Tinga e Beijo a partir dessa noite

Depois que aceitei seguir os caminhos do *afeto da rua*<sup>10</sup>, naquela noite chuvosa que conheci o mundo da rua, fui muitas vezes testado por eles e passei por um refinado processo de pesquisa, o qual considero uma *antropologia da rua*, que será problematizada no último capítulo. Acredito que eles tinham uma visão muito mais clara sobre minha posição do que eu próprio. Demorei a perceber que estava sendo estudado. A partir de ações, desafios e questionamentos, de uma simplicidade altamente complexa, eles descobriram até que ponto poderiam confiar em mim, até que ponto não era *mais um que só quer se aproveitar da situação dos peregrinos*, e quais as potencialidades da nossa relação, ou seja, refletiram e interpretaram quem era aquela alteridade e como poderiam se relacionar com ela.

---

<sup>10</sup> Conceito que utilizo para me referir às intensidades que me atingiram quando me deixei ir com os *peregrinos* pelas ruas, para além do afeto da luta por direitos da população de rua.

Ao longo do tempo, com o convívio quase diário por mais de um ano, passando por todas as estações, essa relação se tornou muito próxima e intensa, de *apoiador* me tornei *amigo, padrinho, primo e até irmão*. Muitas vezes diziam para outras pessoas que *o Pedro estava virado num peregrino*, mas também demarcavam em certas falas que eu não era um *morador de rua*. Além disso, formávamos uma *equipe* para reuniões e atividades do MNPR/RS e do Boca de Rua, como Tinga nos definiu certa vez. Vivenciamos alegrias e tristezas, trocamos confidências, e nos encontramos muitas vezes com o simples objetivo de fazer um almoço e conversar – na *comuna*, expressão usada entre nós para definir onde eu morava, ou na *aldeia* onde Beijo vivia, expressão utilizada pelos peregrinos para se referir aos locais de moradia onde grupos já estão estabilizados há algum tempo – ou para curtir algum bloco de carnaval e fazer festa na rua. Quando voltava da *rua* um pouco de mim tinha ficado lá, e um pouco dela ficava em mim. Essas fronteiras entre nós se tornavam fluídicas, ao mesmo tempo não deixavam de existir, quando pensava que elas tinham se diluído, elas teimavam em me mostrar sua força – por exemplo, quando eu era o único que não era parado e revistado pelos seguranças de algum departamento do poder público no qual tínhamos uma reunião.

Nesse processo de criação de vínculos com o MNPR/RS, com o Boca de rua, com Beijo, Tinga e outros peregrinos, acabei sendo afetado pela *luta por direitos da população em situação de rua* e pela relação *com os peregrinos*.

“Ser afetado, nesse sentido, é se permitir envolver, atingir-se pelas intensidades, sentimentos, revoltas e desejos que animam os atores engajados em determinado coletivo social: é, no limite, desprender-se da constante posição analítica em campo, respaldada pela observação participante, e permitir-se assumir lugares múltiplos nos quais nossos interlocutores nos colocam, nos chamam a existir.” (Tiago Lemões, *Da Feitiçaria a Luta por Direitos. Qual o lugar dos afetos no trabalho etnográfico*; 2015; pg 34)

A temporalidade dessas experiências era muito intensa e em vários momentos os estudos e leituras foram interrompidos: por reuniões extraordinárias com agentes estatais; por ligações pedindo ajuda contra remoções de espaço público ou ações repressivas dos agentes de segurança; pela visita inesperada de um ou mais colaboradores dessa pesquisa à casa onde eu morava. Com isso se tornava difícil escrever os diários, mas mesmo que de forma descontínua seguia a redigir alguns relatos de campo, incentivados por minha orientadora. Discorria de maneira detalhista, por vezes relatando a vivência de uma semana inteira, por outras relatando uma conversa,

pensando em deixar as memórias no papel para algum momento futuro, ou somente para liberar uma angústia.

Escrevi alguns trabalhos acadêmicos para disciplinas da graduação sobre essa trajetória, mas não sentia vontade, nem experiência suficiente para publicá-los como artigos, pois a intensidade das experiências em campo me afetava tanto que não me permitia tempo para produzir uma análise mais específica. Hoje vejo isso como uma escolha metodológica, porque se tivesse dedicado tempo para a produtividade acadêmica não teria vivenciado com tal intensidade o tempo de comunicação desprovida de uma intenção acadêmica, o que me possibilitou “ser afetado”. Como refere Goldman analisando a obra de Favret-Saada:

“em lugar de supor que o tempo apenas fornece um meio externo para as relações humanas, é preciso compreender que ele é, ao contrário e em si mesmo, uma relação. Pois é apenas com o tempo, e com um tempo não mensurável pelos parâmetros quantitativos mais usuais, que os etnógrafos podem ser *afetados* pelas complexas situações com que se deparam – o que envolve também, é claro, a própria percepção desses afetos ou desse processo de ser afetado por aqueles com que os etnógrafos se relacionam. Foi apenas quando alguém diagnosticou que a etnógrafa fora “pega” (prise) pela feitiçaria que passou a fazer algum sentido falar com ela sobre o assunto. (Goldman, 2005: 150)

Refletindo sobre os caminhos que escolhi, ou que fui levado a escolher, nestes mais de dois anos e meio envolvido com segmentos da população de rua de Porto Alegre, o tema dessa monografia não poderia ser outro se não a luta por direitos *com* a população de rua. Minha primeira opção foi tentar problematizar esse tema a partir de uma reflexão e escrita compartilhada com Beição e Tinga sobre os processos que vivenciamos juntos. Quando lhes falei sobre minha intenção, ainda no segundo semestre de 2015, a resposta de Beição foi direta: *tu quer que a gente faça o trabalho por ti*. Tentei explicar melhor que achava importante a reflexão deles no trabalho porque sabia que eles estavam sempre refletindo sobre a sociedade, as instituições e as outras pessoas com quem se relacionavam. Eles ainda um pouco contrariados disseram aceitar.

Não terminei de escrever a monografia naquele semestre, pois não quis me afastar do campo. Em 2016 nos vimos com menos frequência, pois estava trabalhando 40 horas por semana, mas não deixamos de fazer alguns almoços e jantãs. Em maio de 2016 os convidei para um almoço com um objetivo, gravar algumas conversas refletindo sobre questões para a monografia. Conversamos muito, rimos, escutamos música, mas não falamos nada sobre o trabalho. Já no final da tarde falei sobre minhas

angústias em escrever e o que eu pensava em fazer, Tinga parecia mais disposto a debater, mas Beição falou, *o Pedro, tu passou quase 3 anos com a gente, tu sabe o que escrever, no dia da apresentação a gente vai lá e te ajuda*. Com isso, abandonei a ideia de uma escrita compartilhada, nesse momento, e tive que abordar o tema de outra maneira.

A partir dessa etnografia experimental – pois não descrevo um retrato da vida das pessoas que me relacionei, mas relato o que experienciei *com* elas – decidi abordar os seguintes objetos de estudo: os complexos processos reflexivos que os colaboradores desse trabalho, por meio de práticas e discursos realizam para compreender e se relacionar com alteridades, o que considero uma antropologia da rua; a luta por direitos da população de rua, nos espaços de interlocução com agentes institucionais e de mobilização social organizados, assim como em suas práticas políticas cotidianas pela rua, que tencionam o campo de disputa que constitui a “população em situação de rua” como uma questão social relevante.

Escrevo esse relato etnográfico com o objetivo de aceitar o desafio de “conceder estatuto antropológico a todos os sujeitos envolvidos na experiência etnográfica de alteridade” (Lemões, 2015). Para isso, teço reflexões iniciais sobre o que considero ser uma *antropologia da rua*. Utilizo a noção de “ser afetado”, de Favret-Saada (2005), a partir de momentos de “comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade”, como dispositivo metodológico para realizar tal empenho. Além disso, também é meu objetivo dar visibilidade à luta por direitos da população em situação de rua, e trazer considerações sobre a relação contínua entre universidade e segmentos da população de rua desde minhas experiências enquanto bolsista em dois projetos de extensão.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, a partir de uma pesquisa bibliográfica, traço um breve histórico das representações sociais sobre as pessoas que habitavam as ruas da Idade Média até a Revolução Industrial, no contexto europeu, em que essas pessoas eram consideradas objetos de caridade e criminalização. No mesmo capítulo, ao abordar o contexto brasileiro do final da escravatura, reflito sobre a criminalização das práticas de *mendicância e vadiagem* e sua relação com o racismo e o controle dos corpos negros no espaço urbano para, no fim, problematizar o processo de mobilização política dessa população, que viabiliza a luta por direitos, para além da criminalização e caridade.

No segundo capítulo, a partir do relato etnográfico, situo os diferentes agentes, instituições e discursos que interagem no campo de disputas que constitui a população em situação de rua como uma questão social relevante. Problematizo minha aproximação com a base regional de Movimento Nacional da População de Rua(MNPR/RS) e com o jornal Boca de Rua, e a necessidade de me posicionar nesse jogo de forças. Ainda discorro como no decorrer desse processo acabei sendo afetado pela *luta por direitos das população de rua* e pela relação *com os peregrinos* – expressão usada pelos colaboradores dessa pesquisa para se autodefinir positivamente – o que modificou minha atuação em campo e me possibilitou ver outras questões.

Por fim, no último capítulo, problematizo as questões que emergiram após um mergulho profundo no mundo da rua – conduzido por Tinga e Beijo – e a relação continuada com eles e outras *peregrinos* a partir dos espaços do MNPR/RS e do Boca de Rua. São essas: os complexos processos reflexivos desses sujeitos para se relacionar com alteridades outras, que proponho ser interpretado como uma *antropologia da rua*; e suas práticas cotidianas de luta política, para além dos espaços de mobilização social organizados e de interlocução com instituições e agentes do Estado.

Ainda nesta introdução apresento uma breve revisão teórica a cerca do tema da população de rua, para situar esse trabalho em um debate mais amplo. Em seguida toco algumas considerações sobre os conceitos utilizados pela própria população de rua para se autodefinir, e assim explicar a utilização de múltiplos conceitos nessa monografia.

## **1.1. O Debate Teórico sobre a População de Rua**

O debate teórico sobre pessoas que fazem da rua seu espaço de moradia e sobrevivência no Brasil não é novo. A primeira interpretação vem exatamente da leitura sócio-jurídica sobre “mendigos e vagabundos”, que criminaliza e responsabiliza tais sujeitos por viverem na rua, individualiza a questão e a associava a falhas morais. Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre tal fenômeno no Brasil também utilizavam o conceito de “mendigos” para categorizar tais pessoas, e questionavam, principalmente,

quais as causas que levaram essa população para rua (STOFFELS, 1977; DI FLORA 1987).

Uma primeira vertente entende essa “situação marginal” a partir de um “duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional” (CASTEL,1997). Interpreta a situação pela lógica de responsabilização dos sujeitos, associando tanto à rupturas com o trabalho e a família como ao consumo de álcool e/ou outras drogas(NASSER,1998), individualizando a questão. Para se contrapor a essa leitura, uma corrente marxista, produz estudos que interpretam a situação a partir da inserção, ou não inserção, na estrutura capitalista, considerando suas causas macroestruturais(STOFFELS,1997).

Ambas as correntes compactuam com a noção de exclusão social para explicar esse fenômeno, o que merece uma avaliação crítica (LEMÕES, 2010). Seguindo a linha de Baumann(1998), que considera o desenvolvimento do neoliberalismo e as consequências perversas da sociedade do consumo para o trabalho e o trabalhadores, e categoriza os atores entre “os jogadores”, “os jogadores aspirantes” e “os jogadores incapacitados”, e de Castel (1997) que entende que estes últimos seriam “os sobrantes”, que se encontram em completamente atomizados, rejeitados de circuitos que uma utilidade social poderia atribuí-los. Costa (2005) valoriza as rupturas dos laços sociais e suas consequências, ao considerar que no Brasil a população em situação de rua se insere num contexto de exclusão social que:

“tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso a informação e perda de auto-estima. Acarreta, conseqüência a saúde geral das pessoas, em especial a saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipação social muito restritos”. (COSTA, 2005:3)

Para Alba Zaluar (1997) qualquer sistema de classificação pensado apenas na lógica binária produz exclusão. Portanto, a formulação conceitual de exclusão social, para representar o real, com base em tal lógica é problemática:

“[...] para pensar todos os tipos de comunidades, mais ou menos abrangentes, em que os laços sociais ou morais, a reciprocidade, a solidariedade, a mutualidade, a autoridade, e não apenas a lógica classificatória ou o jogo exclusivista do poder e da diferenciação, entram nas apostas complexas com que os múltiplos atores movimentam o campo social e político”. (ZALUAR, 1997)

Tal lógica binária começou a ser problematizada por Oliveira(2000). Em seu estudo com migrantes que se encontravam em situação de rua em Brasília considera que embora causa da situação de rua possa ser a ruptura ou fragilização dos laços de solidariedade com os antigos grupos de convivência, a criação de novos laços sociais e redes de interconhecimento são de vital importância para a sobrevivência nessa situação. A partir de um belo trabalho etnográfico com a população em situação de rua na cidade de Pelotas(Rio Grande do Sul) Tiago Lemões(2013) aprofunda a questão ao revelar como essas pessoas constituíam, mantinham e davam continuidade aos vínculos sociais com a família, com seus pares e com pessoas que não viviam em situação de rua. Ele descreve uma complexa rede de relações, a partir da qual essas pessoas circulam e constroem seu território relacional, em uma dinâmica de negociação e domínio de códigos sociais, através das quais elas se mantêm em contínua comunicação com a cidade. Dessa maneira, o autor se opõe às elaborações conceituais sobre essa população que se fundamentam no discurso da ruptura, do abandono e do isolamento social.

Tanto a abordagem que individualiza a questão, quanto a abordagem que considera o fenômeno a partir de causas macroestruturais, podem ser consideradas essencialistas (SCHUCH; GEHLEN, 2012), pois consideram a rua com um espaço ontológico de exclusão, e ignoram a variada gama de relações que se estabelecem nesse espaço, assim como a complexidade da agência desses sujeitos. Para os autores:

“uma visão complexa da situação de rua requer o dimensionamento tanto das multicausalidades que estão na origem desse fenômeno, entre as quais devem ser incluídos processos sociais e históricos, tecnologias de governo específicas e certas práticas dos sujeitos, quanto o reconhecimento de que a rua é, também, um espaço de produção de relações sociais e simbólicas habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento.” (SCHUCH; GEHLEN, 2012:13)

Isso não significa desconsiderar as importantes desigualdades e contradições produzidas pela sociedade capitalista, nem as histórias de vida dos sujeitos que se encontram nessa situação, mas reconhecer que a rua é um espaço onde esses sujeitos, com sua agência política, continuam a produzir relações com outros sujeitos e com vários segmentos da sociedade de uma maneira mais geral.

Em sua etnografia sobre moradores de rua de Porto Alegre, “Nômades Urbanos”, publicada pela primeira vez em 1996, Claudia Magni(2006), ressalta que “a pobreza característica dessa forma de vida é própria das contradições estruturais de nossa sociedade”, porém problematiza a relação desses sujeitos com o espaço, com o

corpo e com as coisas. A autora entende que o modo de vida desses “habitantes de rua”, a partir de sua dinâmica nômade e de sua capacidade criativa reinterpreta significados, confronta os valores e hábitos da sociedade capitalista e leva à subversão da ordem sedentária citadina:

“na medida em que os nômades não se fixam na periferia (área destinada aos grupos subalternos) e utilizam-se livremente dos espaços públicos, neles improvisando espaços domésticos; eles ofendem a moral corporal e higiênica burguesa ao exercerem publicamente as suas privacidades; eles, por fim, confrontam o padrão classificatório dos cidadãos sedentários ao viverem de seus restos e rejeitos ejetados ao lixo” (MAGNI, 2006:98).

Sob outra perspectiva, escrevendo em um momento que o Movimento Nacional da População de Rua já era um ator relevante, De Lucca(2007), em sua dissertação de mestrado, traz elementos para compreender que a “população de rua” enquanto uma questão social relevante nem sempre existiu. Trata-se de uma invenção social recente e se constitui através de “uma complexa e entremeada arena de interações na qual uma série de discursos, práticas e instituições disputam e produzem valores específicos, mas também propõe soluções para a crescente população que habita o espaço público da cidade”.

Esses são alguns dos trabalhos que compõem o amplo debate sobre a população de rua. Parte desses estudos, que tematiza especificamente o MNPR, será trazida ao longo do texto. No entanto, ainda há outras pesquisas que não foram citadas, dado o recorte e a limitação desse trabalho de conclusão. A partir desse contexto bibliográfico, esta monografia se insere com o objetivo de destacar a “agência política” desses atores (Shuch, 2012), tanto dentro dessa “arena de interações” (DE LUCCA, 2007), quanto em suas práticas cotidianas, além de problematizar o caráter reflexivo de suas práticas e discursos.

## **1.2. Conceitos Utilizados pela População de Rua para se Autodefinir**

Como vimos anteriormente, são muitas as maneiras de se referir as pessoas que fazem da rua seu espaço de moradia e sobrevivência. Durante a experiência em campo

com essa população, percebi que eles utilizavam várias categorias para se autodefinir, as quais variavam com o contexto, o que sempre me chamou muito a atenção.

Na noite que fiz um profundo mergulho no mundo da rua, em abril de 2014, durante uma conversa ouvi sobre a diferença entre pessoa em situação de rua e morador de rua. Conversávamos em baixo de uma *aba*, uma marquise onde um grupo tinha constituído uma *aldeia*. A iluminação era pouca, alternada com a luz intensa e assustadora dos raios que iluminavam a chuva que caía na rua. Tião nos falou que uma coisa eram *peessoas que estavam em situação de rua*, que utilizavam os albergues e abrigos da prefeitura para dormir, mas estavam há pouco tempo na rua, outra coisa eram as *peessoas que moram na rua*, que estão há muito tempo na rua e fazem dela sua casa.

Nas reuniões do MNPR/RS, sempre acontece uma dinâmica de “apresentação”, na qual todas as pessoas que estão na reunião dizem seu nome e mais uma característica. As pessoas que já participam há mais tempo das reuniões se definem como militantes ou apoiador, e se estão ali representando, ou se trabalham, em alguma instituição. Os militantes mais antigos costumam buscar outras categorias, além de *militante do movimento*, para se apresentar, como: *jornalista do boca de rua*, *facilitador social*, *artista de rua*. É comum, também, que pessoas que vão pela primeira vez nas reuniões se apresentem como *morador de rua*, por vezes com certo constrangimento. Essa categoria também é utilizada pelos militantes mais antigos em espaços ou reuniões de interlocução com agentes institucionais, pois *só quem mora na rua sabe o que é*. Nesse sentido essa categoria confere um saber que também é poder (LEMÕES, 2015), como problematizarei no último capítulo.

Porém, os mesmos militantes que utilizam o conceito de *morador de rua* em certos espaços de interlocução institucional, durante a XI Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, exigiam que se alterassem os conceitos das preposições que referiam *morador de rua* por *peessoas em situação de rua*. Acredito que isso se deva ao fato da política nacional, implementada em 2009 pelo decreto 7.053, utilizar tal conceito, sendo esse reconhecido no contexto de implementação de políticas públicas.

Contudo, é importante lembrar as referências à imagem do *mendigo*, que ainda aparece em muitas reportagens jornalísticas. Cícero certa vez me disse, ao lermos uma dessas reportagens, que ele não gostava desse termo, pois era muito preconceituoso.

Apesar de ser um termo preconceituoso, conheci um rapaz que o apelido era “Mendigo”.

Além desses acima referidos, há um conceito que não conhecia antes do contato mais direto com as pessoas que habitam as ruas, o qual escutei por muitas vezes durante a relação que estabeleci com os integrantes do MNPR/RS e do Boca de Rua, é o conceito de *peregrinos*. Essa expressão não é muito utilizada nos espaços de luta política organizada, nem nos espaços de interlocução com agentes institucionais, mas sim no espaço da rua, com um caráter de positivação e de reconhecimento entre pares: *um monte de peregrino reunido; esse é peregrino; peregrino é assim e não adianta; é tudo peregrino, pai; o Pedro ta virado num peregrino*.

A problematização desses conceitos seria melhor a partir de uma reflexão compartilhada com os colaboradores do trabalho, o que não foi possível nesse momento. Mesmo assim, percebe-se que a utilização deles é circunstancial e varia conforme o contexto e a intenção do discurso. Por isso, nessa monografia, recorro à polifonia de conceitos utilizados para se referir a tais pessoas ou segmento populacional, de acordo com o contexto descrito.

## **2. CAPÍTULO I: DA CARIDADE E CRIMINALIZAÇÃO À LUTA POR DIREITOS**

Nesta seção apresentarei uma breve reflexão sobre a construção histórica das representações sociais, sobre as pessoas que habitam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência e como essas representações aparecem nos códigos penais brasileiros operando um controle dos corpos negros no espaço urbano. Num segundo momento, trarei um relato histórico da luta política dessas pessoas, a partir do caso da cidade de Porto Alegre, desde o processo de redemocratização do país até os dias de hoje, no qual analiso como tal população deixou de ser somente agente passivo, alvo de caridade e criminalização, para se constituir em agente ativo na luta por seus direitos.

Não pretendo esgotar a multiplicidade de visões sobre o tema, nem as múltiplas relações possíveis e pertinentes. Os objetivos dessa leitura são: situar o fenômeno, suas representações sociais no tempo e no espaço e a relação de sua criminalização no Código Penal Brasileiro com o racismo e o final da escravatura; mostrar como a luta política de tal segmento está associada aos processos de redemocratização do Brasil, de expansão da retórica dos direitos humanos e inscrição da assistência social no campo dos direitos; e refletir sobre a importância dos movimentos sociais dessa população para a constituição da “população em situação de rua” como uma questão social relevante.

### **2.1. Representações Sociais sobre a População de Rua ao longo da História e sua Criminalização no Brasil**

Pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência não são um fenômeno social novo, assim como também não são novas as práticas de governo para gerir essa população, tanto por parte do Estado, quanto por parte da Igreja. Sua origem é concomitante à formação das cidades modernas e à expropriação das terras comunitárias. Data da Grécia Antiga o aparecimento das primeiras ondas de “mendigos e indigentes”, que alternavam entre pedidos e pequenas tarefas para sobreviver (STOFFELS, 1977). Como assinala Magni (2006), no início da Idade Média, a Igreja

Católica construiu a figura do “mendigo” como sagrado, ao lhe dar esmolas os ricos buscavam extinguir seus pecados. No século XIV a mesma Igreja promoveu uma “cruzada” contra a vagabundagem, fazendo uma distinção entre “mendigo verdadeiro”, que era o inválido, honesto, bom e merecia caridade, e o “mendigo falso”, que era suspeito, vadio, criminoso, tinha uma vida nômade e era considerado eticamente negativo. No final da Idade Média, com o nascimento do “humanismo”, os valores filantrópicos questionaram a caridade cristã e se passou a buscar a “regeneração” e a “correção” dos “verdadeiramente necessitados”. A “política dos pobres”, estrutura assistencial, passou a ser gerida pela Administração Civil em parceria com a Igreja. Nesse período, “generalizam-se os hospitais gerais como forma de enclausuramento e depósito de pobres” (MAGNI, 2006:16).

Com o desenvolvimento industrial e a necessidade de mão de obra barata, a reclusão institucional se tornou ineficaz e a mendicância passou de moralmente condenável a ser considerada um crime econômico. Isso gerou dura repressão da polícia e algumas reações violentas da população. No final do século XVIII a noção de “progresso” alterou o teor moral da assistência social, que passou a se preocupar com o ordenamento do espaço urbano e a saúde da população. Ações sanitaristas buscaram higienizar as cidades e, associadas aos interesses da especulação imobiliária, afastaram as classes populares do centro. Nesse momento foram criadas medidas contra itinerância, uma vez que os mendigos eram vistos como aqueles que espalhavam doenças nas cidades. Contudo esses “nômades urbanos” encontraram formas de continuar habitando a cidade de sua maneira específica, a qual subvertia a ordem sedentária citadina (MAGNI, 2006:22).

O Brasil também herdou da colonização europeia essas representações sobre os habitantes de rua e, com a urbanização, tal fenômeno não tardou a acontecer em suas terras, porém, há uma questão muito importante que deve ser levada em conta, a escravidão negra no País. Segundo Ana Flauzina (2006), o controle dos corpos negros sempre foi uma obsessão do projeto liberal do período imperial, e passou dos grilhões às algemas com a proclamação da república em 1889. Já na metade do século XIX era grande a concentração da população negra nas grandes cidades, e o direito de ir e vir dos negros era objeto de normas rígidas. Dessa maneira “havia a disposição comum de impedir a ocupação livre dos espaços públicos pela população negra” (DUARTE, 1998 *apud* Flauzina, 2006). Esse período se caracteriza pela sedimentação do racismo na

sociedade brasileira, com a ideologia da superioridade racial branca e o projeto de embranquecimento da população com a imigração de europeus. De acordo com Flauzina (2006), a criminalização da vadiagem merece destaque nesse processo:

“O que esse dispositivo visa é que os escravizados passem diretamente da tutela dos senhores para a tutela do Estado. A vadiagem é, em última instância, a criminalização da liberdade. Ou podemos dizer, aos negros não é facultado o exercício de uma liberdade sem amarras de vigilância. Assim, longe da cidadania, a sociedade imperial apreende os negros no desempenho de dois papéis: o de escravos ou de criminosos” (FLAUZINA, 2006:58).

Após a abolição da escravatura, o controle e disciplinamento da massa de escravos é o grande projeto do período republicano. Nas cidades, a grande linha de controle era a perseguição dos vadios. “Em 1893, o Decreto nº 145 de 11 de junho, determinava a prisão “correcional” de mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e desordeiros”, e em 1899 outro decreto “negava o direito a fiança aos réus “vagabundos ou sem-domicílio” (FLAUZINA, 2006, pg.86). Nesse contexto racista, “mendigos válidos” (mesma representação da Idade Média) ou pessoas sem domicílio”, em sua grande maioria negros, passam a ser condenados com a privação de liberdade. Seus corpos e sua negritude têm que ser controladas e para isso o sistema penal da República aprimora suas práticas de vigilância e abre as portas para a “classificação dos criminosos”, e os negros são considerados suspeitos pela criminologia positivista (FLAUZINA, 2006).

Com a Revolução de 1930 e a Constituição de 1934 aconteceram mudanças nesse cenário. Com a necessidade de industrializar o País, o proletariado foi inserido a partir da categoria de trabalhador, diversas leis trabalhistas foram criadas e os sindicatos legalizados. Porém, o mito da democracia racial se tornou o discurso vigente “como mais uma estratégia para inviabilização social do segmento negro” (Flauzina, 2006). Para as pessoas que se encontram em mendicância o que passa a ser considerado crime é a “ociosidade voluntária e não a falta de emprego” (MELO, 2013). Nesse caso, o Estado ficava responsável por prover a manutenção do desempregado e de sua família, diferenciando assim o trabalhador desempregado do mendigo, contudo, ainda cabia ao seu aparato policial, historicamente racista, diferenciar as pessoas nessas categorias.

O Código Penal de 1940 seguiu os propósitos da democracia racial e invisibilizou completamente qualquer questão de raça no seu texto, o que impedia, segundo Flauzina (2006), “uma visão global do sistema em que o racismo emerge como

base fundamental”; mesmo assim o aparato policial seguiu com sua prática genocida. Esse mesmo Código, na seção relativa à “Política de Costumes”, nos artigos 59 e 60, definiu pena de prisão de quinze dias a três meses para ociosidade e mendicância. Isso se manteve por muito tempo, e o artigo 60, que estabelecia o crime de mendicância, só foi revogado pela lei nº 11.983 de 2009. Entretanto, o artigo 59 que criminalizava “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, sob pena de prisão de quinze dias a três meses, continua em vigor no Código Penal atualmente vigente no País.

Por meio desse rápido histórico sobre o tema, vemos que a construção das representações sociais sobre as pessoas que habitam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência faz parte das categorias morais de um imaginário coletivo da sociedade desde, ao menos, a Idade Média. Nessa época, a caridade dignificava o doador, embora fosse perceptível o processo de distinção entre o que seriam os “mendigos verdadeiros” e os “falsos mendigos”. Com o advento da Modernidade, os processos de industrialização, a valorização do trabalho e os processos de higienização das cidades, se passa a avaliar moralmente os ociosos e a criminalizar práticas como a “vadiagem” e a “mendicância”. Nesse contexto, se torna cada vez mais importante a gestão dos habitantes de rua.

No Brasil, esse processo está associado evidentemente ao racismo e ao controle dos corpos negros. Não é coincidência a vadiagem ter sido criminalizada quando uma maior parcela da população negra começou a circular pela cidade, nem a mendicância ter sido criminalizada dois anos após a abolição da escravatura. Esses processos tinham como objetivo cercear a ocupação do espaço público pela negritude. Com a ideologia de democracia racial, o Estado buscou invisibilizar o racismo institucional, e por consequência tentou apagar a questão racial da criminalização da vadiagem e mendicância. Uma das consequências é que a questão racial é minimamente tocada no debate acadêmico sobre o fenômeno e nas atuais políticas públicas. Porém, se esse debate aparece neste trabalho é porque ele é amplamente discutido pelos integrantes do MNPR/RS e do Boca de Rua<sup>11</sup>, espaços onde realizei essa pesquisa.

---

<sup>11</sup>Sobre a situação de uma denúncia de racismo realizada pelos integrantes do jornal Boca de Rua, ver o artigo de Bruno Fernandes (2015).

A criminalização da prática da mendicância continuou até 2009, e o artigo que criminaliza a vadiagem ainda se mantém vigente. Contudo, novas possibilidades para essa população, para além da caridade e da criminalização, surgem pela rearticulação dos movimentos sociais e pelo processo de redemocratização do País, com a crescente importância da retórica dos direitos humanos e, também, pela reconfiguração da assistência social como um direito. Assim, se criam as prerrogativas para a luta por direitos.

## **2.2. A Mobilização Política da População de Rua e a Implementação de Políticas Públicas em Porto Alegre**

O Estado brasileiro passou por um período de ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985, quando muitos direitos civis e direitos políticos foram suprimidos. Com o processo de redemocratização, na metade da década de 80, os movimentos sociais voltaram a se articular, exigir o fim da ditadura e lutar por seus direitos. Momento em que começa a utilização da retórica dos direitos humanos no País, que havia sido construída em vários seminários e congressos internacionais. Anos de debates entre movimentos sociais, parlamentares e outros segmentos da sociedade civil resultam na construção da nova Constituição Federal de 1988 (FONSECA, 1999), que garante diversos direitos civis, políticos e sociais, e traz uma nova concepção para assistência social, para além da caridade, incluindo-a no campo dos direitos. Nesse contexto surge o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (SOUZA, 2013), ator fundamental na construção do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que complementa a Constituição em relação aos direitos das crianças e adolescentes, e também dá, pela primeira vez, visibilidade para a questão da “rua” na agenda política que visa a diminuir as desigualdades sociais.

O primeiro movimento social organizado por moradores de rua da cidade de Porto Alegre surge no ano de 1991. O “Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua (MDM de Rua)” teve sua origem dentro do Albergue Municipal Abrivivência, atualmente Abrigo Marlene, e buscava organizar os moradores de rua para debater sobre os problemas compartilhados no cotidiano e construir soluções de forma coletiva e

participativa. No ano de 1998 o MDM de Rua conquistou uma vaga no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social). Sua maior projeção foi em 2001, quando conquistou um galpão de reciclagem a partir da participação em reuniões do “Orçamento Participativo”<sup>12</sup>, o qual atendeu a trinta e seis famílias de moradores de rua. Contudo, após essa conquista, o Movimento se desarticulou (LIMA e OLIVEIRA, 2012). Cabe ressaltar que o lançamento do primeiro núcleo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Porto Alegre, em outubro de 2002, aconteceu no galpão de reciclagem do MDM de Rua<sup>13</sup>.

Em 1993 é regulamentada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a nível nacional. Na cidade de Porto Alegre, a política de assistência social começou a ser implementada em 1994, pela lei municipal nº 7.414, que define a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) – que a partir do ano 2000 torna-se Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) – como responsável por formular, promover e coordenar a política de Assistência Social. Nesse mesmo ano, se realiza, por parceria entre a Prefeitura de Porto Alegre e a PUCRS, a primeira pesquisa sobre a população adulta de rua, que contabiliza 222 pessoas. No ano seguinte, como forma de devolução dos dados da pesquisa, acontece o “I Encontro de Moradores de Rua”, na entidade conhecida como “Sopão do Pobre”. Nesse encontro se forma uma “Comissão de Rua”, composta por usuários dos serviços oferecidos pela Prefeitura, que participam da discussão e do planejamento de novos equipamentos (PIZZATO, 2012).

Nos anos seguintes essa movimentação continuou.

“Em 1999, foi grande a mobilização e participação da população em situação de rua nas instâncias políticas da cidade. Nesse período, a população de rua passa a ter maior visibilidade e a ser reconhecida em Porto Alegre a partir de sua presença e atuação em fóruns, manifestações dos movimentos sociais na cidade, conferências municipais, estaduais e plenárias do orçamento participativo.” (PIZZATO, 2012:80)

---

<sup>12</sup>Segundo site oficial da prefeitura de Porto Alegre: “O Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a Prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas. Nas Assembléias Regionais e Temáticas, que se realizam de abril a maio, nas 17 Regiões e seis Temáticas do OP, a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas”. In: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=15](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15)

<sup>13</sup>Informação colhida no site: <http://brazil.indymedia.org/content/2002/10/39548.shtml>

No começo do ano 2000, outra iniciativa de organização coletiva, mas com um caráter diferente, surge na Cidade. Duas jornalistas ligadas a ONG ALICE, Rosina Duarte e Clarinha Glock, que “sonhavam em democratizar a comunicação e diversificar as fontes de informação” (CANALLI, 2010:10) deram início a projeto de jornal comunitário com jovens que moravam na praça Dom Sebastião. Surge assim o jornal Boca de Rua<sup>14</sup>. Sua primeira edição, de dezembro de 2000, cuja chamada de capa era “Vozes de uma gente invisível”, foi lançada para ser divulgada no I Fórum Social Mundial de Porto Alegre. O Boca de Rua não se propõe a ser um projeto social, mas sim um projeto de comunicação (CANALLI, 2010). A partir de reuniões semanais, cerca de trinta moradores de rua, com a equipe de colaboradores da ALICE, definem os temas e elaboram os textos, em processos de criação coletivos, para as publicações trimestrais. Cada integrante ganha em média quarenta jornais por reunião, que são vendidos a dois reais como forma de complementação financeira. A impressão do jornal atualmente é feita pelo Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (SINDIPETRO/RS), sem custos para ONG nem para os integrantes do projeto. Através do jornal, os moradores de rua se comunicam com a sociedade, relatam seus problemas cotidianos e se apresentam sob uma perspectiva diferente daquela veiculada pela mídia, que é carregada de estigmas e preconceitos (ALLES, 2010). Hoje, com mais de quinze anos de história, o jornal é reconhecido por dar visibilidade para a população de rua e contribuir para sua luta política (SCHUCH, 2015).

Em termos de políticas públicas a nível nacional, o ano de 2004 marcou a publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que implementou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tal sistema tinha o objetivo de regulamentar e organizar, em todo território nacional, os serviços socioassistenciais. Nos anos seguintes o SUAS começou a ser implementado nas cidades brasileiras.

Em Porto Alegre várias pessoas em situação de rua seguiram se mobilizando e outro espaço de formação política foi constituído. O “Fórum da População Adulta em Situação de Rua” reunia uma diversidade de iniciativas de organização da população de

---

<sup>14</sup>Nesta monografia não problematizo o jornal o Boca de Rua, sua dinâmica, nem a relação entre seus integrantes. Participar desse espaço foi de suma importância para o autor de aproximar e ser afetado pelo mundo da rua, porém o foco desta monografia é outro. Ressalto ainda que o trabalho escrito é somente um dos efeitos de uma relação etnográfica com vários desdobramentos práticos. Para maior conhecimento sobre o Boca de Rua nada melhor que conversar com um de seus jornalistas nas ruas de Porto Alegre, comprar e ler o jornal. Contudo, há alguns trabalhos acadêmicos com boas reflexões sobre o projeto e as relações de seus integrantes (CANALLI,2010; ALLES, 2010; FERNANDES, 2015).

rua. Em 2007, o Fórum buscou parceria com a “ONG Cidade” com o objetivo de instrumentalizar seus integrantes para participar das reuniões do Orçamento Participativo (OP). Diversos seminários foram realizados para que o grupo compreendesse o funcionamento do OP e diminuísse a distância entre a população de rua e a gestão participativa. Após esse processo o Fórum participou de uma plenária, com 267 integrantes, na qual apresentaram suas demandas, reivindicaram seus direitos e conseguiram aprovar alguns projetos. Após a atuação no OP, o Fórum participou de reuniões com secretarias, de conferências e de conselhos sociais.<sup>15</sup> (LIMA; OLIVEIRA, 2012).

Nesse mesmo ano, em parte por decorrência da visibilidade adquirida pelos movimentos sociais da população de rua, nova pesquisa foi realizada em Porto Alegre, numa parceria entre FASC e UFRGS, na qual foram contabilizadas 1.203 pessoas adultas em situação de rua e 383 crianças (UFRGS, 2008). A pesquisa, de caráter quali-quantitativo, identificou que 81,8% eram do sexo masculino, mas se imaginava que o contingente feminino estivesse crescendo; problematizou, ainda, diversas outras questões em um “estudo do Mundo da População Adulta”, o que balizou a construção de políticas públicas, assim como foi utilizada por movimentos sociais para demandá-las. Entretanto, esse número foi questionado pelo Fórum, que afirmava haver quatro mil moradores de rua em Porto Alegre (LIMA; OLIVEIRA, 2012).

Esses números se somaram aos números de uma Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em vinte e três capitais e quarenta e oito municípios com mais de 300 mil habitantes, que contabilizou aproximadamente 50 mil pessoas em situação de rua no País. Além de outras questões, identificou que a proporção de negros na população de rua é “substancialmente maior (67%) comparada aos níveis da população em geral (44,6%)” (BRASIL, 2009). Essa pesquisa realizada a nível nacional foi uma demanda do Movimento Nacional da População de Rua (BRASIL, 2009), que reclamava da invisibilidade de tal população nos censos populacionais.

Patrice Schuch (2015), ao refletir sobre as pesquisas de caráter censitário da população em situação de rua, analisa que elas estão ligadas diretamente à produção de

---

<sup>15</sup>Mais sobre a participação do Fórum da População Adulta em Situação de Rua no OP e suas conquistas no OP ver: “Participação Popular dos Moradores de Rua na Gestão Pública do Município de Porto Alegre. (Lima; Oliveira, 2012)

políticas governamentais e à inscrição dessa população no cenário de atenção pública. Segundo a autora, essas políticas podem ser entendidas pela lente de James Scott (1998 *apud* Schuch, 2015) como práticas de legibilidade, que produzem “mapas abreviados” ao racionalizar, padronizar e simplificar populações para maior capacidade de intervenção estatal. Porém, essas tecnologias de governo não são aceitas de maneira passiva, há práticas de resistência – como as ameaças e hostilidades que sofri enquanto entrevistador pelas pessoas que não queriam ser cadastradas – o que relato no capítulo seguinte. Ainda, analisa que essa resistência, a nível pessoal, demonstra uma contrariedade à individualização das informações e de seu registro. Contudo, a nível coletivo, as pesquisas censitárias foram demandadas pelos movimentos sociais como forma de ampliar a visibilidade política de tal população (SCHUCH, 2015), o que também se evidencia no questionamento dos números das pesquisas.

Nesse momento é importante falar um pouco sobre a formação da articulação política da população de rua a nível nacional. Com certeza a experiência da mobilização política da população de rua não aconteceu somente em Porto Alegre, porém, um movimento que reivindicasse organizá-la nacionalmente surgiu somente em 2005. Segundo Melo (2013), os antecedentes da formação de do MNPR estão associados a uma nova leitura, realizada por instituições de cunho religioso, sobre as causas do fenômeno, que deixa de interpretar a situação a partir da culpabilização dos indivíduos e passa a reconhecer tais pessoas como vítimas de um processo ligado às estruturas do capitalismo, como “povo de sofredores”, “povo da rua”, “sofredores da rua”, entendendo como um coletivo que compartilha algo em comum. Tais grupos religiosos associam essa leitura a trabalhos práticos com a população de rua.

O MNPR tem sua origem em São Paulo, cidade onde já havia um Fórum da População de Rua, que buscava maior autonomia frente aos seus apoiadores (DE LUCCA, 2007). O estopim para a organização foi o conhecido “Massacre da Sé”, quando na madrugada do dia 19 de agosto de 2004, quinze pessoas que dormiam nas ruas do centro de São Paulo foram atacadas violentamente e oito delas vieram a óbito; a denúncia desta violência é a narrativa fundadora do Movimento. Após uma articulação entre movimentos de São Paulo e Belo Horizonte, é lançado oficialmente em 2005, durante o “Festival Lixo e Cidadania”, o Movimento Nacional da População de Rua (MELO, 2013). Em 2005 acontece o I Encontro Nacional do MNPR, que se autodefine da seguinte maneira:

“O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social.” (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2005)

A pesquisa nacional que foi demandada pelo MNPR se tornou um dos embasamentos para a criação de uma política nacional para a população de rua, que é considerada uma das maiores conquistas do movimento da população de rua. O decreto nº 7.053 do ano de 2009 instituiu a “Política Nacional para a População em Situação de Rua”, prevê a criação de “comitês gestores” nos municípios que aderirem a tal política. Esses comitês são compostos, de forma paritária, por representantes da sociedade civil e do Estado, e se tornam um importante espaço de participação política para o MNPR.

A política nacional considera população em situação de rua:

“grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas com espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.”

Voltando ao contexto de Porto Alegre, no ano de 2008 surgiu o Movimento Aquarela da População de Rua (MAPR), a partir da participação da população de rua em reuniões, assembleias e atividades coletivas que refletiam e problematizavam a realidade dessa população, realizadas em equipamentos da rede de assistência social. Tinha como característica a articulação entre “usuários e trabalhadores”, além disso, tinha contato e articulação com o Movimento Nacional da População de Rua, seus integrantes participaram de encontros nacionais do MNPR (PIZZATO, 2012). Nesse mesmo ano, emerge o “Movimento Começar de Novo”, que tem origem na “Associação de Catadores Novo Cidadão”, localizada no viaduto da Conceição. Com práticas pedagógicas ligadas à teologia da libertação, reconhecia o MNPR como organização nacional da população de rua e também reivindicava fazer parte do núcleo de Porto Alegre (GRAZIOLA, 2011).

Nesse mesmo ano, a Prefeitura começou a implementar o SUAS na cidade e a FASC passou por um reordenamento. No ano seguinte, em 2011, a Fundação realizou uma nova pesquisa censitária, que identificou 1.347 pessoas adultas em situação de rua, sendo 81,7% do sexo masculino e 17,1% do sexo feminino (FASC, 2012). Um dos

resultados da pesquisa foi a publicação de um livro com diversos artigos que discutiram e ampliaram o debate sobre tal fenômeno. Essa pesquisa e sua resultante publicação contribuíram para a fundamentação do “Plano de Enfrentamento à Situação de Rua”, que visava abordar a questão de uma forma interdisciplinar e intersetorial.

Em relação a coletivos da população de rua, um dos desdobramentos dessa pesquisa foi a criação do grupo dos “pesquisadores sociais”, um grupo de moradores de rua indicados por serviços de assistência social e por movimentos sociais para participar da construção do plano de enfrentamento, através da participação em um grupo coordenado por psicanalistas-consultores (BROIDE; BROIDE, 2012). Esse grupo se transformou no grupo dos “facilitadores sociais”, cuja atuação acompanhei em alguns momentos durante a etnografia.

No ano seguinte, em 2012, o Movimento Aquarela da População de Rua se desarticulou. Não há registros na bibliografia sobre isso, mas em campo escutei relatos de militantes do MNPR/RS que explicavam esse acontecimento porque *um dos antigos coordenadores se aproveitou do movimento e daí se desarticulou*, além disso, se referiam à *viagem para Bahia*, na qual havia acontecido muitos problemas, como uma das causas.

A partir de uma etnografia realizada no mesmo contexto, Patrice Schuch (2015) considera que a

“dinamicidade dessas formas de organização política que perdem a força exatamente quando seus líderes passam a querer apenas se autorrepresentar e se autopromover, e/ou encontram modos de vida alternativos a rua, pelo qual são lembrados negativamente e destituídos pelo grupo, numa dinâmica que pode ser aproximada com aquela referida por Clastres (2003)”(SCHUCH, 2015, p.130).

A autora traz a fala de uma interlocutora, que participava do Boca de Rua e das reuniões do MNPR, sobre os variados movimentos da população de rua em Porto Alegre: *é um movimento que se movimenta*. Essa mesma pessoa me relatou que em dezembro de 2011 um grupo de cerca de quarenta peregrinos ocuparam a garagem da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para exigir a abertura de um equipamento da FASC que estava há um ano sem funcionar, e destacou que realizaram essa ação sem a coordenação de nenhum movimento.

Durante a experiência de campo nunca participei, nem tive conhecimento, de alguma reunião ou atividade proposta pelo Fórum da População Adulta em Situação de Rua e pelo Movimento Começar de Novo. Porém, ouvi alguns relatos de militantes do MNPR/RS sobre tais coletivos, alguns afirmavam terem participado e Tinga, um dos principais colaboradores dessa pesquisa, certa vez me falou *onde eu aprendi sobre políticas públicas foi no Começar de Novo*. Isso demonstra que várias pessoas que atualmente militam no MNPR circularam por tais espaços e se apropriaram de conhecimentos sobre políticas públicas e direitos, o que revela o caráter pedagógico desses espaços. Contudo, nessas conversas, nunca me detive sobre o assunto a ponto de saber se tais coletivos haviam se desarticulado ou se ainda mantêm sua atividade.

Apesar dessas questões em relação às formas anteriores de organização política, em junho de 2013, alguns dos antigos participantes do Movimento Aquarela se rearticularam sob a bandeira de Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR/RS). Acompanhei essa trajetória, me envolvi com esse Movimento e no próximo capítulo trarei um relato etnográfico sobre tal experiência.

Refletindo sobre esta leitura do processo histórico da luta política da população de rua de Porto Alegre é possível fazer algumas relações. Seu surgimento pode ser associado ao processo de redemocratização do País e à expansão da retórica dos direitos humanos. A primeira iniciativa de organização de um “movimento social” dos moradores de rua foi gerada poucos anos após o final da ditadura, e em seu próprio nome estava apropriada a linguagem dos direitos. Foi pela prerrogativa aberta pela Constituição de 1988, ao considerar a assistência social como um direito, que as pessoas que habitavam as ruas, para além de ser alvo de criminalização e caridade, passaram também a demandar seus direitos.

Essa primeira experiência também traz uma característica relevante, sua criação se deu dentro de um albergue municipal, equipamento da assistência, que apoiou o projeto. Essa articulação entre pessoas em situação de rua e trabalhadores da assistência, que evidentemente tem suas tensões e dilemas<sup>16</sup>, também é uma das características da organização em Porto Alegre, e se repete, com suas variâncias, em momentos seguintes, como na Comissão da Rua, no Movimento Aquarela, e atualmente no MNPR/RS. Entre

---

<sup>16</sup>Tiago Lemões (2015b) problematiza essa relação entre militantes e apoiadores dentro do contexto do MNPR/RS.

os outros atores que também participaram, estão as ONGs, em menor medida, segmentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. Nessa época, a Universidade não tinha uma relação direta com os movimentos sociais da população de rua, se relacionava principalmente com a FASC a partir da realização de pesquisas.

A participação desses movimentos em espaços de “controle social”, como o Orçamento Participativo e o Conselho Municipal de Assistência Social também aparece desde as primeiras organizações. Essa atuação política a partir do Estado, mas também contra ele, como refere Schuch (2015), é uma das características desses coletivos. Ao demandar pesquisas censitárias, o MNPR busca o reconhecimento do Estado, por sua razão estatística, para demandar políticas públicas. Conforme evidencia De Lucca (2007), é a partir do jogo de relações entre esses diversos atores e instituições, com suas práticas e discursos, que se constitui a “população em situação de rua” como uma questão social relevante.

A partir dessa análise, fundamentalmente bibliográfica, não é possível refletir a fundo sobre as relações de poder, as práticas, as tensões, os conflitos que perpassam os diversos atores, discursos e instituições que constituem a inscrição política da população de rua, o que só parece possível a partir da experiência etnográfica. Porém, esta análise é importante para situar historicamente o processo de mobilização política da população de rua nessa arena de interações, e destacar sua nova possibilidade: de agente passivo, alvo da caridade e da criminalização, o que continua a coexistir, passa a ter a possibilidade de ser agente ativo na luta por direitos e reconhecimento.

### 3. CAPÍTULO II: POSICIONANDO-SE EM UM CAMPO DE DISPUTA

Neste capítulo situarei minha inserção em campo a partir da posição de bolsista em um projeto de extensão. Apresentarei os primeiros debates públicos e seminários que acompanhei sobre a questão da situação de rua e a coprodução de políticas públicas, situando os diferentes atores que se relacionam e as tensões em torno de tal questão, com foco na mobilização política das pessoas em situação de rua, assim como os debates mais problematizados por essa população. Numa sequência cronológica, relato minha aproximação com o Movimento Nacional da População de Rua e com o jornal Boca de Rua e como, no decorrer dessa relação, acabei sendo afetado por intensidades que modificaram minha vida, minha atuação em campo e possibilitaram outras relações que me fizeram ver novas questões.

Inspirado na perspectiva de análise de uma “situação etnográfica” e do engajamento social do etnógrafo em campo, de Bruce Albert (2014), nesta etnografia de caráter experimental – que é um dos efeitos de um longo envolvimento em campo – analisarei as relações sociais entre moradores de rua, servidores públicos, gestores municipais, acadêmicos e outros atores que se relacionam nessa “arena de interações”. A partir da descrição de minha inserção nesse contexto, para além de narrar uma “aventura pessoal”, tenho o objetivo de problematizar as práticas, os discursos e as instituições que disputam e produzem valores específicos e práticas de governo para a “população em situação de rua” (DE LUCCA, 2007).

#### 3.1. Conhecendo a “População em Situação de Rua”

A primeira aproximação que tive com as pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência e com a problemática da situação de rua<sup>17</sup> foi em dezembro de 2011, quando participei como entrevistador do recadastramento censitário da

---

<sup>17</sup> Neste capítulo usarei vários conceitos, que escutei em campo, para me referir às pessoas que fazem da rua seu espaço de moradia e sobrevivência e sobre tal grupo populacional, conforme o contexto da etnografia. Por exemplo, *população em situação de rua* é utilizado nos debates sobre políticas públicas, já *peregrinos* é utilizado no contexto informal da rua.

população em situação de rua de Porto Alegre, realizado pela FASC (Fundação de Auxílio Social e Cidadania), com consultoria da antropóloga Patrice Schuch e do sociólogo Ivaldo Gehlen, professores da UFRGS. Após uma tarde de apresentação sobre a pesquisa e o formulário, fui com a equipe de entrevistadores(as) para a rua, e por cerca de duas semanas visitei abrigos, albergues e centros de convivência que atendem essa população. Andei pelas ruas, praças e viadutos por onde eles circulam.

Mesmo com as limitações de uma experiência de campo como entrevistador de um censo, minha sensibilização com a situação dessas pessoas que vivem e sobrevivem na rua foi tocada. Passei por experiências marcantes, como quando fui convidado por um senhor para sentar em seu colchão, embaixo de um viaduto no bairro Navegantes, e apreciar suas fotos antigas e ouvir fragmentos de seus desafios e histórias de vida, mesmo após a finalização formal da entrevista. Em outros momentos, fui hostilizado e ameaçado por algumas pessoas que não queriam responder ao censo, reclamavam das ações da FASC e afirmavam que aquelas pesquisas não mudavam sua realidade.

Em decorrência dessa primeira experiência, ficou a vontade de trabalhar novamente com esse grupo. Quando surgiu uma vaga, em maio de 2013, para ser bolsista do projeto de extensão “Práticas de Governo, Moralidades e Subjetividades nos circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”, coordenado pela Prof. Dra. Patrice Schuch, me candidatei prontamente. A motivação da professora em realizar o projeto era dar continuidade à relação estabelecida com a FASC durante a elaboração dos censos da “população em situação de rua” de Porto Alegre, nos anos de 2007 e 2011. Era também uma maneira de devolver para a população estudada os resultados das pesquisas.

O projeto de extensão partia da associação entre ensino, pesquisa e extensão, abordando os circuitos de intervenções em torno das pessoas em situação de rua, a partir das próprias experiências dos envolvidos. Tendo como objetivos: incentivar o refinamento das informações, e assim possibilitar uma perspectiva menos homogênea sobre a população em situação de rua e os serviços de atendimento a ela; suscitar inter-relações entre os variados sujeitos envolvidos com as práticas de governo para a população em situação de rua, de modo a contribuir para o conhecimento de tais políticas a partir da experiência dos sujeitos; e destacar a agência e mobilização política das pessoas em situação de rua. Tal projeto contava com mais uma bolsista das ciências

sociais, Gabriela Jacobsen, hoje graduada e que também escreveu seu TCC sobre essa experiência com a população de rua<sup>18</sup>.

Uma das características dessa experiência etnográfica é que ela foi compartilhada com vários outros bolsistas de graduação. Gabriela foi bolsista do projeto em 2013 e permaneceu atuando sem vínculo de bolsista no ano de 2014. A partir de maio de 2014 entrou no projeto Bruno Guilhermano, também graduando em ciências sociais, teve atuação com o MNPR e principalmente com o Boca de Rua. A partir de 2015 outra graduanda em ciências sociais, Carolina Samarco, se inseriu no projeto. Além dos graduandos também participava do grupo de antropologia o doutorando Tiago Lemões. Ainda em 2014, esteve atuando também Fernanda Ligeiro, bacharel em Direito, graduanda em Serviço Social, vinculada ao SAJU/UFRGS (Serviço de Assessoria Jurídica da UFRGS), e Ciça, graduanda de psicologia. A partir de janeiro de 2015 me vinculei como bolsista do programa de extensão “Universidade na Rua”, do qual falarei no 3º capítulo. Esse programa contava com alguns bolsistas, mas os que estabeleceram uma relação mais próxima e compartilharam mais experiências junto com o MNPR/RS e com Boca de Rua foram: Carol, Thais, Peh, Rael, Luiza, Max e Fabiano. Os diálogos e relações que estabelecemos foram fundamentais no decorrer desse trabalho.

Na inserção como bolsista, minhas primeiras tarefas consistiam em acompanhar os debates públicos em torno da situação de rua e as relações do projeto com a FASC. Ainda em maio de 2013, compareci à primeira reunião do ano do “Comitê Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua de Porto Alegre” – espaço de debate sobre as políticas públicas referentes ao “Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua”. Na reunião estavam presentes alguns gestores públicos, trabalhadores da FASC, do Consultório na Rua (Secretaria de Saúde), de equipamentos conveniados, e os facilitadores sociais – grupo composto por quatorze pessoas com trajetória ou em situação de rua, que foram atendidas pelos serviços da FASC e da prefeitura de Porto Alegre e recebiam uma bolsa para atuar no projeto como interlocutores das equipes de abordagem social da FASC com a população em situação de rua em geral.

O plano tinha como um dos objetivos a qualificação da rede de atendimento à população em situação de rua. O Comitê era composto por diversas secretarias do

---

<sup>18</sup>“Os Peregrinos: Uma Etnografia itinerante de tempo-espaço e lutas em Porto Alegre”, Gabriela Jacobsen, UFRGS, TCC aprovado em 2014.

Município, além da FASC, para assim abordar essa questão social de maneira intersetorial, entretanto, mais da metade das secretarias que integravam o Comitê não enviaram representantes. A reunião começou com a fala do então presidente da FASC, Kevin Krieger, sobre a importância da participação de outras secretarias municipais na retomada do Comitê como modo de desenvolver o auxílio e a assistência às pessoas em situação de rua de maneira interdisciplinar e intersetorial. Segundo o presidente, as atividades do Comitê ficaram relativamente estagnadas no ano de 2012 por se tratar de um ano eleitoral, mas que o então prefeito, José Fortunati, teria afirmado que a política de assistência à população de rua seria um dos projetos-base de sua gestão, e pedido o empenho das outras secretarias.

Os representantes das secretarias presentes apresentaram suas respectivas ações para o plano, as ações das secretarias que não enviaram representantes foram apresentadas pelo gestor da FASC. Na maioria das apresentações os facilitadores interviam criticando alguma ação. O ponto mais questionado foi o fechamento da unidade de saúde que atendia à população de rua no posto “Santa Marta”, que se localizava no centro da cidade e foi substituído pelo “Consultório na Rua”, uma equipe médica que circulava pelas ruas do centro da cidade em uma Kombi atendendo às pessoas. Os facilitadores reclamavam que a população de rua havia perdido seu local de referência, pois o “Santa Marta” era muito mais que um posto de saúde, era um lugar onde eles eram atendidos e tratados afetivamente, onde podiam desabafar seus sofrimentos e até chorar. Além disso, alegavam que, como a Kombi do “Consultório na Rua” circulava por toda região central da cidade – o que abrangia muitos bairros –, os moradores de rua não tinham como saber onde estava a equipe de saúde, logo, não conseguiam atendimento pois precisavam esperar “a Kombi aparecer”, o que poderia demorar mais de uma semana. A representante da Secretaria da Saúde explicou que o fechamento da unidade havia decorrido de uma normativa do governo federal, que estabeleceu os “consultórios na rua” como serviço de tratamento de saúde para a população de rua. Porém, como havia muitas reclamações dos pacientes, a Secretaria analisaria a possibilidade de reabrir a unidade de atendimento à população em situação de rua no Posto de Saúde Santa Marta.

Na sequência, ocorreu a apresentação do representante da Secretaria de Segurança, duramente criticada pelos facilitadores em decorrência das ações de repressão e da violência que a população de rua sofre nas mãos da Guarda Municipal e

da Brigada Militar. Outro ponto de debate e questionamento foi o fechamento de um serviço da assistência social conveniado à Prefeitura chamado “Casa de Convivência Ilê Mulher”, um espaço de convivência para a população de rua, que funcionava durante o dia com oficinas, local para higiene e alimentação. O serviço, que era bem avaliado pelos usuários<sup>19</sup>, não estava tipificado no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), portanto, necessitava de um reordenamento para se adequar à política nacional. Além disso, o prédio onde estava instalado havia sido adquirido pela Prefeitura e necessitava de reformas para qualificá-lo. Esses foram os motivos alegados para o fechamento.

No que tangia à qualificação do atendimento, Marta Borba, diretora técnica da FASC, citou o projeto de extensão, do qual fazia parte como uma das ações dessa qualificação, e referiu a parceria com os professores e a Universidade. Nesse momento, aproveitou para citar minha presença na reunião, uma vez que já me conhecia da pesquisa realizada em 2011. Sem jeito e sem saber o que falar, dei um leve aceno, um sorriso amarelo e me mantive calado. No meio daquela tensa relação entre facilitadores, gestores municipais, trabalhadores concursados e trabalhadores conveniados, que visava à coprodução de políticas públicas, se inseria nosso projeto de extensão, e eu a partir dele. Naquele momento, ainda não tinha a menor ideia de que maneira poderia contribuir.

Ao analisar a reunião do Comitê Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua de Porto Alegre há que se destacar a agência política das pessoas em situação de rua que estavam ali enquanto facilitadores sociais, *a partir* do Estado, mas também *contra* o Estado (SCHUCH, 2015), ao denunciar violências, questionar a forma de implementação das tecnologias de governo e sugerir outras formas de execução para elas. Fica em evidência a problemática da população em situação de rua como uma questão de políticas públicas, que, segundo a fala do gestor da FASC, era uma das prioridades da gestão municipal e, portanto, demandava ações de várias secretarias – apesar de a metade das secretarias que compunham o “plano” não enviarem representantes. Percebe-se aí uma certa incongruência no planejamento de políticas públicas em nível nacional e sua efetivação em nível municipal, visto as críticas à implementação do Consultório na Rua e ao fechamento da casa de convivência Ilê Mulher.

---

<sup>19</sup>Conceito técnico utilizado para se referir a pessoas que utilizam o Sistema Único de Assistência Social.

Seguindo esse primeiro momento da inserção, participei de reuniões com os professores que participavam do projeto de extensão, na época o professor Ivaldo Gehlen, do Departamento de Sociologia da UFRGS, também estava engajado no projeto. Na primeira reunião, com funcionários da FASC, pensávamos ações do projeto em parceria com a Fundação, voltadas principalmente para a qualificação dos trabalhadores a partir da construção de encontros para reflexão sobre violência, cotidiano e identidade. Essa questão não teve seguimento no decorrer do projeto. Na segunda, com a professora do Curso de Saúde Coletiva da UFRGS, Maria Gabriela Curubeto Godoy, se buscou uma aproximação e comunicação entre os cursos que estudavam e tinham projetos com a população em situação de rua. Após esta reunião, participei de um debate sobre “Políticas Públicas, Intersetorialidade e Redes de Atenção à População de Rua”, organizada pelo Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva.

Na mesa de debate estavam presentes: uma socióloga da Procuradoria Geral do Estado, que abordou as noções de direitos humanos; um representante do Ministério da Justiça que tratou sobre políticas de segurança pública no Brasil e o plano “Crack é possível vencer”; um mestrando do Curso de Saúde Coletiva, que debateu sobre a rede de atenção psicossocial e políticas de saúde para a população em situação de rua; um representante da Brigada Militar que tratou sobre a abordagem a pessoas em situação de rua. Por fim, a coordenadora e um enfermeiro da Rede de Alta Complexidade da FASC falaram sobre a política de assistência social e organização do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em Porto Alegre. Entre essas autoridades e especialistas que estavam na mesa não havia nenhuma pessoa em situação de rua.

Assim como entre palestrantes, na plateia, que estava parcialmente lotada com estudantes do Curso de Saúde Coletiva, alguns funcionários do Consultório na Rua e da FASC, também não havia nenhum representante da população em situação de rua, exceto por um jornalista do Boca de Rua, o Miguel. No entanto, soube posteriormente que ele é uma figura polêmica entre os participantes do MNPR e do Boca de Rua, pois, com uma breve trajetória de rua e passagem pela rede de acolhimento da assistência social, ele atuava em muitos espaços institucionais se colocando como representante dessa população em debates sobre políticas públicas voltadas para tal população e era acusado de se auto promover. Acabou sendo afastado e se afastando do MNPR e do Boca de Rua, num processo que não vou debater nesse momento, mas que pode ser entendido, inspirado na leitura de Schuch (2015), como parte de uma dinâmica em que,

quando os próprios integrantes buscam a autopromoção e a autorrepresentação, são afastados e tem sua legitimidade contestada pelo grupo.

A mesa começou com a fala da socióloga da Procuradoria Geral do Estado. Ao introduzir o tema dos direitos humanos, enfatizou que devido a uma construção social, os direitos humanos geralmente são interpretados como algo para “defender bandidos”. No decorrer da fala, salientou que deveria haver um horizonte ético a ser alcançado de “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais” - sendo a cidadania asseguradora de todos esses direitos -, ressaltou que a população de rua ainda não poderia ser considerada cidadã justamente por não ter acesso a todos esses direitos.

Na sequência, veio a fala do Major da Brigada Militar, a mais contestada da noite. Iniciou sua explicação sobre a abordagem policial, a qual segue a doutrina da corporação, ou seja, prevê os delitos “a partir de suspeita fundada ou intuída, de acordo com a circunstância de conduta, modo, tempo ou lugar”. Afirmou que é utilizada uma “escala progressiva” de força, cabendo a decisão ao policial. Enfatizou o problema da “carga cultural” que o brigadiano traz da sociedade, que trata com preconceito e discriminação a população de rua. A fala do major foi questionada enfaticamente por Miguel, por uma trabalhadora da FASC e por uma trabalhadora do Consultório na Rua. Perguntaram se havia algum projeto específico em relação a população de rua e as ações de higienização social realizadas pela Brigada Militar em parceria com o DMLU e a SMAM, na qual muitas vezes são cometidos abusos de autoridade, violência e retirada de pertences. Ele respondeu que há ações pontuais solicitadas pelo comando, que os “excessos são uma exceção” e que, se ocorrem, são resultado do pouco tempo disponibilizado aos policiais para a formação nas academias, associado ao preconceito que trazem da sociedade.

Após esse debate, a reunião prosseguiu com o representante do programa “Crack é possível vencer”, que falou sobre o grupo de trabalho “Pop Rua e Segurança Pública”, ligado ao Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Nacionais para a População em Situação de Rua”. O grupo de trabalho tem por finalidade “elaborar procedimentos de conduta padrão para a população em situação de rua”, para a mediação de conflitos e o combate à impunidade. Na sequência, Binô Zwetsch, mestrando de Saúde Coletiva, falou sobre as linhas de cuidado, as mudanças do

modelo biomédico para o modelo psicossocial, a construção dos consultórios de rua, a luta antimanicomial e o projeto de redução de danos. Por fim, um enfermeiro, servidor público da FASC, falou sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que foi regulamentado em 2003 e ainda está em processo de implementação.

Alguns dias após esse debate, em 19 de junho de 2013, Gabriela, minha colega no projeto de extensão participou da primeira reunião de rearticulação do Movimento Nacional da População de Rua no Rio Grande do Sul (MNPR/RS), a convite repassado por email pela professora do Curso de Saúde Coletiva para Patrice. Na reunião do projeto de extensão, Gabriela nos contou que se colocou, ou foi colocada, como “apoiadora” do Movimento e seguiu participando das reuniões semanais do grupo. Essa inserção no MNPR/RS foi um marco para o nosso projeto de extensão e levou a coordenadora do projeto, Patrice Schuch, a decidir se afastar temporariamente das relações com a FASC, devido à tensão que observávamos nas falas e posicionamentos do Movimento em relação à Fundação, para assim dar uma maior atenção à relação com a população de rua. Nesse momento, o professor Ivaldo Gehlen afastou-se do projeto. Lembro da frase dita à Patrice, em uma reunião do Movimento, por um militante que na época ocupava a posição de “coordenador estadual” do MNPR/RS: *Patrice, até agora você só olhou o lado dos vencedores, agora você tem que olhar o lado dos perdedores.*

Entre os meses de julho e outubro de 2013 participei de cerca de cinco reuniões do Movimento, que aconteciam todas as sextas-feiras à tarde no Sindicato dos Municipários de Porto Alegre. Participavam das reuniões em média doze pessoas, às vezes mais, às vezes menos. Metade delas estavam ou tinham trajetória de rua, e eram chamados *militantes* – em uma reunião escutei a seguinte fala de um dos militantes: *escolhi entrar no movimento para lutar pelo direito das pessoas.* Essa fala evidencia uma preocupação com seus pares, para além de uma luta individual; a outra metade das pessoas que participava das reuniões não tinha trajetória de rua, e eram chamadas de *apoiadores* – em sua maioria, trabalhadores da assistência social, do Consultório na Rua, estudantes e professores universitários com interesses de pesquisa e extensão e diferentes tipos de envolvimento. Nesse momento, o grupo organizava dois seminários, porém não me envolvi ativamente com nenhuma ação organizada pelo coletivo, tendo mais observado que participado das reuniões.

Nesse período também acompanhei o “I Seminário Municipal sobre os Direitos da População de Rua e Catadores - De quem é a rua?”. O seminário aconteceu no dia 3 de setembro, no teatro Glênio Peres (Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre), foi organizado pelo “Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis do RS” (CDDH Pop Rua e Catadores), com o apoio do MNPR (Movimento Nacional da População de Rua), MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), CEDECONDH (Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos, e Segurança Urbana da Câmara Municipal de Porto Alegre), SIMPA (Sindicado dos Municipários de Porto Alegre), FLD (Fundação Luterana Diacônica) e SAJU/UFRGS (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária).

O CDDH Pop Rua e Catadores era uma das políticas demandadas pelo MNPR a nível nacional no Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas para População em Situação de Rua, uma das contrapartidas previstas no Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua. Em Porto Alegre, dos quatro representantes do CDDH, duas eram apoiadoras e uma era militante do MNPR. Com apoio do Movimento, o seminário foi organizado para dar visibilidade à luta da população de rua e rearticular o MNPR no Rio Grande do Sul.

O seminário contou com a presença de cerca de oitenta pessoas, sendo aproximadamente metade delas em situação de rua. O período da manhã se dividiu em dois blocos: o primeiro com falas de representantes das instituições governamentais, e o segundo com falas da população de rua. Logo no início, quando tomei assento na plateia, escutei a fala da diretora técnica da FASC “a voz do usuário é aquela que dá respaldo à assistência”. Na sequência, um representante do Conselho de Psicologia fez uma fala contrária à internação compulsória; uma representante da Secretaria de Saúde fez uma fala no sentido de “criar novas formas para cuidar das pessoas a partir da realidade dos sujeitos” e sobre os percalços à implementação do “Consultório na Rua”. Em seguida, um deputado falou sobre a importância do seminário no sentido de “fortalecer os elos que unem vocês” e, por último, a vereadora, presidenta da Comissão dos Direitos Humanos, fez de sua fala uma espécie de prestação de contas, elencou as vitórias realizadas pela Comissão aos equipamentos de assistência social da cidade, a partir de denúncias dos próprios usuários, mostrou fotos das péssimas condições dos abrigos e albergues, e acrescentou que encaminharia a situação para o Ministério Público.

No segundo momento, o microfone foi aberto para a população de rua. A frase de seu Adão da Silva, para mim, sintetiza um dos objetivos do seminário: “a sociedade tem que ouvir vocês”. Foi nesse caráter contestatório que seguiram as falas dos moradores de rua, as quais trago com o recorte do diário de campo desse dia:

“O primeiro a falar foi o senhor Adão da Silva, começou falando sobre a violência da policia afirmando que “quem apanha não esquece”, depois sobre a importância da consolidação do movimento da população de rua, visto que muitas vezes os moradores de rua não sabem os seus direitos. Destacou a presença dos deputados que poderiam ali escutar a voz da população de rua. Afirmou que não crê no presidente da FASC e fechou sua fala se dirigindo aos outros moradores com a fala: “a sociedade tem que ouvir vocês”. O próximo foi Edvaldo de Oliveira que frequenta o Albergue Dias da Cruz, ele disse que era tratado com respeito lá. Depois falou Ciumas um facilitador da FASC, seguido por Júlio Cesar, outro facilitador que disse “saúde pra morador de rua não existe”, fez críticas a atuação da policia e queria perguntar ao prefeito se ele conhecia essa situação. A próxima a falar foi Mirian, que fez uma colocação muito interessante, além de falar sobre um possível fechamento do Ilê Mulher, disse que quem não quer dormir no abrigo também tem direito, e foi muito aplaudida pelos outros moradores. A próxima foi Mônica, falou que leis e direitos humanos não existem na prática e que eles deviam ser tratados de acordo com suas singularidades. Na sequência falou Vivian, facilitadora social, viveu cinco anos na rua e vive há dois anos numa casa do programa minha casa minha vida, entretanto falou que o programa não é uma maravilha e que tem baixa qualidade, e depois disse que as pessoas em situação de rua “tem que querer se ajudar”.(Diário de Campo, 10/09/2013)

Percebe-se que as pessoas utilizaram esse espaço de fala, reconhecendo a situação diferente da sua cotidiana, para se dirigir a dois grupos: gestores e trabalhadores que representavam instituições; e para seus pares que também estavam em situação de rua. Para os primeiros com um tom de denúncia e cobrança, relatavam as violências sofridas para conhecimento público, questionavam o fechamento de equipamentos e exigiam ser tratados tanto a partir de sua singularidade como pelo direito de estar na rua. Ao se dirigir à própria população de rua as duas falas tinham um caráter pedagógico de incentivo à organização política e pessoal: seu Adão da Silva ressaltou a importância do Movimento para as pessoas saberem seus direitos e usarem sua voz para se fazer ouvir pela sociedade; e Vivian, com o relato de alguém que saiu da situação de rua, falou que eles precisam *querer se ajudar*.

Seguindo o seminário, no período da tarde estava programada uma mesa de debate sobre segurança pública e violência policial, mas nenhuma das autoridades convidadas para participar da mesa apareceu. Isso gerou muitas críticas dos participantes, que afirmavam: *quando o assunto é a população de rua a polícia nunca vem para debater*. O seminário terminou com o “encaminhamento” de “algumas pautas

de luta”: reabertura do *bandeijão*; Audiência Pública sobre violência; Audiência Pública sobre internação compulsória; Conselho Gestor dos espaços; mais vagas para o Centro Pop e não fechar ao meio dia; repetição na janta do albergue municipal e empregar usuários no refeitório; resposta do gestor municipal.

No dia 4 de novembro participei de outro seminário, intitulado “Direito à Cidade: a efetivação das políticas públicas para a População em Situação de Rua”, organizado pelo Movimento Nacional da População de Rua/RS (MNPR/RS) com apoio da UFRGS e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gabriela, minha colega no projeto de extensão, participou da organização que contou com o apoio de uma ação de extensão da UFRGS, coordenados pela professora Maria Gabriela Godoy, da Saúde Coletiva, e Themis Dovera, da Enfermagem – o que mostra a atuação de diversos grupos da Universidade junto ao MNPR. No contexto da organização do seminário também apareceu outro ator, Marina Moreto, que havia sido contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para realizar consultoria especializada sobre a população de rua. Ela participou de uma reunião do MNPR e também se colocou para ajudar a organizar o seminário, visto que a realização de um seminário era um dos produtos de sua consultoria.

O seminário “Direito à Cidade” aprofundou os debates desenvolvidos no seminário de setembro, e contou com maior presença da população de rua. Cerca de oitenta pessoas em situação de rua estavam presentes no auditório da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, em grande parte devido à articulação do Movimento com a Universidade para conseguir um ônibus que buscasse as pessoas nos abrigos e albergues da cidade e que posteriormente as levasse de volta quando do término da atividade. Os *peregrinos* ocuparam o espaço com sua fala alta e brincadeiras, um deles trazia um balão em formato de uma garrafa de cachaça que passava de mão em mão – não imaginava que conviveria tanto com aquele negro, alto, que brincava com a garrafa na mão, chamado na rua de Tinga. O seminário foi aberto com a fala de três pessoas em situação de rua que participavam de algumas reuniões do Movimento: Dona Odete cobrou respostas concretas que saíssem do papel sobre a questão da habitação; Santos pediu respostas sobre o “bandeijão”, o restaurante popular que estava fechado desde o final de 2012; Juçara exigiu respostas dos governantes. Essas falas de abertura da população de rua caracterizam o posicionamento de cobrança, frente às “promessas” de gestores e instituições públicas, que motivou o MNPR/RS a realizar tal seminário.

Ao analisar os representantes que compuseram a mesa de abertura e seus posicionamentos, pode-se, mais uma vez, dimensionar os diversos atores e instituições que investem atenção no tema da população em situação de rua e políticas públicas. Participaram da mesa: o vice-reitor da UFRGS, que fez uma fala de recepção aos participantes, e ressaltou a importância da presença deles na Universidade; Marina Moreto, do MDS, que falou sobre a importância da Política Nacional para a População em Situação de Rua, sendo o seminário um passo inicial nessa direção, salientou que estava a espera de propostas efetivas dos gestores; a defensora pública da União e a defensora pública do Estado, que firmaram o compromisso de promover o acesso à justiça e ouvir as demandas da população de rua; Victor, do MNPR, que retomou o histórico do MNPR/RS, sua atuação de 2008 a 2012, a desarticulação e a retomada da atuação em 2013 afirmando que *agora a população de rua tem vez, tem voz e têm direitos*. Além do relato histórico, Victor também questionou a falta de um representante da Prefeitura na mesa. Por fim, afirmou que “os inimigos não são os trabalhadores”. Uma representante da Secretaria Municipal de Saúde afirmou que a Unidade de Saúde Santa Marta, que atendia à população de rua, iria reabrir até o final do ano, e que essa era uma palavra do Secretário. Seu Adão da Silva, como representante do CDDH Pop Rua, falou sobre as dificuldades nos equipamentos que atendem a população de rua, que o MNPR iria para outras cidades do Rio Grande do Sul, o quanto era importante a união dos moradores de rua e terminou com uma frase que também escutei em outros momentos, *quem apanha não esquece, e eu não me esqueci*. Por último, a vereadora Fernanda Melchiona, representante da CEDHECOM da Câmara dos Vereadores, falou sobre a atuação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que se deu pela denúncia de uma usuária da assistência social, e que a atuação da Comissão era no sentido da efetivação de direitos.

A população de rua que estava na plateia não assistiu a apresentação da mesa calada, pelo contrário, foram muitas as intervenções – pessoas que levantavam e apontavam o dedo para a mesa e contavam histórias de violência e sofrimento, faziam denúncias sobre os equipamentos da assistência social, ou ondas de aplausos quando uma fala era apoiada. Algumas vezes o mestre de cerimônia tentou “acalmar o povo”, explicando que teriam o momento certo para se manifestarem, mas não obteve êxito.

Na sequência do seminário teve uma mesa sobre “diferentes olhares sobre o direito à cidade e a moradia”, com Victor do MNPR e um professor da Faculdade de

Arquitetura falando sobre os projetos de cidade em disputa na atualidade. Após essas falas, ocorreu um intervalo para o almoço no Restaurante Universitário. No retorno, a programação previa a divisão em seis grupos de trabalho, que tratariam dos principais temas de interesse para o MNPR naquele momento: Saúde; Segurança Pública; a Cidade antes e durante a Copa do Mundo de 2014; Segurança Alimentar e Nutricional; Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua; e Assistência Social.

Particpei do grupo sobre segurança pública, que deveria contar com a presença de um representante da Brigada Militar, o qual não compareceu. Houve muitos relatos de violência e remoções, nas quais a polícia, junto ao DMLU e à SMAM, removia as pessoas dos lugares onde estavam acampadas, retirando seus pertences, roupas, cobertas, documentos e por vezes com violência física. Algumas pessoas propuseram estratégias para diminuir tais ações, como recorrer à Defensoria, mas uma pessoa que estava em situação de rua falou sobre as dificuldades para denunciar em decorrência de mais represálias. Eles também trouxeram a questão da segurança dentro de abrigos e albergues, relatando casos de roubos e abusos por parte de alguns monitores. Quando retornamos para o grande grupo havia uma dispersão da população de rua presente, o horário da entrada nos albergues já estava próximo e muitos estavam nervosos com essa questão. Então, a organização do seminário ficou responsável por fazer o relatório final, com as pautas e encaminhamentos de cada grupo e apresentar em uma reunião do MNPR. Logo após foram encerradas as atividades.

Nessa primeira aproximação que tive com o MNPR, somada aos debates que fazíamos enquanto projeto de extensão, percebia certa tensão interna entre militantes e apoiadores. Uma crítica era sobre uma “dimensão pedagógica da mobilização política” que perpassava a prática de algumas apoiadoras, ao passo que uma militante afirmava que *qualquer pessoa que tenha sofrido na rua sabe do que a população de rua precisa* (LEMÕES, 2015b). Outros militantes diziam que o MNPR era coordenado pela FASC, pois duas das apoiadoras mais ativas eram trabalhadoras da Fundação. As trabalhadoras da FASC respondiam que a luta dos trabalhadores e dos usuários era a mesma, pois melhores condições de trabalho para elas equivalia a um serviço mais adequado para eles, e que a cobrança era aos gestores que não davam condições de trabalho adequadas e por consequência um “serviço precarizado”, mas reconheciam que alguns “colegas” não tinham condição de trabalhar com a população de rua. Afirmaram, ainda, que já

havia sofrido pressões por se colocar ao lado dos usuários. Alguns militantes também defendiam a posição das apoiadoras, embora a tensão fosse visível nas reuniões.

Também refletia sobre a tensão que existia entre o MNPR e a FASC e as políticas públicas: as críticas que os militantes faziam aos equipamentos da assistência social e suas práticas, como as regras internas dos albergues, as expulsões que não podiam ser contestadas, a falta de vagas e as práticas de alguns trabalhadores em específico que tratavam mal os usuários; o fechamento de alguns equipamentos, como a casa de convivência Ilê Mulher e a Unidade de Saúde do Santa Marta.

Analisando essa primeira inserção a partir da posição de bolsista de extensão nessa complexa arena de interações em torno da questão da “população em situação de rua” percebe-se a dificuldade de entrar em campo de tensão sem se posicionar, visto o deslocamento que o projeto de extensão teve que realizar de uma relação mais próxima com a FASC para uma relação mais próxima com o MNPR/RS, e também dentro do Movimento havia tensões. Contudo essas tensões não eram uma característica somente desse campo, pois mesmo entre os diferentes grupos da Universidade que se relacionavam com a população em situação de rua havia tensões e disputas.

Seguindo os atores que estavam nesse campo, a reunião do “Comitê de Enfrentamento” percebe-se no discurso institucional da Prefeitura, representante do Estado, a importância dada à gestão dessa população, com o objetivo de qualificar o atendimento, mas com intuito de promover a “saída da rua”, vide o que está escrito no próprio plano (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2011). As intervenções dos facilitadores nessa reunião tem o tom de denúncia e cobrança, e demonstram o que Schuch (2015) considera ser uma característica da luta política dessa população, ser *a partir* e *contra* o Estado. Ao mesmo tempo em que estão inseridos num projeto da Prefeitura, se utilizam desse espaço para criticar e denunciar violências cometidas pelo Estado.

De Lucca (2007), que realizou etnografia com o MNPR em São Paulo, entende essas relações mistas e entrecruzadas a partir da noção foucaultiana de dispositivo. Para o autor o “dispositivo da população de rua” é “o jogo de seus discursos, agentes, instituições e regulamentos que definem esta realidade. Por conseguinte, é somente a partir deste jogo de forças que os agentes podem contestá-los e deslocá-los e jogar com ele”.

É relevante que nos quatro primeiros meses de atuação do MNPR/RS, o Movimento tenha organizado, com apoio de diversas instituições e atores, dois seminários sobre os direitos da população de rua. Nesses seminários foram convidados diversos atores que se relacionam com a questão da população de rua, que como vimos no outro capítulo já tinha uma constituição histórica. Proponho a interpretação de que o objetivo que estava por trás da construção desses seminários era se posicionar nesse “jogo de forças”, perante as instituições e agentes que se mobilizam em torno da questão e, a partir dos discursos de denúncia, cobranças e lutas por direitos dessa população, exigir participar da construção das políticas públicas como direitos. O que se expressa na fala de Victor na abertura do seminário sobre direito à cidade e população de rua: *agora a população de rua tem vez, tem voz e têm direitos.*

Foi a partir dessa inserção nesses diversos espaços que pude conhecer, e tentei trazer a conhecimento dos leitores, a população de rua enquanto uma questão social, assim como os atores, discursos e instituições que se mobilizam em torno dessa questão. Com isso também percebi a necessidade de me posicionar nesse jogo de forças. A seção seguinte mostra como fui afetado na relação com esses atores e com sua luta política e como fui “convidado” a assumir outra posição em campo.

### **3.2. Sendo Afetado pela Relação com os Peregrinos e pela Luta por Direitos da População de Rua**

No mês de novembro de 2013 minha relação em campo começou a mudar e entrei em um segundo momento da minha inserção: me envolvi com as ações do Movimento, me aproximei do jornal “Boca de Rua”, estabeleci vínculos mais fortes com algumas das pessoas que circulavam pelos grupos e fui afetado pela relação com os peregrinos e pela luta por direitos da população de rua.

No dia 8, participei da reunião do Movimento acompanhado por seis participantes do evento “Inscrições nas Margens” que foi promovido pelo grupo “NaMargem” da UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos) juntamente com o NACi (Núcleo de Antropologia e Cidadania) da UFRGS. A reunião do Movimento era

uma das três atividades que estavam propostas para sexta à tarde no programa do evento. A reunião transcorreu normalmente, com algumas intervenções dos visitantes, um deles, Tomas Melo, doutorando em antropologia, com uma longa trajetória de pesquisa e envolvimento com o MNPR a nível nacional.

Uma das pautas trazidas na reunião por seu Adão da Silva foi a participação na 2ª Conferência Municipal de Segurança Urbana e para tanto a necessidade da participação na Pré-Conferência da região centro a fim de “tirar delegados”, além da possibilidade de fazer uma pré-conferência livre pelo MNPR/RS. Patrice e eu, após uma rápida troca de olhares, nos colocamos para participar do grupo que acompanharia a Conferência. Ao final da reunião, os participantes do Movimento agradeceram a presença dos convidados, e a professora Patrice fez o convite para a atividade de fechamento do evento que aconteceria no sábado, na Associação dos Moradores do Morro da Cruz. Um dos militantes que estava na reunião, e que também participava do Boca de Rua, foi à atividade. Nesse momento, a presença de um doutorando em antropologia na UFRGS se fez mais atuante, Tiago Lemões se une ao grupo e começa a participar assiduamente das reuniões do Movimento e das reuniões com o grupo do projeto extensão.

A pré-conferência municipal de segurança urbana, no dia 11 de novembro, foi o primeiro espaço institucional de disputa política que me coloquei enquanto apoiador do MNPR/RS e das demandas da população de rua, junto com os dois militantes mais atuantes do Movimento, seu Adão da Silva e Victor. Neste espaço me deparei com atores da sociedade civil e representantes do Estado que tinham outros entendimentos e preocupações em relação aos moradores de rua. Após a apresentação do secretário de segurança sobre a importância da conferência, os participantes foram divididos em três grupos, de acordo com os três eixos da última conferência<sup>20</sup>, para então analisar as proposições nela apresentadas, alterá-las e agregar outras propostas para a próxima conferência. Em breve conversa com seu Adão da Silva e Victor, decidimos ir cada um para um grupo temático. No grupo onde me coloquei, dentre os presentes, estava uma representante da associação de moradores do bairro Menino Deus, bairro de classe média alta de Porto Alegre. Tivemos um debate acalorado e, assim como ocorreu com Favret-Saada (2005), minhas reações escaparam do meu controle.

---

<sup>20</sup>Os três eixos são: Eixo 1, Diagnóstico das Políticas Públicas; Eixo 2 Diretriz para o Plano municipal de Segurança; Eixo 3, Sistema de Proteção Social.

Uma das preposições do eixo que participei, “Sistema Municipal de Proteção Social”, da última conferência tinha a seguinte preposição: “realizar as ações de retirada e/ou encaminhamento de moradores de rua com uma equipe multifuncional, integrada por agentes da SMDHSU, SMS, SMAM, FASC e DMLU”. Fiquei extremamente indignado ao ler aquela preposição, ali estava a norma que legitimava todos os relatos de violações que escutava nos seminários e nas reuniões do MNPR. O grupo foi lendo uma a uma as preposições e quando chegou nesta, pedi “destaque”. Já havia me apresentado enquanto apoiador do MNPR, disse que tínhamos que retirar tal preposição, então falei-lhes dos relatos que ouvia em reuniões e seminários sobre as violações que a população em situação de rua sofria com esse tipo de ação, e que elas tinham o direito de ir, vir e permanecer. Nesse momento o debate esquentou, a advogada, representante da associação de moradores do bairro Menino Deus, me contrapôs dizendo que eles tinham o direito de ir e vir, mas não o de permanecer, porque estabelecendo residência nos espaços públicos eles estariam restringindo o direito de ir e vir das outras pessoas, e que no seu bairro causavam incômodos, como ao fazer suas necessidades fisiológicas na frente da casa de pessoas que tinham residência fixa.

Tal fala me incomodou muito, por um breve tempo fiquei sem reação, não sabia como contrapor aquele comentário que me parecia tão preconceituoso e, além disso, feito por uma magistrada no conhecimento das leis. Relativizei, disse-lhes que mesmo que a população de rua incomodasse a vizinhança do bairro isso não justificava as ações de retirada que violam os direitos das pessoas, por vezes com violência dos agentes de segurança, o que ela concordou. Apresentei a seguinte preposição: “Qualificar a abordagem dos agentes de segurança para com a população em situação de rua balizado na não violação de direitos”. Após a definição das preposições, voltei a sentar junto aos companheiros do Movimento. Em voz baixa, conversei com seu Adão da Silva contando-lhe que tinha sido difícil meu grupo. Em um sussurro, ele contou-me que conhecia aquela gente, então lhe informei como havia ficado minha preposição. Ele pareceu gostar muito e considerou uma vitória. Desde então comecei a participar de todas as reuniões semanais do MNPR/RS.

Analisando posteriormente, considero que esse foi um dos primeiros momentos que algumas das mesmas forças que afetam as pessoas que se envolvem na luta pelos direitos da população em situação de rua me afetaram. Ao ler aquela preposição que legitimava a remoção das pessoas em situação de rua e ao escutar a fala daquela senhora

que os considerava um problema, um incômodo para a cidade e para os domiciliados, pude perceber e me revoltar com o preconceito e a estigmatização que as pessoas que habitam as ruas da cidade como seu espaço de moradia e sobrevivência sofrem por segmentos da sociedade. Tal fala vinha no sentido contrário aos debates dos quais participava nos seminários e nas reuniões do MNPR/RS sobre o direito à cidade e legitimava a violência institucional que a população de rua sofre. Talvez já estivesse afetado por essa luta por direitos, mas naquele espaço institucional de disputa política agi de maneira instintiva com um único objetivo: tentar passar uma preposição que pudesse diminuir as violações de direitos que a população de rua sofre cotidianamente pelos agentes de segurança do Estado. Embora tenha consciência de que uma preposição não seria capaz de mudar tal situação, era isso que estava ao meu alcance naquele momento.

No dia seguinte, 12 de novembro, fui à reunião do jornal “Boca de Rua” fazer um convite para o grupo participar de uma ação do projeto de extensão. Seria um cine debate sobre o documentário “Boca de Rua: olhos de uma gente invisível”<sup>21</sup>, que aconteceria dia 3 de dezembro. O grupo do jornal era formado na época por mais de 30 jornalistas em situação de rua e por 4 colaboradores, sendo Rosina a mentora do projeto idealizado pela ONG Alice (Agência Livre de Informação Comunitária). A reunião acontecia na sede do GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids). A casa estava cheia, um rapaz cadeirante me viu no portão e pediu para uma senhora abrir, um cachorro que estava no pequeno pátio da frente veio me cheirar. Conhecia alguns dos integrantes do jornal que participavam das reuniões do Movimento, mas a maioria dos rostos me era desconhecido. Era um dia quente, a pequena sala onde acontecia a reunião estava lotada, e algumas pessoas circulavam pela casa, consegui um lugar perto da porta, mas não consegui prestar muita atenção no que acontecia, pois logo um rapaz que já havia ido a algumas reuniões do Movimento veio falar comigo. Ele estava bem empolgado e me contou que estavam recebendo a visita de três desembargadores que trouxeram a notícia que o Boca de Rua estaria concorrendo ao prêmio de direitos humanos da AJURIS (Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul).

Assim que os desembargadores saíram da sala, consegui uma brecha e entrei. Após uma avaliação sobre o reconhecimento de estar concorrendo a tal prêmio, Rosina,

---

<sup>21</sup>Direção: Marcelo Andrighetti; Brasil, 2013, 10:00 min)

mentora do projeto, pediu para o pessoal ficar em silêncio para “deixar a visita se apresentar”, o que demorou certo tempo, pois todos estavam agitados. No caso, a visita era eu. Falei meu nome, disse que era aluno de antropologia da UFRGS, trabalhava em um projeto de extensão com a população de rua e com o MNPR/RS, e mencionei Marta, integrante do grupo, presente na sala, que já me conhecia das reuniões do Movimento. Expliquei que estava ali para fazer um convite para um cine debate na UFRGS e assim começar a estabelecer uma relação de troca e reciprocidade entre o “Boca de Rua” e o projeto de extensão. Reconhecemos que muitos estudantes iam até o jornal fazer suas pesquisas e conhecer o mundo deles, mas poucos voltavam para dar o retorno. Por isso, gostaríamos que eles também pudessem conhecer o mundo da Universidade. Após algumas perguntas sobre qual o meio de transporte, se teria alimentação e se poderiam vender o jornal, eles aceitaram e me pareceram gostar do convite, que foi considerado pelo grupo como mais uma demonstração de reconhecimento do trabalho do jornal. Então, me comprometi a acompanhar as reuniões do grupo até o dia da atividade.

No dia 3 de dezembro oito integrantes do jornal foram comigo e Gabriela Jacobsen num ônibus de linha até o Campus do Vale (UFRGS). Fomos para o fundo do ônibus entre risadas e brincadeiras sob os olhares dos outros passageiros. Esses olhares me chamavam a atenção, mas eles pareciam não dar muita importância, e por vezes falavam em tom alto que estavam indo para a Universidade, como se fosse para os outros escutarem. Na chegada ao campus, o *pessoal do Boca* logo saiu vendendo seu jornal, e em poucos minutos um guarda da Universidade chegou para abordá-los. Senti-me constrangido por tal ação e rapidamente fui fazer a mediação, o segurança mudou de atitude, mas mesmo assim ouviu algumas provocações dos jornalistas.

A atividade foi muito produtiva. Num primeiro momento, de maneira informal, fizemos uma recepção para os jornalistas do Boca de Rua com salgadinhos e refrigerantes na *salinha*, expressão utilizada por eles para se referir ao espaço do CECS (Cento de Estudantes de Ciências Sociais). A troca entre eles e os alunos se deu sem grandes constrangimentos, os integrantes do Boca logo puxaram assunto com os estudantes, falando sobre seu trabalho e vendendo o jornal. Vários grupinhos de conversa entre alunos e jornalistas se formaram.

Cerca de meia hora depois, Patrice pediu a atenção de todos, agradeceu a visita dos integrantes do Boca de Rua, e convidou para irmos a uma sala assistir ao

documentário. Numa sala de aula do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) assistimos o curta, que já estava disponível na internet há quase dois meses, mas a maioria dos integrantes do jornal não havia assistido. O diretor do filme também estava presente e fez um relato sobre o processo de produção. Após o filme, Patrice deu início ao debate. Rita e Michele, duas integrantes do jornal, foram as que mais usaram a palavra, falaram sobre o trabalho do jornal, sobre como é morar na rua, acentuando a questão de ser mulher na rua e suas dificuldades a partir de relatos de suas histórias de vida. Patrice instigou os alunos a fazerem perguntas, como ninguém se manifestou, ela pediu para que eu falasse. Fiquei sem saber o que falar, então agradei a presença e tudo que vinha aprendendo com eles e ressaltai a importância daquele momento de troca. Rita, de uma forma brincalhona, agradeceu minha fala, mas pediu que os outros alunos falassem, pois a mim eles sempre viam. Somente um aluno trouxe questões. Após comentar a resposta, Rita falou que o Boca de Rua estava aberto a receber a visita dos alunos, e deu a entender que eles já queriam ir embora, então Patrice encerrou a atividade. Na parada de ônibus para o retorno, o pessoal do jornal me falou que gostou muito da atividade e perguntaram quando seria a próxima.

Dois dias depois, na reunião do MNPR que aconteceu antes da conferência, Victor e seu Adão da Silva falaram que não poderiam participar da conferência. Não entendi bem seus motivos, mas disse que eu poderia participar, e o grupo aceitou. Então, no dia 6 de dezembro, participei da 2ª Conferência Municipal de Segurança Urbana, na Câmara de Vereadores. Nunca havia participado de uma conferência na vida e não sabia o que esperar. No começo, o secretário de segurança pública fez a fala inicial e depois dividiu novamente em três grupos conforme os eixos temáticos. Me coloquei no mesmo eixo que havia participado na pré-conferência. Logo na apresentação dos grupos já busquei ver quais atores poderia me aliar, uma professora da UFRGS e uma assistente social da FASC foram essas pessoas. Quando chegou a leitura da minha proposição uma pessoa fez “destaque”<sup>22</sup>, então tive que defender a proposta que, com ajuda da assistente social, ficou a seguinte: “Qualificar a abordagem dos agentes de segurança para com a população em situação de rua, com enfoque no trabalho em rede e na promoção de direitos humanos, conforme preconiza o SUAS (lei 12.425) e o decreto 7053/2009 que reconhece essa população e seus direitos”. Após o

---

22 Em reuniões e assembleias, pedir “destaque” é uma intervenção quando alguém tem objeção ao que está sendo proposto.

almoço cada delegado recebeu 10 bolinhas adesivas que valiam um voto cada. Todas as propostas estavam impressas em papéis e colada em painéis em uma sala. A proposição que encaminhei recebeu 40 votos e ficou entre as 10 proposições encaminhadas pelo eixo 3 da Conferência.

Na última reunião do MNPR no ano de 2013, dia 13 de dezembro, levei ao grupo o retorno sobre minha participação na conferência. No início da reunião, militantes e apoiadores relataram como havia sido um seminário sobre a população de rua em São Leopoldo, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, que ocorreu devido a denúncias de violência da Guarda Municipal com moradores de rua na cidade. Seu Adão da Silva avaliou que os objetivos do seminário haviam sido alcançados, pois se publicizou as ações de violência e, a partir daquele momento, a prefeitura sabia que os moradores de rua de São Leopoldo não estavam sozinhos. Após sua fala, dei o retorno sobre a 2ª Conferência Municipal de Segurança Urbana de Porto Alegre, e fiz a leitura da proposição sobre a população de rua que foi aprovada. Todos comemoraram e seu Adão da Silva enalteceu minha participação e a rede que o MNPR estava constituindo.

Quase no fim da reunião chegou um rapaz que estava em situação de rua. Ele pediu para falar *o relato de um abrigado*. Contou-nos que estava em um abrigo do município e havia sido expulso por causa de uma janta. Era aluno de um curso profissionalizante e chegou ao abrigo 10 minutos após a janta ser servida, pediu a cozinheira para se servir, mas ela não deixou porque ele estava atrasado. Ele se indignou e explicou sua situação, porém, mesmo assim ela não mudou de ideia. Foi quando um monitor se aproximou para intervir no caso, ele relatou ter ficado mais indignado. O monitor disse-lhe que, caso não parasse, seria expulso. Ele tentou pegar a assinatura das pessoas que presenciaram a situação como testemunha, mas o monitor retirou o papel de sua mão e ele acabou sendo expulso. Contou-nos com lágrimas nos olhos, afirmando que tinha um “plano de vida” construído com a assistente social, que o curso fazia parte desse plano e eles não lhe deixaram jantar. Todos do Movimento se indignaram com a situação e disseram que iriam ajudá-lo a denunciar essa situação junto ao Ministério Público.

Alguns dias depois, a caminho do parque da redenção, a duas quadras da minha casa, encontrei “Índio” pela rua, um dos integrantes do jornal que mais tinha conversado

comigo durante a atividade com o Boca de Rua na UFRGS. Ele apresentou sua esposa, disse-me que tinha gostado muito da atividade e iria voltar ao Campus do Vale para vender jornal. Me convidou para participar da confraternização de final de ano do Boca de Rua. Três dias depois encontrei outro integrante do Boca pela rua, ele pareceu feliz em me ver e logo falou que o pessoal do jornal ia ligar para me convidar para o churrasco do *Boca*. No dia seguinte, “Índio” ligou e reforçou o convite, eu aceitei e disse que iria. A festa de confraternização de final de ano era também uma comemoração do prêmio de direitos humanos concedido pela AJURIS ao jornal Boca de Rua. Ser convidado para participar desse momento de confraternização foi muito importante para minha relação com o grupo – eu era o único que não fazia parte da equipe do jornal, ou talvez já fizesse, mas ainda não sabia.

No dia 20 de dezembro aconteceu a confraternização de fim de ano do MNPR, no início da tarde. Ao final, ocorreu o churrasco de fim de ano do Boca de Rua. A confraternização do MNPR aconteceu no parque da redenção, em clima descontraído, com bolos e refrigerantes. Em certo momento chegou um rapaz que estava em situação de rua, mas que nunca tinha ido às reuniões do Movimento. Ele perguntou se podia comer um pouco, alguém respondeu que sim. Um pouco depois ele me olhou sorrindo e disse: *vi uns peregrinos reunidos e vim ver o que era*. Essa foi a primeira vez que me lembro de ter ouvido a expressão *peregrinos* para se referir às pessoas em situação de rua.

Saí da redenção e fui para o GAPA. Antes de entrar na casa, Índio me ofereceu um cigarro, respondi que não precisava, mas ele insistiu e falou que era um presente. Mesmo sem fumar muito resolvi aceitar. Em meio a conversas e brincadeiras, ajudei a espetar a carne para assar. O dia estava quente e o pátio da casa enevado com a fumaça e o cheiro do churrasco. Cerca de quarenta integrantes do jornal circulavam de um lado para outro em alguma função, arrumando a mesa, buscando refrigerantes ou preparando a salada. A maioria eram homens, havia algumas mulheres, e quase todos eram negros. O som alto do rádio tocava pagode e animava a festa, muitos estavam a dançar. Além de fortes abraços, recebi também uma caneta de presente de “Nego Mau”, integrante do jornal que já conhecia das ruas e bares da Cidade Baixa, e que sempre ressaltava sua descendência, *neto de Lanceiros Negros*, problematizando a questão do negro e do racismo na sociedade. Nesse dia Rosina me apresentou as mães que participam do “Boquinha”, projeto educativo que auxilia com uma bolsa mães e crianças com

trajetória de rua que não estejam mais em situação de rua, o grupo produz uma seção do jornal que é vendido pelos adultos.

Em certo momento, Miguel, o integrante do jornal que havia conhecido na roda de conversa organizada pelo curso de Saúde Coletiva, e que também já havia visto em uma reunião do MNPR, me chamou para uma conversa e não parou de falar. Contou fragmentos de sua história de vida, falou sobre políticas públicas para população de rua e demandou questões para mim enquanto representante da Universidade. Só paramos a conversa quando o churrasco ficou pronto. O assador, Nego Paulo, não deixou ninguém comer enquanto não houvesse uma quantidade pronta suficiente para todos e, quando assim foi, todos estavam sentados na mesa e se fez a distribuição dos pedaços. Nego Mau elogiou: *olha a educação de todos nessa mesa*, e Índio acrescentou: *eu gosto é de ver todos de pança cheia*. Após a refeição, o grupo arrumou as coisas e partiu cada um para seu lado. À noite fui para a casa de minha companheira, que organizara uma janta com amigos. Sentia-me muito cansado, fiquei quieto em um canto sem conseguir interagir com ninguém. As intensidades daquele dia ainda pulsavam em mim.

Nos dias seguintes, ao caminhar pelas ruas da cidade e também pelas ruas próximas a casa onde morava, em um bairro central e território de muitos moradores de rua, quase sempre encontrava algum *peregrino* que já conhecia. Sempre que os reconhecia, e buscava reconhecê-los, cumprimentava e parava para conversar, atualizando informações, falando sobre o local de alguma reunião do MNPR ou do Boca de Rua.

Uma noite, caminhava com um amigo em direção a uma parada de ônibus perto do mercado público, no centro da cidade. Íamos assistir um jogo de futebol e eu contava sobre a atividade que tínhamos realizado na UFRGS com o Boca de Rua, quando um senhor negro aparentando estar meio embriagado veio na minha direção, me deu um forte abraço e falou alguma coisa que não entendi. A troca foi tão intensa que fiquei meio zozzo. Até hoje não sei se ele me conhecia ou não, mas creio que foi um dos primeiros sinais que estava sendo afetado pelas relações com as pessoas que fazem das ruas da cidade seu espaço de moradia. Acredito que, assim como Marcio Goldman (2003) teve que escutar os tambores dos vivos para escutar os tambores dos mortos, eu precisei construir vínculos, rir, abraçar, conversar com pessoas em situação de rua para estar aberto a me relacionar com essas pessoas mesmo sem as conhecer previamente.

Percebi que meu trabalho não se limitaria ao tempo das reuniões e das atividades do projeto de extensão, mas perpassaria todo o tempo que estivesse na rua – e depois até mesmo o tempo que estivesse em casa.

Analisando a 2ª Conferência Municipal de segurança Urbana, para além da minha atuação, pode-se situar a presença de mais um ator e seu discurso nessa arena. O discurso da representante da associação de moradores do bairro menino Deus representa o posicionamento de uma camada da classe média que deseja que tais pessoas sejam retiradas da frente de sua casa, pois ali fazem necessidades básicas e restringem os direitos de ir e vir das outras pessoas, ou “atrapalham a passagem”. Esse atores entram nesse campo de disputa e mobilizam agentes do Estado para realizar tais ações, vide a proposição da conferência anterior: “realizar as ações de retirada e/ou encaminhamento de moradores de rua com uma equipe multifuncional, integrada por agentes da SMDHSU, SMS, SMAM, FASC e DMLU”. Nos seminários do MNPR ouvi relatos das pessoas que sofrem essas ações, tem seus poucos pertences recolhidos, cobertores e colchões, por vezes remédios e documentos, quando não são violentadas pelas forças de segurança durante a ação. Foi frente a esse discurso que me afetei e me posicionei na luta por direitos da população de rua.

Refletindo sobre a atividade com o Boca de Rua na UFRGS e o convite para participar do churrasco, percebe-se uma questão que vai além da luta política em um sentido macro, é a construção de relações pessoais que permeiam a “luta cotidiana” dessas pessoas. Com certeza existe uma questão macro política na relação do Boca de Rua com a UFRGS, a partir do projeto de extensão, pois logo na entrada do grupo no campus do Vale fica evidente as barreiras que excluem esse grupo da Universidade, e estar com seus corpos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a renomada UFRGS, falando sobre seu trabalho é um demarcador social de reconhecimento e valorização de seu conhecimento. Porém o que me pareceu ser mais valorizado foi a relação que se estabeleceu entre os jornalistas do Boca de Rua e os estudantes da UFRGS, o que se evidencia no próprio questionamento sobre o que os estudantes pensavam sobre o Boca de Rua.

Como consequência dessa atividade, fui convidado para participar do churrasco de fim de ano do jornal, o que fortaleceu essa relação de reciprocidade que começava a se estabelecer e demonstra a importância conferida pelo grupo à construção de uma

relação pessoal. Não foi a UFRGS ou o projeto de extensão que foram convidados, mas sim a pessoa que se relacionava com o grupo. O fato de receber presentes também suscita reflexões importantes sobre a inserção a partir do projeto de extensão. Diferente da inserção de muitos antropólogos, que trocam presentes e “tabaco” por momentos de conversa, como Evans Pritchard com os Nuer, me inseri estabelecendo uma troca que valorizava os seus conhecimentos e proporcionava outras possibilidades de relação. O que demonstra o potencial de inserção para a pesquisa a partir da extensão, que na verdade nunca deveriam estar dissociadas.

A partir dessa afecção pela luta por direitos da população de rua e pela própria relação com pessoas que estavam nessa situação, fui convidado a assumir uma nova posição em campo, e aceitei o convite. Como consequência, comecei a conversar quase todos os dias com *peregrinos* em encontros pela rua, o que abriu a possibilidade de trocas com pessoas que nem conhecia. Isso me propiciou perceber a importância das relações cotidianas e abriu os caminhos para um mergulho profundo no mundo da rua.

#### **4. CAPÍTULO III: MERGULHO PROFUNDO NO MUNDO DA RUA, SEUS DESDOBRAMENTOS E A LUTA POLÍTICA NO DIA A DIA**

Neste capítulo, parto da cronologia percorrida no anterior, para refletir sobre a noite em que segui os caminhos propostos por dois colaboradores fundamentais para essa pesquisa, Cícero e Edisson, e realizei um “mergulho profundo” no mundo da rua. O que aconteceu em um contexto no qual o MNPR/RS expandia sua rede de relações com agentes institucionais e com movimentos sociais, tensionada pela suspeita de ações higienistas durante os jogos da Copa do Mundo, e buscava aumentar a participação dos moradores de rua nas suas reuniões e atividades. No mesmo momento em que se consolidava uma relação de reciprocidade entre o projeto de extensão e o jornal Boca de Rua a partir de mais uma atividade de extensão no Campus do Vale/UFRGS.

Com isso, busco problematizar o complexo processo reflexivo realizado pelos *peregrinos*, a partir de práticas e discurso, para compreender e explicar a relação com alteridades outras, instituições ou atores, com os quais interagem. Proponho primeiras considerações para que esse processo possa ser interpretado como uma *antropologia da rua*. Porém, em que pese as tentativas de uma escrita compartilhada, não consegui produzir nesta monografia os efeitos que o conhecimento próprio da população de rua pode ter para o entendimento de tal questão social.

Num segundo momento falarei sobre os desdobramentos dessa noite e a continuidade da relação que estabeleci com Tinga e Beijo para problematizar as diferenças entre nós e a relação com o MNPR. Por fim, a partir da análise de recortes dos diários de campo, discutirei sobre a luta política no dia a dia, que vai além dos discursos performáticos em momentos de reuniões, audiências e seminários, e perpassa as práticas do cotidiano.

#### 4.1. Mergulho Profundo no Mundo da Rua

Em janeiro de 2014 participei de apenas uma reunião do Movimento, na qual se debatia a participação no “encontro dos de baixo”, um evento organizado junto a movimentos sociais, indígenas e quilombolas, se articulando com uma rede maior de outros movimentos de luta. Apesar de me sentir desconfortável em tirar férias e saber que as pessoas com as quais me relacionava ficariam no calor de Porto Alegre, botei a mochila nas costas e passei um mês e meio longe de todos. Em março de 2014, mesmo sem estar vinculado ao projeto de extensão que só recomençaria em maio, voltei a participar das reuniões do Boca de Rua e do MNPR/RS. Na primeira reunião do Boca que fui neste ano, Rosina explicou que todos que participavam do jornal tinham que pegar no batente, e me pediu para atuar como um *colaborador* do jornal. Os integrantes do jornal perguntavam quando teria outra ida à UFRGS, então junto com o grupo do projeto de extensão planejava mais uma atividade com o Boca no Campus do Vale.

Nas reuniões do MNPR/RS, o debate era sobre estratégias para resistir às ações higienistas que poderiam acontecer naquele ano por causa da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, da qual Porto Alegre era uma das cidades-sede. A partir de rumores sobre galpões que estariam sendo preparados para confinar os moradores de rua durante a copa, o Ministério Público foi acionado e outros atores se aproximaram do MNPR/RS: lideranças de movimentos sócias; vereadores; Ouvidoria da Segurança Pública e ONG’s (LEMÕES, 2015c). Entre esses novos atores estavam técnicos do “Centro de Defesa dos Defensores de Direitos Humanos”, um projeto do governo federal, que convidaram o Movimento para uma reunião com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores, agora sob a presidência do vereador Alberto Kopittke, com o objetivo de construir um minisseminário sobre segurança pública e população em situação de rua em tempos de Copa do Mundo<sup>23</sup>. Nesse momento o MNPR/RS também buscava maneiras de aumentar a participação da população de rua no Movimento, visto que em algumas reuniões havia mais apoiadores do que militantes.

---

<sup>23</sup> Tiago Lemões, que compartilhou essa experiência de campo, em seu artigo “Vigiar, Defender e Lutar: sobre direitos e intervenções nas *margens* do Estado”, problematiza as redes que se mobilizaram a partir dos “rumores” de higienização social durante os Jogos da Copa do Mundo, o minisseminário “População em situação de rua e segurança pública em tempos de Copa do Mundo” e seus desfechos, questionando certas práticas institucionais de gestão da “população em situação de rua” nas *margens* do Estado.

Além de buscar o diálogo com representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da comissão de direitos humanos da Câmara de Vereadores, o Movimento decidiu formar equipes para realizar ações de conversas com os grupos da rua durante a noite buscando saber como estavam sentindo a situação na rua com a proximidade da copa, violências, remoções e convidar para as reuniões do MNPR/RS.

Foi nesse contexto que conheci e me aproximei dos dois principais colaboradores de minha experiência com a população de rua, com os quais constitui vínculos tão fortes que ultrapassam as fronteiras da pesquisa. Cícero foi pela primeira vez a uma reunião do MNPR/RS no dia 4 de abril, chegou se apresentando como locutor da “radio na rua”, projeto realizado pelo “circo da cultura” no Centro Pop I, equipamento de acolhimento diurno da FASC. Ele disse que estava voltando ao Movimento, pois já havia participado do movimento “Começar de Novo”, e começaria a trabalhar na nova equipe dos “facilitadores sociais” da FASC. Negro, alto, com uma voz grave como a de locutores de radio, ele se ofereceu para participar das equipes que iriam circular pelas ruas conversando com os grupos que lá estavam, pois *conhecia a rua*.

Na segunda feira, dia 7 de abril, me encontrei com seu Adão da Silva, Gabriela e uma mestranda do serviço social na frente da doçaria Maomé – do outro lado da rua fica o parque da redenção. Próximos a um dos banheiros públicos do parque, cerca de 40 moradores de rua aguardavam a *caixinha*, uma janta distribuída por membros de uma igreja católica. Atravessamos a rua e fomos conversar com o grupo. Chegamos lá e vimos Cícero deitado num banco. Quando ouviu nossa voz, levantou-se e veio conversar. Falamos com várias pessoas em situação de rua, a maioria se mostrava preocupada em relação à Copa, circulava um boato que os moradores de rua seriam levados para um galpão na cidade de Viamão durante o período da competição. Nessa noite conhecemos Edison, que se mostrou um dos mais interessados e falou que ia *chegar* nas reuniões do MNPR. Gabriela e eu o convidamos para a atividade do projeto de extensão com o Boca de Rua, que aconteceria no outro dia na UFRGS. Ele disse que iria.

O dia seguinte, 8 de abril de 2014, foi longo e intenso. Mudou minha relação em campo e realizei um mergulho profundo no *mundo da rua*. Na primeira hora da tarde fui com Tiago Lemões a uma reunião com a professora da enfermagem da UFRGS, Themis Dovera, que coordenava um projeto de extensão chamado “Universidade na Rua”. Ela

buscava a parceria da antropologia para concorrer a um edital da PROEXT para transformar o projeto em um programa de extensão, o qual receberia um bom valor em recursos para ações de extensão.

Depois, fomos à reunião do “Boca de Rua” para levar os interessados à uma atividade no Campus do Vale. Cícero participava pela segunda vez da reunião do jornal, Edison, pela primeira. Além deles, cerca de nove integrantes foram conosco para o “Bate papo com o Boca na UFRGS”, evento que aconteceria naquela tarde como continuidade à parceria com o programa de extensão coordenado pela professora Patrice Schuch. Ao chegar no campus, aconteceu novamente a recepção na *salinha* do CECS (Centro de Estudantes de Ciências Sociais), espaço já conhecido por alguns integrantes do jornal. Caminhamos pelo campus para apresentá-lo aos visitantes e depois fomos a uma sala de aula onde os *peregrinos* sentaram no lugar do professor e, mais que um “bate papo”, deram uma verdadeira aula para os quase 30 alunos presentes – numa ação performática, sentados na mesa do professor atrás do quadro negro, falaram para os alunos sobre os preconceitos que sofrem nas ruas, as fronteiras que não permitem acessar espaços como supermercados e shoppings; relataram as violências sofridas pela polícia, do mundo da rua; as dificuldades encontradas para acessar albergues e abrigos; e por fim sobre o trabalho de comunicação do jornal Boca de Rua.

No fim da atividade, Cícero me perguntou se Gabriela e eu iríamos com ele e Edison fazer as ações de conversa com os grupos na rua que havíamos combinado na reunião do MNPR. Respondi que sim, e então começou o que considero o primeiro mergulho etnográfico profundo que realizei no mundo da rua.

Foi uma noite chuvosa muito intensa que mudou minha relação com a rua e com as pessoas que a habitam. Pegamos um ônibus no Campus do Vale (UFRGS) e fomos para a região da praça da Matriz, no coração central da cidade, onde estão localizadas a Igreja Matriz, o Palácio do Governo Estadual, a Assembleia Legislativa e o Palácio da Justiça. As conversas com os grupos que ali estavam se davam através da mediação de Cícero e Edison, quase todos já os conheciam como Tinga e Beijo, e eu começava a conhecê-los dessa maneira. Nessa aproximação inicial, eles contavam sobre a atividade que tinham participado na UFRGS, quem eram os estudantes que os acompanhavam e o que estávamos fazendo ali. Em certo momento, nos levaram até a *aba* onde estava a *aldeia* de Tião, um dos antigos facilitadores sociais, que conhecia de perto a FASC e os

atores que se relacionam com a população de rua. Quando chegamos, Tião logo se levantou bem espiado, estava acompanhado por mais cinco pessoas. Tinga explicou que estávamos ali pelo MNPR e Tião respondeu que não queria papo com movimento da FASC. Tinga então explicou que não éramos da FASC, que havíamos os levado até a UFRGS para falar com os estudantes e só queríamos “trocar uma ideia” sobre as ações de remoção durante a copa do mundo. Ele falou *esse bagulho da copa é papo de peregrino, vão levar uns que andam vagando sozinho por aí todo mulambento e fedido, mas daqui ninguém nos tira, nem a Brigada nem o Exército*. Nisso, raspou um facão na parede de pedras fazendo sair faíscas.

Passado um tempo, já mais tranquilo, aceitou conversar e ofereceu alguns baldes, que serviam como bancos, para sentarmos. Então falou *vocês me pegaram na hora errada, mas vou da o papo reto, o bagulho é o seguinte, eu fui facilitador da FASC, conheço tudo lá dentro*. Tivemos uma conversa muito intensa, em que Tião nos falou sua opinião sobre a FASC e sobre o MNPR, também contou histórias sobre os movimentos que já tinham sido feitos pelos *peregrinos*, como uma ocupação na garagem da assembleia legislativa em 2011. Ele também falou que existe uma diferença entre pessoa em situação de rua e moradores de rua: pessoas em situação de rua são aquelas atendidas pelos equipamentos da FASC, que por algum motivo foram parar na rua, mas querem sair, já os moradores de rua são os que vivem na rua há muito tempo e não querem sair da rua. Tião falou sobre a importância para eles do *olho no olho*, que uma pessoa que não consegue olhar no olho e desvia o olhar está mentindo, que eles da rua reconhecem a pessoa pelo olhar.

Ali, pela primeira vez, compartilhei a cachaça e a comida com os peregrinos – um “marmitex” que chegou de uma doação. Tinga e Beiço ficaram muito alegres por compartilharmos a comida com eles e Tinga pediu minha câmera para registrar aquele momento. Quando saímos da *aba* de Tião, Tinga me perguntou se nós imaginávamos viver aquilo, que nós tínhamos entrado fundo no mundo deles, algo que nenhum dos outros apoiadores vivera. Seguimos andando. Tinga decidiu nos levar até sua *aba*. No meio do caminho estourou o chinelo de Gabi, eles disseram que já conseguiriam um para ela. Chegando na *aba*, ele nos apresentou a sua “família”, lhes contou que nós os tínhamos levado à Universidade e perguntou se alguém tinha um chinelo, logo alguém alcançou um e Tinga o deu para Gabi. Ela relutou em aceitar, mas ele insistiu e disse que já tínhamos visto como funcionavam as coisas entre eles, e que agora o chinelo era

dela. Ela aceitou e afirmou que depois iria devolver, ele disse que não precisava. Gabriela então falou que tinha aula no outro dia e precisava ir para casa, que era próximo dali, Tinga e Beijo decidiram acompanhá-la. Eles me perguntaram, de uma maneira convidativa, se eu continuaria com eles, respondi que sim, me abraçaram bem empolgados e indagaram *onde vamos comprar outra cachaça?* No caminho, passou um carro da PM que diminuiu a velocidade, os policiais ficaram nos observando. Após eles passarem, Beijo diz *se nós estivéssemos sozinhos já ia tomar um paredão.*

Seguimos para a cidade baixa, bairro boêmio da cidade, e encontramos vários *peregrinos* pelo caminho. Tinga e Beijo conversaram com quase todos, e alguns se juntaram a nós. Eles também conversaram com alguns garçons e me mostraram lancherias que *apoiam* comida. Paramos em outra *aba* que estava em festa, pois haviam recebido dinheiro por uma semana de trabalho nos preparativos do Estádio Beira-Rio para a Copa. Ficamos bebendo, cantando pagode e conversando, essa aba estava a menos de duas quadras da casa onde morava. A minha cor contrastava com a deles, era o único branco da roda, todos os outros eram negros. Beijo já não me dava tanta atenção e interação mais com os outros, mas Tinga seguiu ao meu lado. Em certo momento, perguntou quantos *peregrinos* eu havia conhecido naquela noite, disse que não sabia, ele respondeu que no mínimo uns 40, que eles são muitos. Disse também que o que estava vendo ali era uma festa, que estavam todos bem, mas que a realidade deles não era assim: *agora tu ta me vendo bem, mas tu tem que me ver mal, aqui ta todo mundo bem, mas tem que ver a gente mal.* Ele me disse isso com um olhar fundo e uma voz firme, olhando no fundo dos meus olhos. Passado cerca de uma hora e meia que estávamos nessa aba, Tinga e Beijo me perguntaram para onde iríamos e respondi *to por vocês.* Decidiram caminhar para outra praça, eu os acompanhei. Nessa praça, o clima já estava mais pesado, depois de muitos goles Tinga me contou passagens tristes e violentas de sua vida. Eu não soube como reagir, senti uma angústia profunda. Fazia quatro meses que não fumava, mas pedi um cigarro.

No fim da noite, perto das 6 horas da manhã, quando já não tínhamos mais dinheiro, convidei Tinga e Beijo para tomar os “últimos goles” na *comuna*, casa onde morava e dividia com mais oito pessoas. Sentados no meu quarto conversamos muitos assuntos, Tinga me perguntou por que um morador de rua não podia morar numa casa como aquela, eu não soube o que responder. Enquanto conversávamos, comíamos amendoim que ele havia me dado de presente. Tinga jogava as cascas de amendoim no

chão do meu quarto, enquanto Beijo e eu jogávamos as cascas em um cinzeiro. Eu não sabia o que fazer, pois aquilo me incomodava, então Beijo falou para Tinga, *para de testar o guri*, aproveitei a brecha e falei que eu teria que limpar depois, ele riu e falou que se eu não tinha dito nada era porque eu não estava me incomodando, e ele iria seguir botando as cascas no chão, pois na rua era assim. Depois, ao refletir sobre esse momento, percebi que eles estavam me estudando, me testando, e não só naquele momento, mas em vários durante a noite, de uma maneira prática e tão funcional que na hora eu não percebia.

No dia seguinte havia uma reunião na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (CEDHECOM) para organizar um seminário sobre população em situação de rua e violência policial em tempos de copa do mundo – tal seminário teve grande participação da população de rua e foi considerado um marco pelos integrantes do Movimento. Com muito esforço me levantei e consegui chegar às 14 horas no local marcado. Cícero, que havia combinado de ir, não apareceu. Fiquei preocupado com o que poderia ter acontecido. Essa preocupação me deixou muito angustiado e, de noite, peguei minha bicicleta e decidi sair para procurá-lo. Fui até a Igreja da Matriz, no local em que ele havia dito que dormia, perguntei por Cícero para um rapaz que havia conhecido na noite anterior, ele me respondeu que não tinha o visto e que ele devia estar em outra praça. Eu me despedi e pedi que caso Tinga aparecesse por ali, avisasse a ele que eu estava o procurando.

Entrei na Praça da Matriz pedalando vagorosamente. Cerca de 30 moradores de rua ocupavam a praça em diversos grupos, minha presença era estranha e alvo de muitos olhares. Por um momento fiquei com medo e me perguntei o que estava fazendo ali, então identifiquei Beijo em um dos bancos e fui em sua direção. Ele pareceu surpreso com a minha presença, nos cumprimentamos e sentei ao seu lado no banco. Perguntei por Cícero, mas ele também não tinha o visto, trocamos mais algumas palavras e ele voltou sua atenção para os assuntos do grupo. Fiquei um tempo quieto, a escutar o que falavam e a pensar sobre o que estava fazendo ali, quando chegou Muralha, um negro, alto que havia conhecido na noite anterior, ele cumprimentou a todos com toque de mãos característico e ao me cumprimentar falou: *olha só mais um irmãozinho da rua, tu é da onde?* Aquela pergunta me pegou de surpresa e fiquei sem saber o que dizer. Respondi que estava procurando Tinga. Beijo interveio e falou que eu era o *guri da universidade* que estava com eles na noite anterior. Muralha falou: *esse gostou da rua,*

*daqui a pouco ta dormindo aqui com nós?* Deu uma gargalhada, os outros também riram, e logo me perguntou se tinha um dinheiro para apoiar, disse que estava sem nada, e Beijo, num tom de intimidade, disse para ele me *deixar em paz*. Muralha riu novamente e começou a conversar com outros. Passado poucos minutos ele se despediu e ao sair viu minha bicicleta próxima ao banco onde estávamos sentados. Perguntou para o grupo de quem era a bicicleta. Respondi que era minha. Ele perguntou se podia pegar emprestada. Troquei um breve olhar com Beijo e respondi que não, pois já estava indo embora, ele insistiu e falou que voltava rápido. Beijo interveio novamente e falou no mesmo tom de intimidade e brincadeira: *vai embora de uma vez e para de incomodar*. Muralha riu, retrucou alguma coisa e desapareceu no meio da escuridão a passos rápidos. Beijo meu falou que se tivesse emprestado a bicicleta nunca mais teria a visto. Passado alguns minutos aproveitei um momento de silêncio e me despedi, combinamos de nos vermos na próxima reunião do Movimento.

Quando sai de casa, na manhã daquela terça feira tinha uma intenção. Sabia que encontraria várias pessoas em situação de rua, mais especificamente os *jornalistas* do Boca de Rua, estava pronto para enquanto bolsista de extensão engajado na construção de uma universidade popular, realizar uma ação do projeto “Práticas de Governo, Moralidades e Subjetividades nos circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua” com a potencialidade de constranger as estruturas de uma universidade elitizada, como a maiorias das instituições universitárias no Brasil, ao trazer para dentro de seus muros um grupo que foi historicamente excluído do acesso ao ensino superior, para além da interação e trocas com os estudantes, dar uma “aula na universidade”, reconhecendo o conhecimento da experiência de vida dessas pessoas nas ruas. Sabia também que enquanto *apoiador* do Movimento (MNPR), afetado pela luta por direitos da população em situação de rua, naquela noite caminharia pelas ruas do centro conversando com pessoas em situação de rua sobre possíveis remoções durante a copa e maneiras de resistir a essas ações higienistas.

Porém, nem nos meus sonhos mais delirantes, tinha a intenção de naquele dia passar uma noite inteira com os peregrinos na rua, indo de aba em aba, de aldeia em aldeia, compartilhando a cachaça e a comida, a gargalhada e a música, a tristeza e o choro. Tampouco pensava que eles conheceriam a minha casa, e menos ainda que estaria sendo estudado. Não imaginava que permearia tantas fronteiras, mas o fato é que naquela noite deixei-me seguir pelos passos de uma comunicação não intencional e

involuntária (FAVRET-SAADA, 2005) que me permitiu ser afetado por algumas das mesmas intensidades que afetam os *peregrinos* durante a noite na rua, me colocou em outra posição em relação ao MNPR/RS e me permitiu ver as questões de outra perspectiva.

Refletindo sobre esse processo de inserção no mundo da rua, mas principalmente sobre esse mergulho profundo, é possível fazer considerações iniciais sobre o que interpreto ser uma *antropologia da rua*. Na conversa com Tião, quando relata ter sido facilitador social e por isso conhecer a FASC e tudo que acontece naquele meio, ele também estava dizendo que a partir de sua relação prática, “de perto e de dentro”, com aquela instituição ele elaborou um conhecimento sobre o seu funcionamento. No momento em que Beiço afirmava que se não estivéssemos com eles teriam sido abordados pela polícia, além de demonstrar um profundo conhecimento sobre as práticas do aparelho repressivo do Estado, também reconhece que Gabriela e eu éramos uma alteridade com a qual estavam se relacionando, e por estarmos juntos eles eram tratados de outra maneira. Na minha casa, quando Tinga jogava as cascas de amendoim no chão, ele estava me estudando para saber como se relacionar com aquela alteridade. Muralha quando me encontrou na praça de noite também queria conhecer a alteridade que estava em seu espaço, primeiro me associou a imagem de um novato na rua, quando descobriu que era um estudante universitário, mesmo que diferente dos outros por circular no seu mundo, tentou conseguir algum dinheiro.

Essa antropologia da rua tem sua própria metodologia, que evidentemente é distinta da metodologia acadêmica. Entendo que ela é produzida por meio dessa relação com alteridades outrem, na experiência da rua, a partir desse complexo processo de práticas e discursos reflexivos, os quais tentei trazer com os recortes etnográficos expostos acima. Ela é acionada para compreender as alteridades novas com que se relacionam, e assim saber como interagir com elas, da mesma maneira que a partir do conhecimento adquirido nesse processo sabem como redigir as práticas de instituições, como as da polícia ou dos abrigos e albergues. Sua transmissão é pela linguagem oral e assim circula entre “seus pares”.

Mas porque isso seria uma antropologia da rua e não um conhecimento da rua ou um saber da rua? Com certeza é a partir de um saber e conhecimento da rua que surge o que chamo de *antropologia da rua*, e ela também produz saberes e conhecimentos da

rua. No que se refere à antropologia, sigo aqui a concepção de Tim Ingold (2011), para o qual a “antropologia é uma investigação sobre as condições e possibilidades da vida humana no mundo”. Para quem vive na rua, compreender as condições e possibilidades da vida humana, comparar de forma crítica os modos de ser de outras pessoas e instituições e saber como interagir com eles pode ser o que separa a vida da morte. Por isso proponho que esse processo reflexivo seja interpretado como uma antropologia da rua, pois entender a relação com a alteridade é fundamental para a própria sobrevivência dos *peregrinos*.

#### **4.2. Desdobramentos e Lutas Políticas Cotidianas**

Foram muitos os desdobramentos e as consequências dessa noite. Na seguinte reunião do MNPR/RS, Tinga e Beijo contaram para militantes e apoiadores sobre a nossa caminhada noturna pelas ruas centrais da cidade, exaltavam a maneira como eu e Gabriela nos colocamos, referindo que tínhamos conhecido a rua e até comido *marmite* com eles. Isso modificou a nossa posição nas relações de poder dentro do Movimento, pois éramos os apoiadores que tínhamos passado uma noite na rua. Essa experiência nos aproximava de um “saber da rua” (LEMÕES, 2015c) que nos diferenciava de outros apoiadores do Movimento, que não experienciaram o mundo da rua, e principalmente de agentes institucionais que se aproximavam do MNPR/RS no contexto da Copa do Mundo que, sem considerar a exposição a retaliações que os moradores de rua poderiam sofrer e, portanto, sem conhecer o mundo da rua, propunham a denúncia sobre as violências policiais (LEMÕES, 2015b).

Esse “saber das ruas” era um conhecimento adquirido pelos militantes do MNPR/RS a partir de sua experiência de rua, contado pelos anos de rua, ou como proponho, por uma *antropologia da rua*. Também era uma forma de poder que os militantes do MNPR/RS utilizavam na luta política para se legitimar e questionar o saber institucional dentro dessa arena de interações que mobiliza discursos, práticas e instituições em torno da população em situação de rua enquanto uma questão social. Segundo Tiago Lemões (2015c), analisando esse mesmo contexto etnográfico, “o saber das ruas é operado de forma situacional de acordo com o contexto e os interlocutores

em jogo”. Nesse sentido, Tiago Lemões considera que, ao valorizar a experiência que Gabriela e eu tivemos na rua, eles também valorizavam o seu conhecimento como algo a ser transmitido e que não era conhecido pelos demais.

Porém, minha relação com eles não se limitou àquela única noite na qual permeamos juntos pelas fronteiras da universidade, da rua e da casa. Alguns dias depois Beição me visitou para conversar. Após a reunião seguinte do MNPR/RS Tinga me contou que não lembrava como chegar na minha casa, tinha caminhado por várias ruas da região e não havia encontrado, então fomos até lá tomar um café. Duas semanas depois combinamos fazer um almoço antes da reunião do Movimento. Nesse mesmo período Tinga e Beição começaram a participar ativamente das reuniões do MNPR/RS e do Boca de Rua. Também participavam das reuniões para construir o miniseminário “População em situação de rua e segurança pública em tempos de Copa do Mundo” e depois de algumas atividades da “Patrulha dos Direitos Humanos”<sup>24</sup> e de atividades na Câmara de Vereadores contra o fechamento da casa de convivência Ilê Mulher. Eu também participava dessas reuniões e atividades, íamos juntos em média três reuniões por semana, às vezes mais, e Tinga disse que formávamos uma *equipe* do Movimento.

A *comuna* virou nosso ponto de encontro para essas reuniões, na casa fazíamos almoços, *rangos*, sempre cozinhados por Beição que não deixava ninguém chegar perto das panelas, ao som de um Rap Nacional ou um pagode. Eles também usavam o banheiro para tomar banho e deixavam alguns de seus pertences que não tinham onde guardar ou que tinham receio de perder na rua, com o tempo arrumaram uma espécie de “guarda roupas” em um corredor da casa. No decorrer dessa relação, e criação de vínculos, outros peregrinos também começaram a frequentar a comuna. Nos caminhos das ruas, enquanto íamos ou vínhamos de alguma reunião, eles me apresentavam lugares e outros *peregrinos*. Ensinavam-me a ver os *macaquinhos*, sacolas com comida que outras pessoas deixam penduradas nas árvores ou grades, e insistiam para que eu provasse. Nossa relação e nosso vínculo foi se fortalecendo. Com suas diferenças, esses vínculos também foram sendo construídos com os outros estudantes do projeto de extensão, como Gabriela, Tiago, e Bruno, que entrou no projeto nesse contexto extremamente pulsante e efervescente.

---

<sup>24</sup>No artigo “Vigiar, defender e lutar: sobre direitos e intervenção nas *margens* do Estado”, Tiago Lemões (2015b) problematiza esse miniseminário e as ações da patrulha de direitos humanos durante o período da copa do mundo.

Em 1º de maio de 2015, Beijo foi ao encontro dos atingidos pela Copa do Mundo, organizado por movimentos sociais articulados pelo Comitê Popular da Copa. No final do mês aconteceu no litoral do Paraná o 2º Congresso Nacional do MNPR: *O direito a ter direitos*. Nesse momento Tinga e Beijo estavam entre os militantes mais ativos do MNPR/RS, e junto com eles, Tiago Lemões e mais cinco militantes fomos para o Paraná. Era minha primeira aproximação com o Movimento Nacional, assim como também era a deles, à exceção de seu Adão da Silva, que na época ocupava a posição de coordenador nacional do MNPR no RS, e Victor que já conheciam o movimento a nível nacional.

As delegações de doze estados do Brasil e todas as lideranças nacionais estavam presentes no encontro. No hotel onde aconteceu o encontro as interações aconteciam em todos os espaços, entre brincadeiras, conversas e risadas, mas também houveram alguns momentos de conflito. Pela manhã e pela tarde haviam mesas de debates direcionadas a instrumentalizar os militantes sobre os direitos da população de rua e quais as redes para alcançar esses direitos. Logo na chegada uma liderança nacional me disse que os apoiadores da Universidade estavam ali para ouvir, fazer os relatórios do seminário e tinham que estar do início ao final das mesas, mas quem iria participar e falar seriam os militantes da rua. Entre os apoiadores presentes estavam trabalhadores da assistência, técnicos do MDS, universitários e pessoas ligadas às pastorais da rua. Nestes cinco dias de convívio intenso nossa relação se tornou mais próxima.

Alguns dias depois do retorno do congresso, Beijo convidou Tiago e eu para almoçar e tirar algumas fotos na *aldeia* – como chamavam o local onde mora com mais oito pessoas. Estavam preocupados que pudessem ser removidos durante os jogos da Copa do Mundo, pois uma pessoa que não conheciam tinha tirado fotos do local. Após esse almoço, que era uma estratégia de defesa deles, comecei a me relacionar com *o pessoal da aldeia*, e recebi convites para outros almoços. Assim como Beijo frequentava a *comuna*, se relacionava com seus moradores e ia às festas da casa, também comecei a frequentar a *aldeia*, participei de almoços e festas com pagode e alegria, assim como também vi *ladaias* – expressão utilizada para se referir a brigas e discussões – por vezes bem violentas. Dessa maneira estabelecemos mais um laço de reciprocidade.

Em decorrência dessa relação, Tinga e Beiço começaram a me apresentar em reuniões ou espaços institucionais, e também quando encontravam algum amigo meu pela rua, falando que eu estava *virado em um peregrino, virado num morador de rua*. Esse discurso, que me conferia certo poder, era utilizado de maneira circunstancial (LEMÕES,2015c), quando era estratégico o seu uso em momentos de lutas políticas, para valorizar seu saber, e também para mostrar para outras pessoas, como para meus amigos, parentes e colegas, que esse era um contato possível, e assim conheceram minha rede de amigos e colegas. Dessa maneira valorizavam a experiência, o afeto e a relação que estabelecemos nesse caminho de lutas políticas e de convívio no espaço da rua e da casa. Em outras circunstâncias falavam *ele acha que é, mas não é um morador de rua*, e assim me tiravam certo poder e demarcavam diferenças.

Essa posição, de apoiador que conhece a rua, também foi problematizada por outros peregrinos que se aproximavam do MNPR/RS. Durante a Conferência Municipal de Assistência Social, um grupo de oito pessoas ficaram cerca de dez minutos discutindo se eu estava *virado num peregrino* ou continuava um *playboy da universidade* – expressão pejorativa para se referir a estudantes universitários de classe média. Enquanto Dentinho dizia *o Pedro é da universidade, ele é playboy*, Paula rebatia *para meu, o Pedro é peregrino, tá sempre com nós pra cima e pra baixo*. Por fim concordaram que eu não era um *playboy*, mas também não era um *peregrino*, era *quase um peregrino*. Isso também dizia sobre a minha legitimidade de fala, o que já havia sido problematizado outras vezes. Em uma avaliação sobre a atuação dos apoiadores no MNPR/RS, fui questionado por Ezqueil quantas vezes eu já tinha dormido na rua, o que contestava minha posição para falar sobre a rua, como alguém que “*pensa que conhece*” a rua. Analisando essa questão, Tiago Lemões (2015b) destaca a “*agência*” dessas pessoas ao impor “*condicionalidades*” nesses “*espaços de interlocução estatal e luta política organizada*”:

“para falar em nome das pessoas em situação de rua, para ter legitimidade de fala e representatividade, é fundamental vivenciar as ruas. Tal legitimidade também é dosada e distribuída de forma desigual, em acordo com o grau de aproximação ou afastamento dos mundos que, ainda que entrecruzados, precisam ser selados com vínculos de afeto e pessoalidade.” (LEMÕES, 2015c:330)

Porém as diferenças entre nós sempre estiveram presentes, e quando pensava que elas se diluíam, sempre vinha uma revista na entrada de um prédio público que eles eram constrangidos a passar e eu não, ou os olhares de um segurança de supermercado

que nos seguiam quando estávamos juntos, mas nunca me olhavam quando estava sozinho. Como vimos no primeiro capítulo, esse racismo e esse preconceito é estrutural da sociedade brasileira, não existia entre nós somente a diferença de cor, mas também a diferença de classe social. Não demorou muito para que começassem a me chamar de *padrinho* – expressão utilizada para se referir a pessoas que *apoiam* comidas, roupas ou dinheiros para os moradores de rua. Não gostava do termo, pois não queria ser visto como alguém que meramente apoia com questões materiais, e tentei não aceitar ser categorizado como padrinho de ninguém, então eles negociaram que cada estudante universitário ia ter um afilhado. Continuei incomodado, esse signo demarcava uma diferença entre nós, mas normalmente era eu que *apoiava* o feijão e o arroz para os almoços e também algumas roupas durante o inverno. Certa vez, no final de um bloco de carnaval, entre abraços e com as emoções efervescentes, Beijo me falou *o Pedro, tu sabe que tu é meu amigo, meu irmão, os cara acham que é só porque tu apoia umas coisas, mas não, tu é um cara que eu sei que posso contar*. Então percebi que apesar dessa relação de padrinho demarcar uma diferença entre nós, ela não impedia de estabelecermos uma relação sincera de afeto, com trocas e confidências, nem atrapalhava as ações de luta política que realizávamos junto.

#### **4.3. Algumas Lutas do MNPR/RS e a Luta no Dia a Dia**

Nos meses seguintes realizamos várias lutas políticas junto com o Movimento Nacional da População de Rua. Embora não seja objeto do trabalho a problematização dessas lutas específicas, elenco três exemplos que considero importante trazer aqui para dimensionar as mobilizações nas quais estivemos, e ainda estamos envolvidos.

(1) A luta contra o fechamento da EPA, Escola Municipal Porto Alegre, que funcionava na modalidade EJA (educação de jovens e adultos), localizada no centro de porto Alegre, em uma área visada pela especulação imobiliária: no início de outubro de 2014 a secretaria de educação avisou que iria fechar a EPA para implementar uma escola de educação infantil no local, os alunos da EPA seriam transferidos para uma EJA que ficava em outro território. Após a mobilização dos estudantes da escola e dos militantes do MNPR/RS, ou seja, após várias manifestações, audiências públicas,

reuniões com gestores municipais e articulação com a defensoria pública da união, a escola se mantém aberta através de uma liminar judicial;

(2) A luta pela reabertura do Restaurante Popular: O *bandeijão*, como era conhecido, funcionava até julho de 2013 em um prédio na frente da rodoviária de Porto Alegre, gerido pelo governo do estado. Era uma opção alimentar barata, ao preço de um real, a qual vários moradores de rua recorriam para garantir sua alimentação, mas devido a questões da vigilância sanitária o espaço foi fechado. Desde o primeiro seminário do MNPR/RS, no final de 2013, essa pauta era apontada como uma das lutas do Movimento. Em setembro de 2014, o MNPR/RS começou a fazer uma pressão mais intensa para a reabertura do restaurante. Realizou atos públicos, participou de reuniões do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar), participou de várias reuniões com agentes do Estado e do Município (pois era necessária uma parceria entre os dois entes para reabrir o espaço), e participou de um grupo para pensar o funcionamento do novo espaço. Em agosto de 2015 o Restaurante Popular reabriu de forma provisória, funcionando dentro do albergue municipal, e em fevereiro de 2016 em seu local definitivo, nas proximidades do albergue.

(3) A luta contra remoções nos espaços públicos. Desde os primeiros seminários do Movimento que participei escutava as denúncias de remoções de praças e viadutos realizadas pela parceria entre agentes da SMAM, DMLU e Brigada Militar. Quando participei da 2ª Conferência de segurança urbana tive acesso a uma proposição da antiga conferência que solicitava essas ações. Porém essa questão começou a ser debatida com maior atenção no MNPR após a denúncia de Cícero sobre a remoção executada por essas equipes de uma família que habitava o viaduto da conceição (na região central e próximo a rodoviária) e era acompanhada por uma equipe de abordagem social do CREAS centro, e por ele enquanto facilitador social. Duas senhoras dessa família ao se alocarem em outro território, na saída da cidade, foram atropeladas por um caminhão e uma delas veio a falecer. Tal relato comoveu todos os integrantes do Movimento e se tornou uma pauta para as reuniões com gestores do município no “Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Municipais para a População de Rua”. Além disso foi feita uma denúncia no Ministério Público, que resultou na publicação de uma recomendação da promotoria de direitos humanos para tais ações.

Porém, tais ações continuaram a acontecer e, em maio de 2015, um grupo que habitava os galpões do parque harmonia foi às reuniões do MNPR/RS denunciar que seria removido do parque para a realização da festa comemorativa da semana farroupilha – organizada pelo MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), ocorre anualmente no mês de setembro. Muitas reuniões foram feitas pelo Movimento nos galpões, e também com agentes públicos em diversas negociações. O grupo acabou sendo removido mediante o benefício de aluguel social, entretanto devido a falhas do programa e atraso nos pagamentos, em menos de três meses a maioria das pessoas já estava novamente habitando as ruas da cidade. Essas remoções continuam a acontecer e são constantemente denunciadas pelo MNPR/RS. Uma das pautas políticas que mais mobiliza o Movimento atualmente é a luta por uma política de habitação permanente para a população de rua.

Durante esses processos estabeleci uma relação quase cotidiana com Tinga e Beijo, pude perceber que a luta política por eles realizada, para além dos discursos performáticos nas reuniões, audiências e seminário, se dava também nas práticas do dia a dia, como analiso a partir de um recorte do diário de campo:

*Segunda Feira (20/10/2014) - Perto das 9 horas, Beijo bateu na janela do meu quarto e me acordou, sai da cama num pulo e fui abrir a porta ainda meio dormido. Ele me disse que nem Ciça, nem Consuelo tinham chegado na praça, o ponto de encontro, então veio me chamar. Também contou que os pedreiros do centro pop I estavam em greve, pois estavam sem receber, e disse que queria passar na frente do centro pop e depois na FASC para falar com o Marcelo (presidente da FASC) sobre a reformar que não terminava, pois ele tinha dito que podíamos cobrar ele a qualquer momento. Em seguida pediu o computador emprestado para ver se elas tinham mandado alguma mensagem enquanto eu me arrumava. Fui ao banheiro, lavei o rosto, escovei os dentes. Voltei para sala e perguntei se ele já tinha tomado café, e me disse que tinha ido à escola mais cedo e aproveitou para tomar um banho e café. Fui à cozinha, comi duas bananas e um pedaço de goiabada e logo saímos de casa a caminho da praça ver se elas já haviam chegado.*

*A praça era o ponto de encontro do grupo que ficou responsável na última reunião do MNPR/RS por dar um apoio e saber como estava Rafael, um “peregrino” que ficou famoso nas últimas semanas após ter saído uma reportagem em um jornal de grande circulação que o noticiava como heroica sua ação ao tentar defender, junto com um amigo, uma jovem que era estuprada na beira do Guaíba, perto de onde eles viviam acampados. O grupo ficou preocupado que eles sofressem represálias dos agressores da menina, pois foi veiculada na notícia a foto, nome e local onde moravam. Apesar de Cícero pontuar que eles não iam sofrer violência, pois os agressores agora eram “duques” (estupradores), logo estavam queimados na rua, todos iam querer “dar um pau” neles. Mesmo com as considerações se decidiu fazer a visita para saber como eles estavam e passar alguns telefones que pudessem ser úteis em caso de alguma emergência.*

*O sol da manhã começava a esquentar o dia, no caminho da praça encontramos Esquiel, ele nos cumprimentou e saiu dizendo que tinha acabado de ir falar com Zambiazzi (político e radialista da RBS) sobre a situação sobre o fechamento da escola EPA e pedir um apoio para ele. Beijo contou para ele que os alunos estavam querendo fazer uma manifestação naquela tarde, e disse para ele aparecer lá. Esquiel disse que ia estar lá. Nos despedimos e cada um seguiu seu caminho, logo Beijo comentou que era bom ver que todos alunos estão se movimentando contra o fechamento da escola, apesar de não confiar no tal político. Chegando na praça vimos Ciça, conversando com Cleiton e Orelha. Fomos até lá e os cumprimentamos, Ciça pediu desculpa pelo atraso e nos acompanhou, explicamos aos dois o que estávamos indo fazer e seguimos a caminho do centro pop I. Ainda no meio da praça encontramos a Tatá, que trazia um galão de água congelada, segundo ela para fazer uma salada de frutas. Beijo perguntou se ela sabia que os pedreiros estavam em greve, ela disse que sim e que devia ser culpa do diretor da casa que não queria trabalhar. Orelha, que passava por ali disse que eles tinham que ir tomar banho de balde na frente da FASC, porque sem o pop não tinham chuveiro.*

*Seguimos até o centro pop e lá falamos com o porteiro, ele nos disse que faltava pouca coisa da obra, mas que agora os pedreiros estavam parados. Passamos por lá e vimos dois pedreiros parados. Beijo insistiu para irmos até a FASC falar com o Marcelo (presidente da FASC), pois não dava para aceitar o pop tanto tempo fechado, ainda mais com as obras paradas. Perguntei se não era contramão ir até lá antes de ir ver Rafael, nosso propósito da manhã, mas ele disse para a gente segui-lo, pois conhecia a cidade como a palma da mão.*

*No caminho até a FASC cruzamos com outros “peregrinos”, os cumprimentamos com gritos e acenos, pois estavam longe. Chegando na FASC, Beijo pediu para eu explicar para a recepcionista o que queríamos, expliquei que éramos do movimento nacional da população de rua e queríamos falar com o presidente da FASC. Depois de fazer a ligação ela nos avisou que o presidente estava em uma reunião, mas que uma técnica da FASC que está responsável pela mediação com o movimento, e que já conhecíamos de algumas reuniões, ia descer para falar conosco. Passado pouco mais de 5 minutos ela desceu para conversar conosco, explicamos, entre falas minhas e falas do Beijo, que estávamos ali para falar sobre a obra do centro pop I, pois era um equipamento muito importante para a população de rua e já está a mais de um mês fechado, agora com os pedreiros em greve ia demorar mais ainda. Ela respondeu que primeiro teve o infarto do mestre de obras, por isso ficou um tempo parada a obra, mas que a FASC tinha repassado para empreiteira uma parcela do valor na semana anterior. Edisson perguntou porque os trabalhadores do centro pop estavam lá dentro e não faziam nada, nem para dar uma explicação sobre quanto tempo ia demorar a obra, e que queria uma reunião com o Marcelo para falar sobre isso, pois ele teria que dar uma explicação. Ela respondeu que estava fechado para a segurança dos usuários, e que os trabalhadores estavam só fazendo trabalho interno, mas ia pedir para botarem um cartaz na frente do centro pop explicando a situação. Também falou que o Marcelo não podia nos receber hoje porque estava com a agenda lotada, mas que poderia nos receber segunda-feira da próxima semana.*

*Nisso saiu do elevador um jovem estagiário no centro pop I, então ela perguntou para ele se os pedreiros já tinham voltado a trabalhar, pois a FASC tinha feito o pagamento no meio da última semana. O estagiário ficou meio sem saber o que responder, mas falou que achava que sim, então ela nos perguntou se tínhamos certeza que os pedreiros não estavam trabalhando, se tínhamos falado com eles, pondo em dúvida nossa afirmação. Edisson disse que tínhamos acabado de passar pela frente e*

*falado com o porteiro, ele tinha dito isso. Ela resolveu ligar para o diretor do centro pop I, para saber qual era a situação. Após desligar o telefone nos falou que realmente estávamos certo, os pedreiros continuavam em greve, e ela ia falar para o Marcelo entrar em contato com a empresa responsável pela obra, e que na reunião do Comitê já deveria ter uma resposta. Nos despedimos e saímos da FASC. Na rua Beijo comentou “é foda isso, eles nunca levam a sério o que o cara fala”.*

*De lá, fomos a caminho da beira do Guaíba, perto do anfiteatro por do sol, onde estavam acampados Rafael e seus amigos, segundo a matéria do jornal. Beijo nos contou que conhecia bem aquela “prainha”, pois já tinha morado lá por algum tempo. Explicou que quem passa por fora nem imagina como é, mas ele conhecia bem aquela praia. Caminhamos um pouco e ele nos mostrou um caminho para dentro da mata, “deve ser aqui”, disse ele. Seguimos mais uns 10 metros pela trilha embarrada e chegamos na frente do acampamento que tínhamos visto nas fotos da imprensa, porém só estava ali um cachorro, que latiu muito ao nos ver. Beijo disse que ele devia estar em alguma “correria”, o mais garantido para encontrar eles no local do acampamento era num fim de semana, quando eles ficam mais em “casa”, então saímos do acampamento. Beijo falou que ia para escola EPA, pois os guris estavam afim de fazer mais uma manifestação de tarde. Eu disse que chegaria lá pelas 15 horas para dar um apoio pro pessoal, então ele perguntou se eu não podia passar no SIMPA para pegar o megafone e levar para escola, respondi que sim e que entre duas e meia e três horas eu estaria lá. No fim beijo me ligou dizendo que a manifestação aconteceria dali a dois dias.*

São muitas as reflexões pertinentes a partir desse recorte do diário de campo, mas o que busco analisar são as práticas políticas desse breve relato de um dia. A teoria feminista nos ensinou que todas as práticas são políticas, porém o que nos interessa aqui são as práticas políticas do cotidiano que contestam e tensionam o jogo de disputas que se mobiliza em torno da população em situação de rua enquanto uma questão social, para além dos “espaços de interlocução estatal e luta política organizada”, mas em espaços não regulamentados por instituições e discursos, a partir de suas próprias práticas de resistência.

Quando Beijo me chamou para ir com ele até a FASC e cobrar do presidente da fundação a reabertura do centro pop I, antes de irmos realizar as ações combinadas na reunião do MNPR/RS, ele tinha o conhecimento sobre a importância do equipamento e também quem deveria ser cobrado. A partir daquela ação tensionou a instituição responsável por tal serviço. Também utilizou a situação para me exemplificar uma crítica constante feita aos técnicos da FASC, que *nunca levam a sério* o que os eles que vivem na rua falam. Essa prática política não se deu em um espaço institucionalizado para interlocução entre movimentos sociais e agentes estatais, mas numa prática que perpassava a rotina do cotidiano.

O rapaz com quem havíamos cruzado pela rua, Ezquiel, também acionou a rede que conhecia para resistir ao fechamento da EPA. Cerca de duas semanas após esse dia acompanhei Tinga e um grupo de cinco peregrinos que, em frente ao prédio da FASC, fizeram o café e tomaram banho em protesto à não abertura do centro pop I – nesse dia, eles me pediram para acompanhar e tirar fotos da ação. Essas duas práticas foram realizadas para além das propostas pelo MNPR/RS, e considero que também são práticas de resistência cotidiana que tensionam esse jogo de disputas para além dos espaços de interlocução estatal.

Por fim, com a devida licença poética, encerro esse capítulo com o trecho de um diário de campo que descreve o que foi acima problematizado: minha relação com Beição e Tinga; o complexo jogo de relações entre atores, discursos e instituições que produzem valores e buscam gerir a população em situação de rua enquanto uma questão social; e a política cotidiana de resistência dos peregrinos.

*Sábado (29/11/2014) – Tive um sono agitado, talvez por ter ido dormir ainda bêbado, talvez pelo calor da noite. Também lembro de sonhos com o povo da rua, caminhos e conversas, um homem alto e negro olhando para uma porta aberta com um horizonte bonito, eu não podia ver seu rosto, mas ele apresentava um ar ríspido e sábio e vestia uma espécie de túnica de cor ocre. Acordei com o telefone tocando às 9:53, era o Tiago(doutorando PPGAS, apoiador do MNPR), ele me disse que a polícia estava tirando “os guris” de uma praça no centro da cidade, perguntei mais informações, ele me explicou que ficou sabendo por Madalena (apoiadora do movimento) que estava em Pelotas, e tinha sido contatada por Ernesto, líder de uma ocupação urbana da região central, que estava na praça e tinha visto a ação da polícia e ligado para ela. Ele perguntou se eu podia ir até lá para ver como eles estavam, pois ele morava longe do centro, respondi que já estava a caminho e o mantinha informado, também pedi para ele entrar em contato com a rede que formou durante a Copa do Mundo, a “patrulha de direitos humanos para população de rua”. Ele disse que já estaria entrando em contato. Acordei a mari e pediço emprestado sua a maquina fotográfica, tomei 3 copos de água e sai de casa. Cheguei ao corredor de ônibus e logo passou um que me levava até o centro. No ônibus liguei para Fernanda do SAJU. Ao descer do ônibus, caminhei rápido e cheguei na praça, logo vi os guris sentados em um banco na parte de cima, perto do local onde estavam acampados, no meio do caminho estava um policial que fazia a ronda da praça.*

*Quando eles me vêem começam a gritar, escuto Damiãozinho falar mais alto: “Eu disse que eles vinham pai! Eaaai Pedroooo! Vão vim tudo, não tem, é nosso direito. Tu já ligo pro defensor, ele ta vindo né?” Percebo que estão falando para o policial escutar. Quando passo pela frente do policial, respondo, também falando alto, que já liguei e eles estão vindo, faço um sinal de “telefone” com a mão. Chego mais perto e cumprimento todos, são 9 jovens, 8 homens e uma mulher que está grávida, todos negros. Não conhecia um, os outros já conhecia e mantinha relação, quase todos eram alunos da EPA e participavam de reuniões e ações do “movimento” com mais ou menos frequência. Pergunto como eles estão e o que tinha acontecido. Todos começam*

*a falar, até que Paula pega a fala e me explica que primeiro veio um policial e disse que eles tinham que sair dali porque ia ter um evento na praça durante o dia, depois veio os outros e começaram a correr eles dali. Negão explica que os policiais já chegaram gritando para saírem rápido dali. Ele e Damiãozinho fizeram a frente e disseram que tinham direito de tá ali, mas os policiais falaram que havia vários registros e reclamações dos vizinhos contra ele. Paula disse que isso não era real, pois tinha vários padrinhos dali que vinham apoiar eles, dar rango e roupa. Negão contou que um policial chegou ameaçando ele para tirar as coisas rápido, mas ele falou que tinha o tempo deles, e outra policial chegou ameaçando com um cassetete que era maior que ela.*

*Então Rio Grande perguntou se eu tinha falado com o defensor, disse que ainda não tinha conseguido falar com ele, que hoje era sábado e a defensoria, promotoria e ouvidoria públicas não estavam trabalhando, mas que a Fernanda(SAJU/UFRGS, apoiadora do MNPR) também estava vindo para lá. Ele contou que na hora que aconteceu a abordagem Ernesto (líder de uma ocupação urbana que fica perto da praça) estava na praça, fotografou a ação e ligou para a Madalena – apoiadora mais antiga do MNPR/RS, funcionária da FASC e representante do Centro de defesa de direitos humanos da população de rua e catadores– para avisar sobre a situação. Enquanto ele falava Fernanda chegou na praça, também recepcionada aos gritos pela gurizada, chamando a atenção do policial. Eles contaram novamente o que tinha acontecido, Paula disse que era aquele policial que estava na praça o que tinha “encrencado” com eles, chegou dizendo que tinham que sair por causa de um evento que ia ter na praça, os outros até conversavam com eles. Fernanda respondeu que ele não tinha esse direito, que eles tinham o direito de ir, vir e permanecer, além disso eles ainda estavam em processo de negociação com a promotoria de justiça.*

*Enquanto tentávamos, sem sucesso, ligar para a ouvidoria, promotoria e defensoria, o policial passou ao nosso lado escutando o que falávamos. Os guris falaram alto que era aquele o policial que tinha os mandados para tirar as coisas da praça. Então o policial perguntou o que eles estavam falando sobre ele. Fernanda respondeu que era sobre a remoção dos “guris” da praça, que a polícia não podia fazer isso. Falei que “os guris” estavam em processo de negociação com a promotora Liliane para sair do local, esperando o aluguel social, e que isso não podia ser feito de forma arbitrária. O policial retrucou perguntando quem éramos nós? Dissemos que éramos do SAJU/UFRGS e apoiadores do MNPR. Então ele respondeu que também era do SAJU da PUC, que era estudante de direito, mas que aquelas pessoas não podiam ficar ali, que tinha registros dos vizinhos contra eles e o DMLU estava ali para limpar a praça e eles estavam atrapalhando. Sem tentar parecer exaltado, mas de maneira firme, respondi que isso não podia ser feito dessa maneira, pois agora a prefeitura e o estado tinham aderido à política nacional para população de rua e que essas pessoas tinham direito. Fernanda, mais nervosa do que eu, respondeu que eles tinham que ter uma ordem para fazer essa ação e quem era o superior dele que tinha dado essa ordem.*

*Durante nossa conversa com o policial “os guris” se mantiveram quietos quase todo tempo. O policial começou a ficar um pouco nervoso quando começamos a perguntar e pressionar, a todo momento dizíamos que outras pessoas ligadas aos direitos humanos e ao Estado viriam até lá. Ele falou que se nós queríamos ajudar eles tínhamos que cobrar da FASC que não arrumava um lugar para eles, que eles não podiam ficar ali, pois tiravam o direito de outras pessoas. Fernanda, indignada, perguntou quais os direitos que eles estavam retirando das outras pessoas. O policial ficou sem resposta e falou sobre dano ao patrimônio público, pois algumas plantas do canteiro onde eles estavam acampados haviam morrido. Um senhor com mais de*

*sessenta anos, provavelmente morador de classe média da região, parou para olhar a situação. Eu não havia prestado atenção a esse senhor, só o percebi ao escutar Damião falar “Tá olhando o que padrinho, perdeu alguma coisa?”, ao escutar o senhor não falou nada e seguiu seu caminho. Nisso nosso debate com o policial ficava mais acentuado, ao perceber que a situação poderia complicar, falei para Fernanda que não adiantava discutir com ele, que era a defensoria quem ia resolver isso com o superior dele. Então ela pediu a identificação do policial, e o nome do superior que nós poderíamos procurar, ele passou os dados e foi embora, mas voltou para pedir os dados dela e se foi novamente.*

*Quando ele saiu todos começaram a falar, lembro de Paula reforçar que era mentira essa história dos registros contra eles, que ela queria ver esses registros então. Também explicaram que esse policial já tinha encrocado com eles a alguns dias e chamando um deles de “macaquinho”. Eu e Fernanda continuamos a tentar contato com a ouvidoria, promotoria e defensoria, todos sem êxito. Consegui ligar para Madalena, relatei como estava a situação e ela falou que essa ação tinha acontecido no sábado justamente para não ter esses órgãos de apoio trabalhando, que o que restava era fazer essa denuncia na segunda feira e aconselhar “os guris” a não passarem a noite ali. Depois de desligar o telefone contei para eles o que ela tinha me falado, eles comentaram que o problema era onde deixar as coisas durante o dia, que de noite eles voltariam para a praça, pois o turno daquele policial terminada às 19 horas, perguntei se não era melhor ir para outra aldeia ou outro lugar, eles disseram que não, pois ficar “amuntado” com os outros e ia dar “ladaia” (confusão, briga).*

*Fernanda estava procurando em seu caderninho telefones que pudessem ser úteis e achou o número do celular de uma vereadora que estava a par das ações do MNPR, pois era vice presidente da comissão de direitos humanos da câmara, com o qual nos reuníamos desde o início do ano. Decidimos ligar para ela. Liguei a cobrar, a vereadora me atendeu e relatei a situação para ela, após algumas ponderações ela disse que ia repassar esse caso para o vereador presidente da comissão e pedir para ele entrar em contato com o comandante da brigada para ver quem tinha dado essa ordem que era um absurdo na concepção dela. Após desligar relatei para “os guris” a conversa que tinha tido.*

*Pouco tempo depois chega uma mensagem de Madalena dizendo que Ernesto lhe havia avisado que poderiam prestar solidariedade aos “guris” e que se eles ficassem perto prédio da ocupação eles poderiam dar um apoio. Contei isso para eles, e me disseram que só precisavam de um lugar para deixar as coisas durante o dia. Então fomos, eu, Damião e Paula (companheiros), Negão, Fernanda e Cambotinha (a cachorrinha do grupo) até o prédio que ficava a duas quadras da praça conversar com Ernesto. No caminho Damião e Negão me falaram que na hora que a polícia chegou os outros foram saindo, e só eles e Rio Grande tinham falado com os policiais, Negão falou que conhecia seus direitos e por isso não saiu. Ernesto foi solidário e disse que eles poderiam deixar as coisas ali. Na volta até a praça Paula e Fernanda comentaram comigo sobre os comentários preconceituosos que tinham escutado de pessoas que moram na região falando que tinham que tirar aquela gente dali. Antes de chegar na praça a vereadora me ligou, disse que tinha falado com o outro vereador e ele tinha se comunicado com o comandante geral da Polícia e ele disse que não tinham nenhuma ordem para essa ação e ia averiguar a situação, logo podíamos ficar mais tranquilo pois não estava previsto se repetir a ação durante a noite.*

*Chegando na praça Damião, Negão e Paula começam a arrumar as coisas para levar até o prédio. Pergunto se eles queriam uma ajuda, Damião, que estava com um colchão na cabeça, me olhou com um olhar interrogativo e perguntou se eu ia levar até*

*lá, respondi que sim, eles se olharam e negão falou “ele vai nos ajuda, o Pedro é dos nossos”, então Damião me passou o colcha. Pensei o que passou na cabeça dele, pelo seu olhar parecia em dúvida se eu levaria o colchão, pois dessa maneira, ao olhar dos outros, eu pouco me diferenciaria deles. Seguimos até o prédio, eu levando o colchão maior, Damião e Negão levando um carrinho cada um, Paula uma mala e Fernanda um outro colchão. Senti o olhar preconceituoso dos moradores domiciliados da região que passavam por nós. Ao chegarmos ao prédio ocupado, deixamos as coisas em uma sala, os guris combinaram um horário para pegar as coisas mais tarde, agradecemos a solidariedade e nos despedimos.*

*Por coincidência encontramos professor Janio na frente da ocupação, ex-professor de educação física do centro pop I, então me despedi “dos guris” e fui almoçar com Janio. Conversamos sobre várias coisas e obviamente sobre a relação com a população de rua. Durante o almoço, Iuri, um vizinho meu que também morava na comuna me ligou, avisou que Tinga estava ali e queria pegar o pandeiro dele que estava no meu quarto, mas estava trancado, eu disse que depois do almoço eu ia para casa. Depois do almoço, enquanto caminhávamos pelo parque da redenção, cruzamos com uma antiga aluna do professor, ela o viu e logo o cumprimentou, comentou que ele estava magro, ele riu e disse que sempre fora magro, disse que ela estava muito bem, ela respondeu que estava trabalhando e morando na lomba do pinheiro, um bairro popular de Porto Alegre. Seguimos mais um pouco e nos despedimos.*

*Ao chegar em casa vi Tinga e Iuri sentados na cozinha conversando, me contaram que tinham “dado uma banda” juntos pela manhã. Conte a situação da gurizada na matriz, Tinga comentou que os policiais não tinham razão, mas Damião e sua turma estavam se espichando, o pessoal que morava naquela praça só passava a noite, não montava barraca, já os guris estavam fazendo uma aldeia ali. Ficamos ali quase mais uma hora até que ele Tinga se despediu e foi para o ensaio do grupo de teatro “os in-visíveis”. Passei um café e tentei estudar, em pouco tempo Beijo e Rio Grande apareceram na janela do meu quarto, eles chegaram contando sobre o encontro de Saúde da Juventude Negra, o qual tinham ido participar enquanto representantes do MNPR. Beijo também queria saber mais detalhes sobre o ocorrido pela manhã, Rio Grande já tinha comentado com ele. Depois de me contarem sua opinião sobre o encontro, me pediram para contar como tinha se dado os encaminhamentos sobre o fato da manhã, fiz um breve relato para eles. Então me convidaram para ir a saída do Bloco do Odomodê, que ia acontecer naquele dia às 17 horas, disse que tinha que estudar, Beijo me perguntou brincando “pra que estuda cara? Faz isso outra hora”. Como depois daquele dia já não conseguia mais me concentrar decidi sair com eles e me divertir no bloco de carnaval.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um processo difícil escrever esse trabalho. Enquanto caminhar pelas ruas, praças e viadutos com os peregrinos me instigava e animava, enquanto participar de reuniões e audiências com agentes institucionais e políticos por certos momentos me indignava mas ao mesmo tempo me dava mais força ao ver que os companheiros do movimento, militantes e apoiadores não desistiam da luta, escrever a monografia foi angustiante e cansativo. Talvez todo o processo de reduzir à escrita etnográfica uma relação tão longa e intensa, seja angustiante e cansativo para todas as pessoas que dispendem energia em tal jornada. Quem sabe, por ser um neófito no campo da Antropologia, certas questões ainda me movem tanto estranhamento, o que não é necessariamente um problema. Mas uma pergunta sempre me provocou: como meu trabalho poderia contribuir para o grupo que estudo e com o qual me relaciono?

No início, pensava que seria a partir da escrita que faria essa contribuição, e planejava uma monografia que revolucionasse o entendimento sobre a população de rua. Não demorou muito para entender que isso não era possível, afinal muito já havia sido escrito. Hoje compreendo essa monografia como um dos efeitos da relação e do envolvimento que estabeleci com o MNPR/RS, com o Boca de Rua e com peregrinos, ao longo desses três anos de convivência. Quiçá seja o efeito menos importante frente à luta política que realizamos juntos, pelos direitos da população em situação de rua, e pelas relações pessoais que estabelecemos. Algo que modificou tanto a minha vida quando a vida deles.

Tim Ingold, em seu artigo “Antropologia não é Etnografia”, questiona qual o sujeito de estudo da Antropologia, visto a dificuldade que tinha para explicar essa questão para seus alunos – dificuldade que também tive ao tentar explicar “o que é a antropologia” para as pessoas com as quais me relacionava. Propõe que talvez seja o estudo da sociedade, mas quem já tocou em uma sociedade? Onde termina uma sociedade e começa a outra é difícil determinar. Então sugere que seja o estudo das pessoas, mas em que isso a diferenciaria das outras disciplinas que estudam as pessoas? Por fim, conclui que o que diferencia a Antropologia não é o estudo *de*, mas o estudo *com*. “Antropólogos trabalham *com* pessoas” e nessa relação conjunta aprendem “a ver

coisas (ouvi-las ou tocá-las) na forma que seus professores ou companheiros fazem”, e perceber outras possibilidades de ver o mundo.

Nesse sentido, considero que a relação que estabeleci com Tinga, Beijo e outros peregrinos foi também Antropologia, pois ao me deixar guiar por alguns caminhos que eles me levavam, ao me deixar afetar por intensidades que também os afetavam, ao permitir e aceitar uma comunicação sem intencionalidades de pesquisa, aprendi a ver coisas que não enxergava e falar expressões que não conhecia. Consegui perceber o modo de ser *peregrino*, o modo de ser *morador de rua*, como uma possibilidade de existir no mundo. Eles foram os meus grandes professores.

Neste trabalho acadêmico tentei problematizar algumas questões e contribuir com a bibliografia precedente para uma visão mais ampla sobre o fenômeno: destaquei a *luta política* desse segmento populacional e, por conseguinte, sua agência política em espaços de mobilização social e de interlocução com agentes institucionais, na disputa e tensionamento em um campo de forças que constitui a *população em situação de rua* como uma questão social e formula práticas institucionais para sua gestão pelo Estado; assim como também refleti sobre a política de resistência cotidiana dos *peregrinos*; trouxe considerações iniciais sobre uma *antropologia da rua*, ao problematizar os complexos processos reflexivos realizados por essas pessoas para compreender e explicar sua relação com outras alteridades.

Realizei esse empenho para mostrar que essas *pessoas que moram em situação de rua peregrinando pela cidade*, não são sujeitos ontológicos da falta, não são sujeitos excluídos das relações sociais, muito menos sem reflexibilidade sobre o mundo em que estão inseridos. Isso não exclui, entretanto, as considerações sobre sua constituição histórica e as desigualdades econômicas semeadas por essa perversa estrutura capitalista que nossa sociedade reproduz, mas traz à tona suas práticas de resistência. Além disso, retomando o primeiro capítulo, há que se considerar que a criminalização das práticas de vadiagem e mendicância no Brasil estão associadas ao controle dos corpos negros no espaço urbano e ao racismo em sua forma institucional, e as consequências desse processo ainda são sentidas até hoje pelos corpos dos *peregrinos*.

Por fim, sem avaliar moralmente, se positiva ou negativa essa maneira de ser, este trabalho propõe um convite aos leitores: permitam-se ver e ouvir os *moradores de rua*, são professores que têm muito a ensinar.



*(Nossa luta começou.: Alass Derivas)*



*(Pra parar não tem mais jeito: Fabiano Ávila)*

## REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Situação Etnográfica e Movimentos Étnicos: notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos Revista de Antropologia Social**, Curitiba, UFPR, 2014.

ALLES, Natália Ledur. **Boca de Rua**: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BAUMAN, Zigmunt. **Postmodernity and its discontents** Tradução de Mauro Gama Lopes da Costa, Mauro Gama Lopes da Costa, O mal-estar da pós-modernidade, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.

BROIDE, Emília Estivalet; BROIDE, Jorge. **Pesquisadores socais**: efeitos de nomeação, In: DORNELLES, Aline Espíndola; OBST, Júlia; SILVA, Marta (Orgs.). A Rua em Movimento: Debates Acerca da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

CANALLI, Mônica. **Dez anos do jornal Boca de Rua**: as representações sociais de não vitimização, Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, Porto Alegre 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Paralelo 15, 2000.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização**: da vulnerabilidade a desfiliação, CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização, Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

DE LUCCA, Daniel. **A Rua em Movimento** – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2007 (mimeo).

DI FLORA, Marilene Cabelo. **Mendigos**: Por que surge, por onde circulam, como são tratados?, Vozes, Petrópolis, 1987.

DORNELLES, Aline Espíndola; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba. (Orgs.). **A Rua em Movimento**. debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de porto alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

FASC, **Relatório Final de Pesquisa**: cadastro de adultos em situação de rua de Porto Alegre/RS. POA, FASC, 2012 (mimeo).

FAVRET-SAADA, **Ser afetado**. Cadernos de Campo, São Paulo, n.13, 2005.

FERNANDES, Bruno Guilhermano; SCHUCH, Patrice. **Enunciações, intervenções e tensões**: a experiência de engajamento em coletivos vinculados à população em situação de rua em Porto Alegre/RS. Novos Debates, Brasília, v. 2, n. 1, p. 38-44, Porto Alegre, 2015.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro, Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 2006.

FONSECA, Cláudia. **Direitos dos mais e menos humanos**, UFRGS, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre 1999.

GOLDMAN, Marcio. **Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia**. Cadernos de Campo, n.13: 149-163, São Paulo ,2005.

GOLDMAN, Marcio. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos**. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus - Bahia. Revista Antropologia, v.6, n.2, São Paulo 2003.

GRAZIOLA, Roque. **As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas**: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização, Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto alegre, 2011

INGOLD, Tim. **Antropologia não é etnografia**, 2011.

JACOBSEN, Gabriela. **Os peregrinos**: uma etnografia itinerante de tempo-espço e lutas em Porto Alegre, Trabalho de conclusão de Curso, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

LEMÕES, Tiago. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. Novas Edições Acadêmicas, São Paulo, 2013.

LEMÕES, Tiago. **A rua como espaço de interação social**: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos, Rev. Antropolítica Niterói, n. 29, p. 131-149, 2, 2010.

LEMÕES, Tiago. **Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras**: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”, Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, V. IX, nº17/18. Editora da UFPEL, Pelotas, 2012.

LEMÕES, Tiago. **Da feitiçaria à luta por direitos**: qual o lugar dos afetos no trabalho etnográfico?. Iluminuras, v. 16, n. 38, p.32-60, jan./jul. Porto Alegre, 2015.

LEMÕES, Tiago. **O sangue das ruas**: sobre agência e normatividade na mobilização política de pessoas em situação de rua, cadernos de campo, n. 24, p. 315-336, São Paulo, 2015c.

LEMÕES, Tiago. **Vigiar, defender e lutar**: sobre direitos e intervenções nas margens do Estado, XI RAM, Montevideo, 2015b.

LIMA, Cristina de Martins; OLIVEIRA, Jose Oswaldo Soares. **Participação popular dos moradores de rua na gestão publica no município de Porto Alegre**, In: Revista univap, São Jose dos Campos, V18 n32, São Paulo, 2012.

MAGNI, Claudia Turra. **Nomadismo Urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2006.

MELO, Tomás. **Apontamentos Sobre a trajetória de formação e organização do Movimento Nacional da População de Rua(MNPR)**: desafios identitários e políticos, PPGAS, UFPR, 2013.

MUHALA, Miguel. **Lutar, Criar, Poder Popular**: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS, dissertação de mestrado, PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

NASSER, Ana Cristina Arantes. **Sair para o mundo**: trabalho, família e lazer na representação dos excluídos, Cadernos CERU, série 2, n 9, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pachecho. **Pluralizando tradições antropológicas**. sobre um certo mal estar na antropologia. Cadernos do Leme, v.1, 2009.

OLIVEIRA, Dijaci de. **Migração, redes e projetos**: os moradores de rua em Brasília, BURSZTYN, Marcel, **No meio da rua**. nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

PIZZATO, Rejane. **A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua**. A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. In: DORNELLES, Aline Espíndola; OBST, Júlia; Patrice Schuch; Ivaldo Gehlen; Aline; Espindola Dornelles; Marta Borba Silva; Emília Estivalet Broide; Jorge Broide; Rejane Margarete Scherolt Pizzato; Julia Obst; Lirene Finkler; Suely Silva Santos; Márcia Nectoux; Simone Machado; Simone Ritta dos Santos; Kevin Krieger - 2012.

SILVA, Marta (Orgs.). **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. In: DORNELLES, Aline Espíndola; OBST, Júlia; Patrice Schuch; Ivaldo Gehlen; Aline; Espindola Dornelles; Marta Borba Silva; Emília Estivalet Broide; Jorge Broide; Rejane Margarete Scherolt Pizzato; Julia Obst; Lirene Finkler; Suely Silva Santos; Márcia Nectoux; Simone Machado; Simone Ritta dos Santos; Kevin Krieger – 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano municipal de enfrentamento à situação de rua**, Porto Alegre, 2011.

SCHUCH, Patrice. **A Legibilidade como gestão e inscrição política de populações**: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. FONSECA, Cláudia e MACHADO, Helena. *Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo*, Editora da UFRGS/CEGOV, p. 121-145, Porto Alegre, 2015.

FONSECA, Cláudia; MACHADO, Helena. **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**, CEGOV, UFRGS, Porto Alegre, 2015.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. **A Situação de rua para além de determinismos**: explorações conceituais. In: DORNELES, Aline; OBST, Júlia e SILVA, Marta (Orgs.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

SEGARRA, Josep. **Paz entre nós, guerra aos senhores!** Uma etnografia sobre o bloco de lutas pelo Transporte Público e a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, dissertação de mestrado PPGAS, UFRGS, 2015.

SOUZA, Tainara de Jesus. **O movimento nacional de meninos e meninas de rua e a conquista dos direitos**: o marco do movimento social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2013.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os Mendigos da Cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Paz Terra, Rio de Janeiro, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, **Relatório final da pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre**. POA, 2008 (mimeo).

ZALUAR, Alba. **Exclusão e políticas públicas**: dilemas teóricos e alternativas políticas, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 12 Nº35, São Paulo, 1997.